



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Barbara Coelho Barbosa da Cunha

Indígenas do Estado do Rio de Janeiro segundo o Censo Demográfico: perfil populacional, distribuição espacial e características do domicílio

Rio de Janeiro

2019

Barbara Coelho Barbosa da Cunha

Indígenas do Estado do Rio de Janeiro segundo o Censo Demográfico: perfil populacional, distribuição espacial e características do domicílio

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Epidemiologia em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Orientador: Dr. Ricardo Ventura Santos

Coorientadora: Dra. Andréa Sobral de Almeida

Rio de Janeiro

Catálogo na fonte

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Biblioteca de Saúde Pública

C972i Cunha, Barbara Coelho Barbosa da.
Indígenas do estado do Rio de Janeiro segundo o Censo Demográfico: perfil populacional, distribuição espacial e características do domicílio / Barbara Coelho Barbosa da Cunha. -- 2019.

148 f. : il. color. ; mapas ; tab.

Orientador: Ricardo Ventura Santos.

Coorientadora: Andréa Sobral de Almeida.

Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

1. Censos. 2. População Indígena. 3. Área Urbana. 4. Cidades. 5. Condições Sociais. 6. Classe Social. 7. Rio de Janeiro. I. Título.

CDD – 23.ed. – 980.41

Barbara Coelho Barbosa da Cunha

Indígenas do Estado do Rio de Janeiro segundo o Censo Demográfico: perfil populacional, distribuição espacial e características do domicílio

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Epidemiologia em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em: 28 de março de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gerson Luiz Marinho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marden Campos

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Reinaldo Souza Santos

Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof. Dr. Carlos Everaldo Alvares Coimbra

Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof. Dr. Ricardo Ventura Santos (Orientador)

Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Ao término destes quatro anos de doutorado são muitos os agradecimentos a serem concedidos. Comumente se diz que, após o mestrado, rápido e intenso, o doutorado é tranquilo. Não somente por tudo que o doutorado exige e envolve, mas principalmente por tudo que ocorreu no âmbito pessoal, no meu caso, “intenso” se aplica. Muito obrigada a todos que me acompanharam e incentivaram nesta trajetória.

Inicialmente agradeço a minha família, em especial a minha mãe, Márcia Barbosa (*in memoriam*), e meu companheiro, Francisco Briceño, por todo incentivo e apoio durante os anos de pós-graduação.

Aos meus orientadores Ricardo Santos e Andréa Almeida. Primeiramente, por concederem a oportunidade de ingressar no doutorado. Agradeço também às conversas incentivadoras, além da paciência, confiança e compreensão, essenciais para meu crescimento profissional e pessoal frente aos acontecimentos esperados e inesperados que ocorreram ao longo dos quatro anos de doutorado.

A Gerson Marinho por ter aceitado ser membro da qualificação e contribuído para o aprimoramento da tese.

A Reinaldo Souza-Santos por ter ajudado a usar o programa QGIS para conduzir as análises espaciais.

A Bruno Guimarães e Ludimila Raupp pelas contribuições como coautores do primeiro e terceiro artigos da tese, respectivamente.

Aos colegas do Grupo de Estudo em Demografia Indígena que, desde o mestrado, contribuem com meu desenvolvimento acadêmico, e do Grupo de Estudo em População Indígena pelas discussões sobre a temática indígena.

Aos colegas da turma de Doutorado 2015/1, especialmente Pauliana Valéria Machado Galvão pela ajuda no manuseio do programa R Studio em diversas ocasiões.

Aos colegas do Fórum de estudantes da ENSP e da Associação de Pós-Graduandos da Fiocruz/Rio, sobretudo Analice Braga, Luiz Montenegro, Jefferson Caldas, André Búrigo, Marisa de Oliveira, Jefferson Campos, Lucas Nishida e Mayara Mattos.

A Lídia Pantoja, Yasmin Farias e Márcia Luz pelo companheirismo durante os almoços e cafés, e pela amizade não ter se restringido à Escola Nacional de Saúde Pública.

Ao meu círculo pessoal de amigos presentes física ou virtualmente. A Fernanda Silva e Maria Fernanda Dias, com quem tive o prazer de morar durante a graduação e que permanecem em minha vida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia em Saúde Pública e demais programas e instituições onde cursei disciplinas, e a todos os membros da secretaria acadêmica e de pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ao Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia em Saúde Pública pela bolsa de estudos concedida a mim.

A todas as cientistas mulheres que me antecederam e, conseqüentemente, ampliaram a nossa participação nesse meio.

Aos membros que aceitaram participar da banca examinadora desta tese.

Há quinhentos anos não existia um povo chamado brasileiro, fluminense ou carioca. Quem morava aqui, naquela época, eram outros povos que foram denominados índios pelo colonizador europeu. Essa denominação, usada até hoje, dá uma impressão errada, como se só uma única palavra designasse um único povo, com uma só cultura e até com o mesmo tipo físico.

FREIRE; BESSA, 2009, pág. 11.

RESUMO

Em escala global, os indígenas, de maneira geral, constituem um segmento populacional vulnerável, apresentando indicadores sociodemográfico, econômico e de saúde piores do que o restante da população. Um fenômeno já observado em outros países diz respeito ao aumento de indígenas residentes em áreas urbanas, especialmente em áreas periféricas. Os censos realizados no Brasil ao longo das três últimas décadas evidenciaram que entre 40% e 50% dos indígenas residiam em áreas urbanas. Com o objetivo de caracterizar a população indígena do Estado do Rio de Janeiro e da área urbana da sua região metropolitana buscou-se através de indicadores sociodemográficos e econômicos, verificar sua distribuição espacial e as características do domicílio (saneamento e entorno), com base nos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010. Esta tese encontra-se estruturada no formato artigos. O primeiro, que compara os Censos 2000 e 2010, evidenciou que a maioria dos indígenas do Estado residia, em ambos os censos, em área urbana e na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro. Contudo, as respostas positivas para as perguntas sobre língua indígena falada no domicílio e etnia (Censo 2010) se mostraram mais pronunciadas na área rural. Foram identificadas ainda mudanças nos indicadores referentes à renda, composição etária e tipo do setor de residência. O segundo artigo explorou dados de 2010 através de análises espaciais com foco nos setores censitários urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Verificou-se que os indígenas residiam majoritariamente nas zonas Sul e Centro do município do Rio de Janeiro, aproximando-se mais do padrão de distribuição espacial da população branca. Foi constatado também que na maioria dos setores (75%) não havia indígenas e que em 20% daqueles com indígenas havia um único residente indígena. A composição etária dos indígenas por sexo diferiu das demais categorias de cor ou raça. Finalmente, o último artigo abordou as condições socioeconômicas e de presença de saneamento e do entorno do domicílio na área urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a partir dos dados de 2010. Os resultados revelaram diferenças marcantes entre os indicadores a depender do município. A variável mais frequente foi “lixo acumulado no logradouro”. Observou-se que, tal como evidenciado na literatura, os brancos residiam em locais com melhores condições socioeconômicas, de saneamento e do entorno, e os pretos e pardos nos menos satisfatórios. Para indígenas, em alguns recortes analisados o padrão se mostrou mais próximo daquele da população branca. Em conclusão, a tese apresenta uma detalhada caracterização dos indígenas captados nos Censos de 2000 e 2010 no Estado e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de diferentes indicadores e recortes geográficos explorados, apontando para a ocorrência de desigualdades socioeconômicas e espaciais cuja interpretação requer nuançadas perspectivas que levem em consideração aspectos sócio-históricos e demográficos.

Palavras-chave: Censos, População Indígena, Área urbana, Metrôpoles, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

On a global scale, indigenous people, in general, constitute a vulnerable population segment, presenting worse socio-demographic, economic and health indicators than the rest of the population. A phenomenon already observed in other countries concerns the increase of indigenous residents in urban areas, especially in peripheral areas. The censuses conducted in Brazil over the past three decades have shown that between 40% and 50% of indigenous people lived in urban areas. In order to characterize the indigenous population of the State of Rio de Janeiro and the urban area of its metropolitan region, we sought through socio-demographic and economic indicators, to verify their spatial distribution and household characteristics (sanitation and surroundings), based on data from the 2000 and 2010 Demographic Census. This thesis is composed of three papers. The first, which compares the 2000 and 2010 Census, shows that the majority of the state's indigenous people resided in both censuses in urban areas and in the metropolitan mesoregion of Rio de Janeiro. However, positive answers to questions about indigenous language spoken at home and ethnicity (Census 2010) were more pronounced in the rural area. Changes were also identified in the indicators related to income, age composition and type of residence sector. The second paper explores data from 2010 through spatial analysis focusing on urban census tracts in the Rio de Janeiro's Metropolitan Region. It was found that the indigenous people lived mostly in the South and Center of Rio de Janeiro, closer to the pattern of spatial distribution of the white population. It was also found that in most sectors (75%) there were no indigenous and that in 20% of those with indigenous there was a single indigenous resident. The age composition of the indigenous by gender differed from the other categories of color or race. Finally, the third paper addresses the socioeconomic conditions and the presence of sanitation and the surroundings of the household in the urban area of the Rio de Janeiro Metropolitan Region from the 2010's data. The results revealed striking differences between the indicators depending on the municipality. The most frequent variable was "garbage accumulated in the street". It was observed that, as evidenced in the literature, whites lived in places with better socioeconomic, sanitation and surrounding conditions, and blacks and browns in less satisfactory ones. For indigenous people, in some analyzed sections, the pattern was closer to that of the white population. In conclusion, the thesis presents a detailed characterization of the indigenous captured in the 2000 and 2010 Census in the State and in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, from different explored geographical indicators and clippings, pointing to the occurrence of socioeconomic and spatial inequalities whose interpretation requires nuanced perspectives that take into account socio-historical and demographic aspects.

Keywords: Census, Indigenous Population, Urban area, Metropolises, Rio de Janeiro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Categorias de pertencimento étnico/racial nos Censos Demográficos do Brasil de 1872 a 2010	17
Quadro 2: Resumo da metodologia usada em cada artigo	43
Quadro 1.1: Variáveis sociodemográficas selecionadas, Censos Demográficos de 2000 e 2010	56
Quadro 3.1: Nome dos indicadores de cada bloco e sua respectiva referência	92
Figura 1.1: Mapa dos municípios do Estado do Rio de Janeiro com destaque para as mesorregiões, Censo Demográfico 2010.....	57
Figura 1.2: Composição relativa da população indígena residente, por sexo, classes de idade e situação de domicílio (total e urbano), do Estado do Rio de Janeiro e da mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010....	599
Figura 2.1: Mapa dos estados brasileiros, com destaque para os municípios do Estado do Rio de Janeiro e aqueles da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010	77
Figura 2.2: Composição relativa da população por cor ou raça (A), da população indígena por diferentes recortes (B), por sexo e grupo de idade, dos 18.620 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010	80
Figura 2.3: Estimativa de Kernel do percentual da população por cor ou raça (A: Indígena; B: Branca; C: Parda; D: Preta) dos 4.747 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010	83
Figura 2.4: Razão entre os Kernel do percentual da população por cor ou raça (A: Indígena/Branca; B: Indígena/Parda; C: Indígena/Preta) dos 4.747 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010.....	84
Figura 2.5: Razão de Kernel do percentual da população por cor ou raça (A: Branca/Parda; B: Branca/Preta) dos 4.747 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010.....	85
Figura 2.6: Estimativa de Kernel do percentual da população por cor ou raça considerando (A) todos os indígenas (n = 11.857) e (B) os SC com 3 ou mais indígenas (n = 7.594) dos 4.747 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010.....	86
Figura 3.1: <i>Boxplot</i> dos indicadores do modelo final da ACP segundo os recortes aplicados. Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010.....	104
Figura 3.2: <i>Biplot</i> dos indicadores do modelo final dos componentes 1 e 2 das análises de componentes principais nos recortes aplicados. Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1: Distribuição absoluta e relativa dos indígenas pela situação de domicílio. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2000 e 2010	58
Tabela 1.2: Distribuição absoluta e relativa dos indígenas de acordo com as covariáveis investigadas. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010	60
Tabela 1.3: Distribuição absoluta e relativa da renda dos indígenas, por categorias. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010	61
Tabela 1.4: Distribuição absoluta e relativa de indígenas residentes em setores censitários urbanos classificados como “aglomerado subnormal”. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010	62
Tabela 1.5: Distribuição absoluta e relativa dos indígenas do Estado do Rio de Janeiro de acordo a informação sobre língua indígena falada no domicílio e etnia, segundo situação de domicílio, Censo Demográfico 2010	62
Tabela 2.1: Distribuição absoluta e relativa da população por cor ou raça, segundo os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010	78
Tabela 2.2: Distribuição absoluta e relativa da população por cor ou raça nos 18.620 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010	79
Tabela 2.3: Medidas de tendência central da população por cor ou raça nos 18.620 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010	80
Tabela 2.4: Correlação de Spearman entre o percentual da população por cor ou raça, a Renda do responsável pelo domicílio e a Renda do domicílio nos setores (total e com 1, 2, 3, 5 8 e 10 ou mais indígenas) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010	82
Tabela 3.1: Medidas de tendência central da população por cor ou raça nos setores censitários segundo os recortes aplicados. Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010	103
Tabela 3.2: Correlação de Spearman entre os percentuais da população segundo a cor ou raça nos recortes aplicados. Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU	Organização das Nações Unidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Mercosul	Mercado Comum do Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
Funai	Fundação Nacional do Índio
OMS	Organização Mundial da Saúde
MS	Ministério da Saúde
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC	Sistema de Informação de Nascidos Vivos
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
BME	Banco Multidimensional de Estatística
SM	Salário mínimo
SC	Setor censitário

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	16
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	20
2.1 VISIBILIDADE E SAÚDE DA POPULAÇÃO INDÍGENA	20
2.2 INDÍGENAS NAS PESQUISAS POPULACIONAIS	28
2.3 INDÍGENAS URBANOS: CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E CONDIÇÕES DE VIDA	34
3 OBJETIVOS	41
3.1 GERAL	41
3.2 ESPECÍFICOS	41
4 METODOLOGIA	42
3. RESULTADOS ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
5.1 INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 2000 E 2010	44
5.1.1 Resumo	44
5.1.2 Introdução	45
5.1.3 Metodologia	46
5.1.4 Resultados	49
5.1.5 Discussão	51
5.2 ONDE MORAM OS INDÍGENAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO?	63
5.2.1 Resumo	63
5.2.2 Introdução	64
5.2.3 Metodologia	65
5.2.4 Discussão	71
5.3 INDÍGENAS URBANOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: PRESENÇA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS SEGUNDO O CENSO DEMOGRÁFICO 2010	87
5.3.1 Resumo	87
5.3.2 Introdução	88
5.3.3 Metodologia	89
5.3.4 Resultados	94
5.3.5 Discussão	97

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE 1: DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DOS INDÍGENAS POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO MESORREGIÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CENSOS DEMOGRÁFICOS 2000 E 2010	135
APÊNDICE 2: MAPA DOS 4.747 REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO COM DESTAQUE PARA OS SETORES CLASSIFICADOS COMO COMUNS (2.655 SETORES) E COMO AGLOMERADO SUBNORMAL (550 SETORES), CENSO DEMOGRÁFICO 2010	138
APÊNDICE 3: SOBREPOSIÇÃO DOS 550 SETORES CLASSIFICADOS COMO AGLOMERADO SUBNORMAL NA ESTIMATIVA DE KERNEL DO PERCENTUAL DE INDÍGENAS DOS 4.747, REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, CENSO DEMOGRÁFICO 2010.....	139
APÊNDICE 4: ESTIMATIVA DE KERNEL DO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA (A: INDÍGENA; B: BRANCA; C: PARDA; D: PRETA) DOS 18.620 SETORES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, CENSO DEMOGRÁFICO 2010	140
APÊNDICE 5: RAZÃO ENTRE OS KERNEL DO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA (A: INDÍGENA/BRANCA; B: INDÍGENA/PARDA; C: INDÍGENA/PRETA; D: BRANCA/PARDA; E: BRANCA/PRETA) DOS 18.620 SETORES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, CENSO DEMOGRÁFICO 2010.....	141
APÊNDICE 6: RAZÃO ENTRE OS KERNEL DO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA (A: BRANCA/PARDA; B: BRANCA/PRETA) DOS 18.620 SETORES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, CENSO DEMOGRÁFICO 2010.....	142
APÊNDICE 7: TRABALHO APRESENTADO NO III ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA E ÁREAS AFINS	143

Apresentação

Com foco no Estado do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana, o que se justifica em decorrência da importância nacional histórica e contemporânea desses contextos, essa tese analisará ambas as localidades segundo diferentes recortes geográficos, do macro ao micro, como por exemplo, mesorregião, municípios e setores censitários, a partir dos dados dos dois últimos censos. Inserido num contexto mundial de analisar os indígenas residentes em áreas urbanas, principalmente em grandes cidades, busca-se compreender as características sociodemográficas, econômicas, do domicílio e seu entorno através de diferentes abordagens metodológicas.

Tal como em outros países, os indígenas, no Brasil, constituem um segmento populacional que possui diferenças marcantes em relação ao restante da população em diversos aspectos, como, por exemplo, em suas características sociodemográficas, econômicas, de situação de saúde e local de residência (dentro ou fora de Terra Indígena e urbano ou rural, por exemplo

Considerando os diferenciais sociodemográficos e econômicos frente ao restante da população, a fonte de informações sobre essas características a nível nacional pode ser verificado através das análises das bases de dados provenientes dos Censos Demográficos, pesquisas decenais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste caso, é importante ressaltar que os avanços dos últimos censos, assim como a disponibilização das bases de dados de forma livre e online juntamente com a inserção sistemática da categoria indígena como opção de resposta à pergunta sobre a cor ou raça que ocorreu em 1991 foram essenciais para a execução dessa tese. Esse último fato permitiu a produção de conhecimento sobre os indígenas e os tornaram mais “visíveis” nas estatísticas nacionais (PEREIRA, 2016; SANTOS; TEIXEIRA, 2011).

Além disso, outra questão relevante, que possibilitou algumas das análises dessa tese, está relacionada com a possibilidade de análise dos dados considerando diferentes recortes do território, como urbano/rural, por unidades da federação, etc., e também segundo a unidade de coleta do censo, o setor censitário (IBGE, 2003a, 2011a). Dessa forma, os dados censitários contribuem potencialmente para as análises das condições de vida dos indígenas. Quanto aos resultados dos três últimos Censos, verifica-se que o quantitativo de indígenas aumentou expressivamente no Brasil (de 294.131, em 1991,

para 734.127, em 2000, e 896.917, em 2010). Porém, o incremento ocorreu majoritariamente na área urbana e não foi uniforme nas regiões, havendo aumento no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e queda no Sul e Sudeste (IBGE, 2012a). Essa variação populacional levanta uma série de questões, uma vez que a dinâmica demográfica (natalidade, mortalidade e migração) não é capaz de explicar esse fenômeno por completo. Alguns aspectos devem ser considerados, dentre os quais: a pergunta sobre cor ou raça, realocada do questionário da amostra em 1991 e 2000 para o do universo em 2010, e a inserção de questões adicionais, como, por exemplo, sobre pertencimento étnico e língua indígena falada em domicílio, em 2010 (IBGE, 2012b; PEREIRA, 2016; SANTOS; TEIXEIRA, 2011).

As diferenças regionais revelaram que, em 2010, apesar de cerca de 60% dos indígenas residirem em área rural no país, o contingente desse segmento populacional residente em área urbana foi superior à área rural em determinadas regiões, como no Sudeste (80%) (IBGE, 2012b). No âmbito nacional, estudos sobre os aspectos do indígena residente em área urbana vêm aumentando e, conforme já apontado em relação aos residentes em Terras Indígenas, aqueles na área urbana também estão em desvantagem em muitos aspectos em relação ao restante da população, além de possuírem características sociodemográficas distintas (MARINHO; CALDAS; SANTOS, 2017; RAUPP et al., 2017; SIMONI; DAGNINO, 2016; WONG, 2016).

Diante disso, nessa tese, além de investigar a variação no quantitativo de indígenas entre 2000 e 2010 no Estado, abordam-se os dados referentes a 2010 da área urbana da Região Metropolitana. A compreensão sobre esses dois recortes é importante não somente para suprir a lacuna de estudos sobre indígenas residentes do Sudeste a partir de dados do censo, mas também com vistas ao desenvolvimento de metodologias a serem utilizadas em estudos similares.

Em relação à estrutura, primeiramente foi escrita uma breve e atual contextualização acerca da saúde da população indígena, bem como um panorama sobre o tratamento dado a esse segmento nas pesquisas de base populacional e dos indígenas residentes em área urbana. Tendo como objetivo geral investigar as características sociodemográficas, de saneamento e do entorno dos domicílios dos residentes no Estado e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com foco nos indígenas, essa tese apresenta suas análises e resultados em três artigos.

As análises têm como base as informações dos microdados das amostras dos Censos 2000 e 2010 e do universo do Censo 2010, disponibilizados *online* pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cabe esclarecer que, de acordo com a legislação vigente (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), devido ao caráter irrestrito de acesso aos dados dos Censos, não houve necessidade de aprovação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

No primeiro artigo, intitulado “Indígenas do Estado do Rio de Janeiro segundo os Censos Demográficos de 2000 e 2010”, foram descritas, comparativamente, as características socioeconômicas e demográficas dos indígenas residentes nas mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro. Para tal, foram utilizados os microdados da amostra dos Censos 2000 e 2010 e do universo do Censo 2010. Os resultados apontam importantes mudanças sociodemográficas para este segmento populacional entre os Censos 2000 e 2010. Dentre elas, destacam-se a diminuição populacional em todas as mesorregiões, a menor proporção de jovens de ambos os sexos e maior de adultos e idosos (principalmente do sexo feminino), assim como o aumento no percentual de alfabetizados. Em ambos os Censos, a população indígena residia majoritariamente em áreas urbanas, e as informações sobre a etnia e a língua falada no domicílio revelam uma marcante diferença entre aquela residente na área urbana e na rural.

Com ênfase na área urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o segundo artigo, intitulado “Onde moram os indígenas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro?”, teve por objetivo verificar a distribuição do local de residência dos indígenas. Os microdados agregados por setor censitário do universo do Censo 2010 e a base espacial dos setores censitários foram explorados. Neste artigo, revela-se que a distribuição da população segundo cor ou raça não é homogênea em diversos aspectos. Ao passo que pardos e pretos residiam nos municípios do Rio de Janeiro e naqueles da Baixada Fluminense, os brancos e indígenas residiam majoritariamente no município do Rio de Janeiro. Um resultado importante foi que em 75% dos setores censitários da Região Metropolitana não havia residente indígena. Considerando os setores com indígena, enquanto o número máximo de indígenas no setor foi de 40, em aproximadamente 20% deles residia somente um indígena. Destaca-se que os indígenas nessa última situação apresentaram um perfil sociodemográfico marcadamente distinto em vários aspectos.

O último artigo, intitulado “Indígenas urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: presença de serviços públicos e condições socioeconômicas segundo o Censo Demográfico 2010”, também se baseia nos microdados agregados por setor censitário do universo do Censo 2010. O objetivo foi verificar a presença de saneamento

básico, as características do entorno do domicílio em área urbana segundo as condições socioeconômicas e a cor ou raça dos residentes. Os resultados mostraram que os indígenas são minoria tanto nos municípios quanto nos recortes dos setores a depender da quantidade de indígenas e que os brancos, pretos e pardos tiveram maior expressão. Já os indicadores socioeconômicos, de saneamento e entorno analisados descritivamente e através de componentes principais expõem a existência de fortes contrastes entre os municípios e a cor ou raça da população. Os resultados das análises de componentes principais, de maneira geral, uma consistente cercania dos indígenas aos eixos, apesar de ter ocorrido, em nos recortes a depender da quantidade dos indígenas nos setores uma aproximação com os brancos. Por último, a correlação, por um lado, mostrou uma relação mais estreita entre o percentual de pretos e pardos e entre indígenas e brancos, por outro.

Os achados dessa tese revelaram importantes características sobre os indígenas residentes no Estado do Rio de Janeiro e em sua Região Metropolitana. Os resultados apontam que as condições sociodemográficas dos indígenas, por vezes, foram distintas do restante da população. Adicionalmente revelou-se que seu padrão de distribuição espacial foi similar àquele dos brancos embora, em relação ao saneamento e entorno dos domicílios, tal similaridade não tenha sido consistentemente verificada. As análises referentes ao saneamento e ao entorno dos domicílios, relativas aos municípios da Região Metropolitana e aos pretos e pardos, acompanharam os achados já descritos na literatura, confirmando a não universalidade dos serviços na Região Metropolitana e vulnerabilidade em que se encontram os pretos e pardos. Em conclusão, tais achados apontam para a necessidade de realização mais estudos sobre indígenas urbanos não somente para compreender melhor e de maneira mais ampla suas características socioespaciais e condições de vida, mas também para testar e consolidar metodologias, especialmente daqueles residentes em áreas urbanas das grandes cidades do Brasil.

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas demográficas são importantes não somente pela caracterização das populações como também para que os governos elaborem e executem políticas públicas direcionadas às realidades e necessidades nelas constatadas (LOVEMAN, 2014). Por possuírem bons registros administrativos da população alguns países vêm testando outras metodologias e fontes de dados, contudo, a maioria mantém ainda a captação de informações através da execução de recenseamento via coleta de dados domiciliar (KUKUTAI; THOMPSON; MCMILLAN, 2015).

Considerando especificamente a área da epidemiologia em saúde pública, os dados do censo são importantes pelo provimento de informações, por exemplo, sobre saneamento, mortalidade e fecundidade. Além disso, os registros sobre o total populacional são amplamente utilizados em conjunto com os registros dos sistemas de informação em saúde no cálculo dos indicadores segundo recortes específicos (BÜHLER et al., 2014; CALDAS et al., 2017; CAMPOS et al., 2017; PAES; ALBUQUERQUE, 1999; PEREIRA; QUEIROZ, 2016; RAUPP et al., 2017).

Além disso, a consideração e inserção dos segmentos populacionais mais vulneráveis nas políticas públicas e estudos científicos são primordiais, sendo recomendadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 1990; OMS, 2011; ONU, 2016). Dessa forma, têm se observado em diversos países, incluindo o Brasil, o aumento na coleta de informações sobre a etnia, ascendência, nacionalidade, cor, e/ou raça nos registros administrativos e pesquisas nacionais (LOVEMAN, 2014; MORNING, 2008).

Contudo, a interpretação desses dados não é simples. Aquelas oriundas de análises dos Censos Demográficos, por exemplo, no que refere à cor ou raça, devem considerar aspectos relacionados à percepção do informante (incluindo subjetividade e fluidez das categorias). Ressalta-se que, no censo brasileiro, preferencialmente, mas não obrigatoriamente, o responsável pelo domicílio é quem responde o questionário (informante), o que significa que os dados não são providos por cada um dos indivíduos recenseados (CARVALHO; WOOD; ANDRADE, 2003; CAVENAGHI; ALVES, 2011; OSORIO, 2003; PERZ; WARREN; KENNEDY, 2008; SANTOS et al., 2015; TELLES, 2004; WOOD; CARVALHO, 1994).

Embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) seja o órgão responsável pelo Censo Demográfico no Brasil, desde a década de 1940, a coleta de dados sobre o a cor ou raça da população tem sido realizada de forma descontínua, desde o primeiro recenseamento, em 1872. Destaca-se que, de 1940 até 1960 e após 1980 a pergunta se referindo ao pertencimento à cor foi aplicada. No Censo 1991 houve alteração no quesito e nas opções de resposta, a pergunta passou a ser sobre a “sua cor ou raça” e as seguintes categorias foram disponibilizadas como opção de resposta: branca, preta, amarela, parda e indígena. Tais alterações permaneceram nos censos posteriores (Quadro 1) (IBGE, 2011b, 2012a).

Quadro 1: Categorias de pertencimento étnico/racial nos Censos Demográficos do Brasil de 1872 a 2010

Ano do Censo Demográfico	Categorias de pertencimento étnico/racial
1872	População livre: Branca, preta, parda, cabocla. População escrava: Preta, parda.
1890	Branca, preta, mestiça, cabocla.
1940	Branca, preta, amarela.
1950	Branca, preta, parda, amarela.
1960	Branca, preta, parda, amarela.
1970	Não foi aplicado o quesito
1980	Branca, preta, parda, amarela.
1991, 2000 e 2010	Branca, preta, parda, amarela, indígena.

Fonte: Censo Demográfico 1872/2010 (IBGE, 2011).

A captação das informações sobre indígenas nas pesquisas nacionais têm permitido um maior e melhor conhecimento sobre suas características e condições de vida, principalmente por conta de suas particularidades culturais, históricas e de uso do território (CSDH, 2008). Devido tanto à cobertura nacional quanto à ampla gama de variáveis e à entrada da categoria indígena, o número de trabalhos que exploram os aspectos relacionados à população indígena baseados nos três últimos censos tem aumentado. A coletânea “Demografia dos Povos Indígenas no Brasil” foi pioneira na abordagem crítica de trabalhos desta temática baseados em fontes não oficiais e oficiais, como o censo. Publicada em 2005, nela foram exploradas, entre outros aspectos, as características dos indígenas segundo os Censos de 1991 e 2000 (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005). Além disso, o IBGE divulgou várias publicações sobre indígenas com base nos resultados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 2005,

2012a, 2012b). Trabalhos mais recentes conduzidos por pesquisadores de diversas instituições vêm mostrando, com base em dados dos censos, diferenças na presença de saneamento básico, nos perfis de morbimortalidade e nas características sociodemográficas desta população frente aos demais segmentos populacionais (CALDAS et al., 2017; CAMPOS et al., 2017; MARINHO; CALDAS; SANTOS, 2017; RAUPP et al., 2017; SANTOS et al., 2015; WONG, 2016). Ademais, recentemente a Revista Brasileira de Estudos de População publicou o dossiê “Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas”, com trabalhos produzidos a partir de dados dos últimos censos (LONGO; FERREIRA; AZEVEDO, 2016; SIMONI; DAGNINO, 2016; SOUZA et al., 2016; WONG, 2016).

Para compreender melhor acerca dos indígenas no Brasil é fundamental levar em consideração a complexa dinâmica histórica desde o século XVI, por ocasião da chegada dos colonizadores europeus e subsequente expansão de fronteiras. Na capital e no estado do Rio de Janeiro, em particular, como reportado por ALMEIDA (2013) e FREIRE; MALHEIROS (2009), muitas aldeias indígenas foram violentamente invadidas e destruídas, ocasionando mortes, prisões e deslocamento forçado de indígenas a aldeamentos (que em muitos casos congregavam diversas etnias) com vistas a posterior catequização e/ou escravização. Portanto, ao longo dos séculos, a região que compõe o atual Estado do Rio de Janeiro sofreu modificações sócio-históricas, (CARVALHO, 1990; SOARES, 2001) com implicações diretas sobre as interpretações da atual distribuição da população indígena.

KODAMA (2009) relata, através de análise documental do século XIX, que o Império enfrentou inúmeras dificuldades nos esforços para quantificar e qualificar a população do país, incluindo resistência política das províncias e descontentamento com as categorias de classificação da população proposta. Portanto, é difícil precisar sua quantidade àquela época. Segundo SILVA (2016), apesar das limitações inerentes as finalidades e interesses na contagem da população indígena, a documentação histórica assinala que, entre 1818 e 1844, o total de indígenas no Rio de Janeiro estaria entre 1.500 a 5.615 indivíduos .

Alguns anos depois, em 1872, ocorreu o primeiro censo com abrangência nacional. Entretanto, não foram captados dados para este segmento populacional separadamente das demais categorias (Quadro 1) (IBGE, 2005, 2012b; OSORIO, 2003). Apesar desse panorama, segundo ALMEIDA (2013) e FREIRE; MALHEIROS (2009), havia aldeias indígenas em diversos locais do Estado do Rio de Janeiro, inclusive nos

municípios que atualmente configuram a Região Metropolitana. Hoje existe, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), seis Terras Indígenas, todas da etnia Guarani (três regularizadas, uma delimitada e duas em estudo), localizadas em dois municípios do sul do estado, Paraty e Angra dos Reis¹.

A região sudeste do Brasil possui quatro estados (Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) e algumas cidades com alta relevância nacional, seja pela questão histórica, econômica ou política. O Estado do Rio de Janeiro, especificamente, possui dois momentos marcantes que contribuíram para sua projeção nacional se concretizar: o fato de a família real ter aí residido (entre 1808 e 1821) e de ter sido capital do país (entre 1763 e 1906, embora a regulamentação pela Lei Orgânica tenha ocorrido em 1892) (BRASIL, 1892; CARVALHO, 1990; SOARES, 2001). Esses dois aspectos são importantes para a compreensão da dinâmica de ocupação do território do estado, que se concentra no município do Rio de Janeiro e naqueles mais próximos (DAVIDOVICH, 2010). Inclusive, devido à centralidade histórica do município do Rio de Janeiro e sua relevância socioeconômica e demográfica foi estabelecida a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1974 (Lei Complementar Federal nº20/1974) (BRASIL, 1974; CATELA, 2013; MELLO; MELLO; ORRICO F, 2016; MENEZES et al., 2014).

Os resultados dos Censos de 2000 e de 2010 revelaram para o estado um aumento populacional próximo a 1,5 milhão. Em 2010, a população era de 15.989.929 de habitantes e a Região Metropolitana concentrava 75% da mesma (IBGE, 2003a, 2012c; RIBEIRO et al., 2012). Com respeito ao total populacional segundo a cor ou raça, em 2000 havia 35.934 indígenas no estado (0,25% da população) e em 2010, 15.258 (0,1%). A Região Metropolitana se destacou ainda como segunda maior região metropolitana do país por conta do total populacional e do seu desempenho econômico. Contudo, tal como as demais regiões metropolitanas, é caracterizada por significativas desigualdades espaciais, socioeconômicas, sanitárias e demográficas (AZEVEDO; FERNANDES, 2014; RIBEIRO; SILVA; RODRIGUES, 2011).

¹ Informações disponíveis em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> (Acesso em 21/01/2019).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 VISIBILIDADE E SAÚDE DA POPULAÇÃO INDÍGENA

Em países com presença de povos nativos, a fim de para garantir os direitos dos mesmos, se faz necessário seu reconhecimento por parte do governo. E em tais países, é comum que tais povos enfrentem reiteradamente diversas dificuldades, como condições de preconceito e racismo, apresentando muitas vezes piores condições de vida (ONU, 2009). Do ponto de vista social, os indígenas comumente são caracterizados pelos altos índices de pobreza, desemprego, analfabetismo, exclusão da sociedade dominante, falta de terra e território, destruição do ecossistema, alteração da dinâmica de vida e necessidades básicas não atendidas (ONU, 2016; OPAS, 2007).

No campo da saúde pública, para que os indicadores reflitam condições de saúde menos desiguais entre diferentes segmentos populacionais, é necessário reduzir a diferença nas condições de vida e no acesso aos serviços de saúde. A fim de atingir esse objetivo, os estudos, as ações sociais e as políticas públicas em saúde devem considerar diversos aspectos e dimensões, como a classe social, o gênero, a raça, cor ou etnia dos segmentos populacionais, focando, dessa forma, naqueles mais vulneráveis (ADORNO; ALVARENGA; VASCONCELLOS, 2004; CEPAL, 2016; ONU, 2016; STEWART, 2009).

A importância dos sistemas de informação em saúde diante desse cenário está ligada ao provimento de dados públicos, abertos e de qualidade (confiáveis), sobre a saúde da população e o acesso aos serviços que a garantam, com diferentes recortes. Contudo, a coleta (cobertura), a sistematização e a posterior disponibilização dos mesmos não são realidade em todos os países, como apontam SETEL et al. (2007) e STREATFIELD et al. (2014a, 2014b). Esses trabalhos mostram que diversos países da África e Ásia não possuem sistemas de informação sobre estatísticas vitais oriundas de registro civil (nascimento e mortalidade) e, como consequência, as práticas de saúde, o investimento governamental e as políticas não se baseiam em evidências fidedignas.

O Brasil atualmente conta com uma rede de sistemas de informação em saúde que abrange dimensões epidemiológica, demográfica, de produção de serviços e outras funcionalidades, provendo dados sobre a mortalidade, nascimento, hospitalização, vacinação, morbidade, dentre outros (BRASIL, 2009a, 2009b). Em meio aos aprimoramentos ocorridos nos sistemas está a inclusão de categorias sobre a cor ou raça

do indivíduo. O *site* do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) disponibiliza para os sistemas de nascidos vivos (SINASC), sobre mortalidade (SIM) e de notificação de agravos (SINAN), por exemplo, informações segundo cor ou raça da população, com séries temporais que cobrem diferentes períodos. Para o SIM, há informação disponível desde 1979, mas a cor ou raça consta somente a partir de 1996. O SINASC, que dispõe de dados desde 1994, tem a cor ou raça disponível a partir de 1996. Já o SINAN possui informações sobre cor ou raça desde sua disponibilização (2001)². Atualmente, é obrigatória (de acordo com a Portaria nº 344/2017) a informação sobre cor ou raça do usuário, conforme as categorias do IBGE (branca, preta, amarela, parda e indígena), em todos os instrumentos de coleta de dados adotados pelos serviços públicos de saúde (prontuários, formulários, cadastros, etc.) (BRASIL, 2017).

Considerando a dimensão raça/etnia/cor, a vasta literatura sobre o assunto reitera que a mesma resulta de um constructo social, intimamente ligado à identidade e a trajetória socioeconômica (ARAÚJO et al., 2009; BASTOS et al., 2008; CHOR; LIMA, 2005; KAUFMAN, J.; COOPER, 2001; LAGUARDIA, 2004; TRAVASSOS; WILLIAMS, 2004). Por um lado, a dificuldade de determinar e medir a identidade e/ou pertencimento étnico e racial do indígena se expressa nas diferentes definições existentes. Fruto de uma construção contínua, a identidade resulta das experiências individuais e coletivas ao longo da vida. Por outro lado, no âmbito da estatística oficial e da governabilidade de um país, é necessário definir os critérios adotados para a classificação dos indivíduos. Através deles são formuladas e executadas pesquisas nacionais e políticas a segmentos específicos da população (CSDH, 2008; LOVEMAN, 2014; ONU, 2016).

Nesse sentido, são importantes resoluções, recomendações e definições internacionais, como a da Organização Internacional do Trabalho, de 1989, que reconhece, identifica e pede atenção aos direitos dos indígenas (OIT, 2011). Também no âmbito internacional, a ONU (1986) recomenda que a identificação dos indígenas seja realizada pela autoidentificação, ou seja, a percepção do indivíduo sobre sua identidade étnica e/ou racial. No Brasil, a Fundação Nacional do Índio (Funai), que coordena e executa a política indigenista, define, na Lei nº6.001/1973, como indígena: “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da

² Informações disponíveis: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. (Acesso em 08/01/2019).

sociedade nacional” (BRASIL, 1973). Já no censo, a classificação depende da percepção de quem responde o questionário no domicílio, seja a própria pessoa (autoclassificação) ou outra (heteroclassificação) (CAVENAGHI; ALVES, 2011).

Segundo o documento “State of the World's Indigenous Peoples” estão distribuídos em 90 países mais de 370 milhões de indígenas (ONU, 2009). A América Latina juntamente com o Caribe, em 2010, apresentava 42 milhões de indígenas (ou 7,8% da população) e 826 povos (CEPAL, 2017; CSDH, 2008; THE WORLD BANK, 2015). No Brasil, no mesmo ano, foram contabilizados pelo Censo Demográfico 2010, 896.917 indígenas (0,4% da população) e 305 etnias (IBGE, 2012b).

ANDERSON et al. (2016), em um abrangente estudo sobre saúde indígena que analisou dados relativos a 23 países. Os indígenas, em comparação com o restante da população, de maneira geral, apresentaram as piores condições socioeconômicas e de saúde. Foram encontradas diferenças na expectativa de vida, na taxa de mortalidade infantil e materna, baixo peso ao nascer, desnutrição infantil, obesidade infantil e adulta, alfabetismo e *status* econômico. Os indicadores dos indígenas, na maioria das vezes, mostravam desvantagens àqueles dos não indígena. Considerando os indígenas do Brasil, os autores mostraram, por exemplo, altas taxas de obesidade adulta, de mortalidade infantil, e desnutrição infantil.

No que concerne à atenção à saúde dos indígenas no Brasil, dois marcos importantes, em virtude das particularidades dos povos indígenas, foram a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena foi incorporado em 1999 (nº 9.836) ao SUS e tem seu funcionamento atrelado a 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), com função de prover atenção integral à saúde de forma diferenciada considerando o contexto local e as tradições de cada etnia (BRASIL, 1990; CARDOSO et al., 2012; PONTES; GARNELO; REGO, 2014; SOUSA; SCATENA; SANTOS, 2007). Contudo, cabe apontar que, apesar de referir ao indígena residente nas áreas urbanas, o atendimento diferenciado existe preferencialmente nas áreas urbanas com TI ou próximas às mesmas. Dessa forma, uma parcela dos indígenas das áreas urbanas do país é atendida no SUS, em todos os níveis de atenção (primária, secundária e terciária), conforme os demais segmentos populacionais. Por este motivo, conforme consta no documento final da última Conferência Nacional dos Povos Indígenas, realizada em

2006, existe uma reivindicação para que haja atendimento diferenciado aos indígenas urbanos fora de aldeias e Terras Indígenas (BRASIL, 1990, 2002; FUNAI, 2006).

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, por sua vez, instituída pela Portaria n.º254/2002, possui as diretrizes para a definição e orientação dos instrumentos de planejamento, implementação, avaliação e controle das ações de atenção à saúde dos povos indígenas visando a garantia do acesso à atenção integral à saúde no âmbito do subsistema (BRASIL, 2002).

No entanto, a literatura indica que, mesmo com a implantação do subsistema e implementação da política, a atenção à saúde indígena permanece distante das efetivas necessidades. Os indicadores de saúde continuam a apontar desigualdades tanto em comparação com o restante da população como aqueles preconizada pelo MS e órgãos internacionais. Elevada rotatividade e descontinuidade dos profissionais, desconsideração da perspectiva dos indígenas sobre o processo terapêutico e dos conflitos relacionados com as barreiras culturais e operacionalização dos serviços, bem como elevada complexidade e diversidade dos cenários locais, são alguns dos fatores ligados às suas fragilidades operacionais (CARDOSO et al., 2012; DIEHL; LANGDON; DIAS-SCOPEL, 2012; DIEHL; PELLEGRINI, 2014; PONTES; GARNELO; REGO, 2014; SOUZA; SANTOS, 2009).

Os resultados do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas (2008-2009) mostram, por exemplo, que o acesso ao serviço de saúde, hábitos alimentares, características do domicílio, situação socioeconômica e as condições de saneamento influenciam a ocorrência de doenças em crianças e mulheres indígenas. Quase 20% das crianças investigadas haviam sido hospitalizadas no primeiro ano de vida, frequentemente por diarreia e infecções respiratórias, e 23,6% tiveram diarreia na semana anterior à entrevista. Além disso, 51,2% estavam anêmicas e 25,7% abaixo do peso para a idade. Em relação às mulheres, 46,1% apresentaram excesso de peso, 32,7% estavam anêmicas e 13,2% hipertensas (COIMBRA et al., 2013; ESCOBAR et al., 2015; HORTA et al., 2013; LEITE et al., 2013).

Em outro estudo, VIANA; GONÇALVES; BASTA (2016) verificaram que, de acordo com o SINAN, os indígenas, além de um aumento de 18,8% na taxa de incidência de tuberculose entre 2008 e 2011, apresentaram, em comparação com brancos, pretos, pardos e amarelos, as maiores taxas em quatro regiões do país. Os autores chamam atenção ao fato de que as crianças indígenas (0-9 anos) tiveram o maior percentual de casos novos notificados, 9,8%. Os indígenas ainda foram os que sofreram

menor percentual na aplicação de protocolos de saúde preconizados pelo MS, como teste para HIV, análise do escarro e bacteriologia.

Ao comparar as taxas de mortalidade infantil (TMI) no Brasil, calculadas com base do Censo 2010 e no SIM, CALDAS et al. (2017) verificaram que os indígenas em ambas as fontes tiveram as maiores taxas, e os brancos e amarelos, as menores. Além disso, a taxa dos indígenas, de maneira geral, estava mais próxima daquela dos pretos e pardos. A discrepância entre a TMI do país, que foi de 16,3%, pelo SIM e 15,7%, pelo censo, e a TMI dos indígenas, que atingiu 47,2%, revela o quão significativas são a desigualdade étnico/racial e a vulnerabilidade desse segmento populacional.

Causa do aumento, do risco de morte em muitos casos, a inexistência ou inadequação do saneamento básico atinge principalmente crianças, acometidas com maior frequência por doenças de veiculação hídrica, como diarreias (causadas por vírus, bactérias e protozoários) e parasitoses intestinais (TEIXEIRA; GUILHERMINO, 2003). Somente a diarreia contribui com aproximadamente 3,6% da carga global de doenças e é responsável pela morte de 1,5 milhão de indivíduos por ano, sendo 58% em decorrência de água imprópria para o uso (OMS; UNICEF, 2006). Em muitos dos casos em que há ocorrência de diarreia, há a contribuição de outras condições para além do saneamento inadequado, o que revela um complexo quadro de exclusão social. Um estudo conduzido em Guarulhos (SP) verificou que quando o material da casa não é de tijolo e não há rede de esgoto, o risco de uma criança até dois anos ter diarreia aumenta em 15 vezes (PAZ; ALMEIDA; GÜNTHER, 2012).

No Brasil, o saneamento é considerado garantia legal e consta na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), na Constituição Federal de 1988, na Lei do Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.080/1990) e na Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007). Tais documentos possuem as diretrizes e obrigações de cada esfera governamental relativas à implementação do saneamento básico no país, considerando como princípio fundamental o fato de ser um direito básico de acesso universal e integral (BRASIL, 1981, 1988, 1990, 1999, 2007).

Apesar de haver passado mais de 30 anos desde a primeira legislação que considerou o saneamento básico, sua universalidade e integralidade ainda não foram uniformemente alcançadas no país. O Plano Nacional de Saneamento Básico, de 2013, mostrou o déficit relacionado ao saneamento no país, classificando os indicadores em: adequado, precário ou sem atendimento (todas as situações não enquadradas nas anteriores e que se constituem em práticas consideradas inadequadas). Considerando o

atendimento precário, o déficit atingiu 50,7% da população em relação ao esgotamento sanitário, 33,9% em relação ao abastecimento de água e 27,2% em relação ao manejo de resíduos sólidos. Os percentuais referentes à parcela da população sem atendimento alcançaram 14,2%, 9,6% e 6,8%, para manejo de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e abastecimento de água, respectivamente (BRASIL, 2013).

Adicional à existência do serviço, a sua qualidade e a intermitência são de extrema relevância, principalmente em relação à água e ao esgoto. A poluição de mananciais, superficiais ou subterrâneos (lençóis freáticos), e o fato de que algumas das técnicas utilizadas no tratamento da água não têm sido corretas e/ou amplamente aplicadas resultam na não garantia de sua potabilidade. Ao mesmo tempo, o tratamento do esgoto tem sido negligenciado em diversas cidades, contribuindo dessa forma para a poluição do ambiente e das fontes de água. Diversos agentes causadores de doenças, como as virais, não são eliminados nos processos de tratamento utilizados no Brasil, o que se traduz em um problema para a saúde pública (PRADO; MIAGOSTOVICH, 2014).

A inadequação do saneamento está associada também ao favorecimento das condições para proliferação de mosquitos. Um estudo conduzido na cidade de Olinda (estado de Pernambuco) revelou que a utilização de fossa séptica rudimentar e o armazenamento de água em cisterna e/ou tanque de água agravaram mais fortemente a alta densidade de mosquitos transmissores de filariose. Casas com quatro ou mais moradores, juntamente com poça no quintal e drenagem de água para a rua, também contribuíram para a alta densidade e manutenção dos mosquitos na residência (CORREIA et al., 2012). Outro estudo evidenciou a manutenção da esquistossomose em locais endêmicos de Pernambuco em decorrência da falta de saneamento básico e infraestrutura. Na ausência de água potável e esgotamento, eram utilizados córregos, rios e açudes, por exemplo, para diversas atividades domésticas, laborais, de lazer, além das necessidades fisiológicas. Portanto, nesse caso, o combate ao ciclo da doença é complexo, uma vez que a necessidade de utilização da água para diversos fins é difícil de cessar (SAUCHA; SILVA; AMORIM, 2015).

COIMBRA et al. (2013) revelaram através do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, como o saneamento inadequado ou inexistente atinge os domicílios das aldeias indígenas do país. Considerando a região Norte, 91% dos domicílios das aldeias entrevistadas possuíam fossas rudimentares. O lixo doméstico em 79% do total dos domicílios investigados era enterrado, queimado ou jogado no entorno

da aldeia. Além disso, para o total de aldeias, o poço artesiano era a fonte de água em 55% dos domicílios pesquisados, sendo apontado com frequência o abastecimento intermitente ou nulo, devido a problemas como: bomba d'água quebrada, falta de combustível para o gerador, registro defeituoso, encanamento furado ou instalação incompleta.

Portanto, a literatura mostra que o acesso aos serviços de saneamento básico adequado é primordial para a manutenção da saúde, dignidade, integridade e sobrevivência dos indivíduos (CASTRO; JUNIOR, 2009). Adicionalmente, segundo o Censo 2010, no Brasil, os domicílios sem abastecimento de água por rede geral, sem rede geral de esgoto ou fossa séptica e sem coleta de lixo localizavam-se em áreas cujo entorno apresentou percentuais mais baixos de serviços públicos, em comparação a áreas com saneamento básico. Nesses casos, o percentual de iluminação pública foi de 64,8%; pavimentação, 21,0%; meio-fio, 14,1%; calçada, 9,0%; e bueiro, 4,3%. Os valores relativos ao esgoto a céu aberto (26,9%) e lixo acumulado nos logradouros (12,2%) também foram piores (IBGE, 2012d).

RIBEIRO; BARATA (2016), em estudo sobre a região central de São Paulo, constataram que 42% dos entrevistados mencionaram que as ruas são pouco iluminadas; 60% afirmaram haver muito barulho; 86%, poluição do ar; 58%, presença de lixo ou entulho nas ruas e 62% consideraram que faltam parques, jardins e outros espaços verdes em sua vizinhança. Sobre áreas verdes e desfechos em saúde, SILVEIRA; JUNGER (2018), utilizando como base os setores censitários do município do Rio de Janeiro, verificaram que nas áreas com mais vegetação, o risco de morte por doenças isquêmicas do coração e cerebrovasculares e áreas verdes é menor. Entre os fatores citados como positivos quanto à cobertura vegetal e sua contribuição na diminuição desse risco estão a prática de atividade física, a redução do estresse, o aumento do contato e da coesão social e a melhoria da qualidade do ar e do conforto térmico. Além disso, os autores verificaram que nas áreas mais carentes, ou seja, com menor nível socioeconômico, a presença de árvores foi um efeito protetor importante para a diminuição do risco.

Outro estudo que explora a relação entre o entorno e a saúde, relacionada com a atividade física, foi verificada por SALLIS et al. (2009), que, ao analisarem 11 países, incluindo o Brasil, constataram a presença de calçadas como a variável mais associada com a prática de atividade física. Outro estudo que explora aspectos do entorno buscou compreender a percepção da saúde e características socioeconômicas relacionadas ao

bairro de residência em Belo Horizonte. Os indivíduos com percepção pobre ou muito pobre reportaram haver em seu bairro aspectos estéticos baixos, mobilidade baixa, pouca qualidade nos serviços e desordens físicas e sociais. O estudo aponta para a necessidade de se considerar a complexidade multidimensional da saúde aliada à percepção do indivíduo sobre seu local de moradia (RODRIGUES et al., 2015).

Portanto, considerar a presença de serviços básicos relacionados ao domicílio de maneira mais ampla, em decorrência dos diversos padrões de uso do território (construções, arruamento, iluminação, etc.), deve ser considerado nas análises relativas ao local de moradia (KING; CLARKE, 2015). Tais padrões podem oferecer, por exemplo, oportunidades ou obstáculos para o deslocamento, a prática de atividades físicas, o acesso a espaços de lazer e a oferta de bens e serviços (RIBEIRO; BARATA, 2016). Essa temática, contudo, é ainda pouco explorada e não existe nenhum trabalho com foco em indígenas. Os poucos existentes no país apontam seu potencial por revelar desigualdades socioespaciais que, influenciadas por fatores macro (socioeconômicos, de condições de vida, trabalho e ambiente, hábitos e estilos de vida,...), eventualmente ocasionam problemas de saúde e aumentam os fatores de risco na população (BRASIL, 2016).

2.2 INDÍGENAS NAS PESQUISAS POPULACIONAIS

A inclusão ou de questões sobre a classificação dos indivíduos segundo raça/ancestralidade/etnicidade nas pesquisas nacionais perpassa por motivos relacionados à enumeração para controle político nos países que passaram por processo de colonização; pela hibridização nacional, nos países latino-americanos, e pela não discriminação; em países como Brasil, Colômbia, Canadá e Estados Unidos. Ao mesmo tempo, em países como França, Alemanha e Espanha, sob o argumento de fomentar a integração nacional, não é utilizado este tipo de classificação (LOVEMAN, 2014; MORNING, 2008; RALLU; PICHÉ; SIMON, 2006).

Questões históricas e políticas relacionadas ao povoamento, ocupação do território e desenvolvimento econômico na construção de Estado/nação em cada país estão intrinsecamente interligadas com as decisões relativas a esse tipo de enumeração. Em conjunto, os fatores acima citados acarretaram concepções distintas, mas não estáticas, sobre a diversidade de características da população que a compõe. Essa heterogeneidade constitui o cerne do desafio metodológico e conceitual da classificação dos indivíduos. Seu reflexo é verificado na elaboração dos questionários e, conseqüentemente, na captação e disseminação de pesquisas nacionais sobre sua população (LOVEMAN, 2014; MORNING, 2008).

A dificuldade na definição do termo a ser empregado na pergunta, de acordo com MORNING (2008), advém da necessidade de utilizar aquele que capte melhor essa informação visto que, até mesmo dentro de um país, existem diferentes significados para etnia, tribo, aborígene, raça, nacionalidade e ascendência. Esses termos remetem em diferentes graus à aparência física e biológica, características socioculturais e cidadania. Portanto, os países empregam diferentes termos, quantidades de perguntas e opções de respostas em suas pesquisas.

A complexidade do tema possui uma conotação a mais nos países com populações originárias, que muitas vezes possuem língua própria (focadas na oralidade e não na escrita) e, possivelmente, uma parcela, quando não a totalidade, não domina a língua oficial do país. Tal característica dificulta e pode impedir o entendimento das perguntas e termos usados nos questionários, gerando dados não reais ou inviabilizando a participação de indivíduos na pesquisa (BORGES et al., 2010; FRANCHETTO, 2008; IBASE, 2004; PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005).

As estratégias utilizadas nos censos para captar informações desse segmento da população vão desde a elaboração de perguntas específicas no questionário aplicado a toda a população, até a produção de questionários nas línguas existentes e realização de censos em separado nos territórios oficialmente demarcados (CAMPOS; ESTANISLAU, 2016; COLMAN; AZEVEDO; VEIGA, 2011; SALAZAR, 2002; SERVÍN, 2012).

Ao analisar os censos nacionais de 138 países até o ano de 2000, MORNING (2008) constatou que a Oceania e as Américas do Norte e Sul tiveram o maior número de países com questões sobre etnicidade, seguido daqueles da Ásia. Por sua vez, África e Europa apresentaram o menor número de países com esse tipo de pergunta. Ainda segundo a autora, o termo etnia, sozinho ou em conjunto com outro (raça, grupo, nacionalidade e ascendência cultural, por exemplo), foi o mais frequente nas perguntas. SCHKOLNIK; DEL POPOLO (2005) também verificaram os termos utilizados no censo da ronda 2000, contudo, visando captar dados sobre os indígenas especificamente em censos de países da América Latina e do Caribe. Como resultados, encontraram: raça, o idioma falado no domicílio ou pelo indivíduo, língua materna e se havia indígenas no domicílio.

O projeto Censo Comum do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que engloba países-membros e associados, buscou, para 2010, que as informações fossem harmonizadas, integradas e comparáveis entre os países, principalmente no que se referiu às variáveis relativas às pessoas com deficiência, às populações indígenas e à migração internacional (IBGE, 2012c). A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) levantou dados referentes aos censos dos 17 países que compõem a região, com o objetivo de verificar a identificação dos indígenas nos censos. Dentre os 16 que realizaram censo na década de 2000 (2000-2007), 12 incluíram “indígena” na opção de resposta para todos os residentes dos domicílios. Em relação às exceções, o México aplicou essa opção somente no questionário ampliado, e a Argentina perguntou se havia algum indígena no domicílio. Além disso, nove indagaram sobre idioma/língua falada e dez sobre a etnia ou povo pertencente, sendo que em alguns países esse questionamento foi feito a toda a população. Na rodada do censo referente à década de 2010 (2010-2017), com 12 países, a identificação dos indígenas foi realizada em todos, sendo que 11 captaram adicionalmente informações sobre etnia ou povo, e oito sobre idioma/língua falada (CEPAL, 2017).

No Brasil, algumas das modificações introduzidas para os classificados como indígenas, no Censo de 2010, foram perguntas sobre etnia, língua falada e opções de respostas sobre: o tipo de domicílio (oca ou maloca), forma de abastecimento de água (poço ou nascente dentro ou fora da aldeia) e, para os menores de 10 anos, o registro de nascimento (Registro Administrativo de Nascimento Indígena). Adicionalmente, para aqueles residentes em Terras Indígenas, que se declararam branco, preto, amarelo ou pardo, perguntou-se: “você se considera indígena?” (IBGE, 2010a, 2010b, 2012b).

Sobre os censos específicos via órgão estatístico oficial, alguns países da América Latina já o realizaram para indígenas de determinadas regiões ou de todo o país. Vale destacar que o Paraguai, em 2002, utilizou uma metodologia participativa onde os indígenas foram ativos desde a elaboração do questionário ao recrutamento de recenseadores (COLMAN; AZEVEDO; VEIGA, 2011; SERVÍN, 2012). Segundo SERVÍN (2012), o treinamento dos indígenas quanto ao uso e manejo dos dados estatísticos resultantes, dando mais autonomia às comunidades, foi o maior desafio, no caso do Paraguai. Já a Argentina, em 1970 e 1974, recenseou os indígenas de duas províncias e, em 2004 realizou a “Encuesta Complementaria de Pueblos Indígenas” (ECPI)³ nos domicílios em que informaram possuir um residente indígena no Censo Nacional de 2001, de forma a aprofundar a investigação sobre a população (INDEC, 2015).

Os levantamentos de dados demográficos específicos para indígenas já realizados no Brasil não foram conduzidos por órgãos oficiais. O “Diagnóstico Sociodemográfico Participativo da População Sateré-Mawé” (TEIXEIRA, 2005) e a “Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro” (AZEVEDO, 1994) são dois exemplos. Os trabalhos têm em comum a participação dos indígenas em diferentes esferas do processo. O Diagnóstico contou com o envolvimento de professores, alunos, agentes de saúde e lideranças. Foram destacados sobre essa ampla participação o respeito que estes possuem, além da boa comunicação com os moradores e fluência no idioma (TEIXEIRA, 2005). O estudo sobre a demografia dos Povos Indígenas do Rio Negro buscou suprir a falta de informações, à época, assim como complementar os dados do censo. Foram utilizados dois questionários, para a comunidade e o domicílio e os resultados foram disponibilizados para que as lideranças os consultassem e utilizassem (Azevedo, 1994). Segundo EARLY; PETERS (1990), dois fatores

³ Informações disponíveis: <https://www.indec.gov.ar/micro_sitios/webcenso/ECPI/index_ecpi.asp> (Acesso em 05/01/2019).

contribuem para o sucesso na coleta de dados de populações indígenas: falar a língua nativa e a convivência prolongada com a população estudada (ver também: PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005).

As informações sobre indígenas nos censos, por cobrir todo o território nacional, são extremamente relevantes, contudo não estão livres de limitações. Além daquela inerente à comunicação (entrevistas conduzidas em português por recenseadores geralmente pouco familiarizados com as realidades socioculturais indígenas), já mencionada, existe também uma não compreensão de algumas categorias (referentes a trabalho, família, etc.), originalmente concebidas para contextos ocidentais (PEREIRA; FLORIDO; FERNANDES, 2002). Para o Censo 2010, especificamente, apesar dos progressos alcançados, a barreira da língua; assim como o não entendimento de algumas das categorias permaneceram. Tais fatos foram verificados durante a prova piloto do censo na aldeia de Santa Rosa do Ocoy (Paraná, Brasil) (BORGES et al., 2010).

Os avanços para o Censo 2010 perpassaram por algumas inovações operacionais, que facilitaram a sistematização dos dados coletados, como a compatibilização dos setores censitários com a delimitação das Terras Indígenas, sempre que possível, e a utilização de um computador de mão para a coleta das respostas (IBGE, 2012b). Adicionalmente, houve a inclusão de categorias em determinados quesitos (citados anteriormente no texto) e a migração da pergunta sobre cor ou raça do questionário da amostra para o universo, alcançando, dessa forma, toda a população (IBGE, 2010a, 2010b).

Os censos dos diferentes países mostram, para além das diversas características sobre os povos originários/indígenas, que seu peso na população difere entre os países. Os recenseamentos mais recentes revelaram que países como México, Peru, Guatemala e Estados Unidos possuem um expressivo contingente de indígenas. México, em torno de 17 milhões (15,1% do total populacional), Peru com 7 milhões (24%) e Guatemala e Estados Unidos com cerca de 6 milhões (41 e 1,7%, respectivamente). No outro extremo estão Costa Rica e Paraguai, com pouco mais de 100 mil (2,4 e 1,8%) e Uruguai, com cerca de 80 mil indígenas (2,4%) (CEPAL, 2017; DEL POPOLO, 2008; NORRIS; VINES; HOEFFEL, 2012). Nova Zelândia⁴ e Austrália, com 598.602 (14,9%) e 649.200 (2,7%) de indígenas, se aproximaram do total encontrado no Brasil segundo o Censo 2010, que contabilizou 896.917 indígenas considerando o quesito cor

⁴ Informações disponíveis em: <<http://archive.stats.govt.nz/Census/2013-census/profile-and-summary-reports/quickstats-culture-identity/ethnic-groups-NZ.aspx>> (Acessado em 05/01/2019).

ou raça e a pergunta adicional de cobertura, aplicada nas Terras Indígenas, conforme explicado anteriormente (ABS, 2018; IBGE, 2012b).

Sobre a diversidade de perfis dos indígenas, o trabalho de ANDERSON et al. (2016) revelou que nos 23 países analisados foram encontradas semelhanças em alguns aspectos entre os indígenas, ao mesmo tempo em que se evidenciaram diferenças em relação à população não indígena. Em comum dentre os indígenas de 14 países, tem-se, por exemplo, uma menor expectativa de vida ao nascer. Chama a atenção que em quatro deles (Quênia, Nigéria, Índia e Camarões) a expectativa variou entre 35,5 e 63,9 anos. Comparando indígenas e não indígenas, sete países tiveram diferença na expectativa acima de cinco anos, estando o indígena sempre apresentando os piores indicadores (Austrália, Quênia, Nova Zelândia, Canadá, Camarões, Groelândia e Panamá). A razão de taxa da mortalidade infantil entre os indígenas e não indígenas, em 16 de 17 países, foi maior que um, e em seis países, incluindo o Brasil (2,65), maior que dois. Em relação à educação, a diferença no percentual de escolarizados, entre indígenas e não indígenas variou entre -1 (Suécia e Estados Unidos) e -49,1 (Nigéria), sendo que no Brasil o valor atingiu -18,2. A pobreza, entre os 16 países com essa informação, foi mais comum entre os indígenas da Austrália, China (Tibete), Canadá, Chile, Índia, Panamá e Venezuela. Além disso, 14 países apresentaram razão de taxa para pobreza acima de um, inclusive o Brasil (1,53), revelando mais uma vez desvantagem em comparação aos não indígenas.

Os indígenas apresentam ainda, de maneira geral, uma estrutura etária por sexo clássica (base larga e afunilamento com o aumento da idade), reflexo da alta fecundidade e mortalidade, além da baixa esperança de vida. Essa característica foi encontrada, por exemplo, no Brasil, Equador, Panamá, Venezuela, Canadá, Nova Zelândia, Estados Unidos, Austrália, entre outros (CEPAL, 2017; IBGE, 2012b; SMYLIE et al., 2010). Outro ponto relevante, principalmente pela localização geográfica dos territórios oficialmente demarcados, é o local de residência dos indígenas. Embora a maioria desses territórios esteja localizada na área rural e, portanto, muitas vezes afastados das cidades e grandes centros urbanos, tem-se observado um aumento de indígenas residindo em áreas urbanas. Em países como o Canadá, por exemplo, a maioria da população já vive em áreas urbanas, mais especificamente em zonas periféricas das cidades (BELANGER, 2012; WALKER, 2008; WALKS; BOURNE, 2006). Na Austrália e Nova Zelândia, esse fenômeno vem sendo registrado também (BIDDLE, 2009; EADES et al., 2010; RYKS; PEARSON; WAA, 2016).

Os três últimos recenseamentos no Brasil (1991, 2000 e 2010) permitiram o acompanhamento das características dos indígenas e revelaram informações importantes. Os resultados para 2010 mostraram que indígenas acima de 15 anos possuem uma taxa de alfabetização baixa (76,7%) e distante dos não indígenas (90,4%). Neste caso específico, a comparação entre 1991 e os demais anos não permite afirmar uma melhoria por conta do aumento substancial de indígenas em 2000. Já o aumento de 3,8% de alfabetizados indígenas, observado entre 2000/2010, foi próximo ao encontrado para os não indígenas, apesar de os indígenas ainda permanecerem com percentuais menores (IBGE, 2012b).

Embora a maioria dos indígenas, em 2010, residisse em áreas rurais (63,8%) e uma grande parcela (48,7%) habitasse em TI, o perfil do residente em área urbana é distinto em alguns aspectos. A razão de sexo dos indígenas mostrou que em 1991, no país, houve um predomínio masculino (104,2), enquanto que em 2000 e 2010 ocorreu um equilíbrio entre os sexos (99,0 e 100,5, respectivamente). Em contraste, em relação aos não indígenas do país, houve um predomínio feminino em todos os anos (97,5 em 1991; 96,9 em 2000; 95,9 em 2010). Considerando a situação do domicílio dos indígenas e dos não indígenas em 1991, 2000 e 2010, o perfil foi de predomínio feminino na área urbana e masculino na rural. A composição etária por sexo dos indígenas, para o Brasil, mostra uma base mais larga do que o topo em 2010. Mas comparando os três últimos censos se percebe uma redução da base entre 1991 e 2000 e um pequeno aumento em 2010, comparado a 2000. Segundo o IBGE, o volume populacional da área rural ainda possui uma grande influência, pois a maioria dos indígenas reside nesta área. A pirâmide dos indígenas residentes na área urbana assemelha-se com a composição dos não indígenas (IBGE, 2012b).

2.3 INDÍGENAS URBANOS: CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E CONDIÇÕES DE VIDA

De acordo com a ONU, entre 75% e 80% das populações da América do Norte, Latina e Caribe, assim como da Europa, vivem em áreas urbanas. Ásia e África possuem cerca de 40%, contudo seus percentuais de crescimento são mais altos que os encontrados nos demais continentes. De maneira geral, independente da região, as projeções indicam que o percentual tanto de áreas urbanas quanto de residentes nelas aumentará com os anos (ONU, 2011).

Na América Latina, em 2010, dos 42 milhões de indígenas, 49,0% residiam em área urbana (THE WORLD BANK, 2015). Considerando os indígenas nessa situação, DEL POPOLO et al. (2007) destacam três aspectos importantes para sua compreensão: a origem, a forma de interação com os grupos sociais, e as formas de contato interétnico (padrões socioculturais específicos de um povo no/e o contexto urbano). Em relação à origem, os autores destacam que o indígena pode ser: oriundo da própria área urbana, descender de uma migração anterior para aquela localidade ou ser um imigrante. Considerando os deslocamentos de indígenas, os mesmos podem estar atrelados: à falta de demarcação do território, à alta densidade populacional versus o tamanho da terra, aos interesses das corporações nacionais e multinacionais, à degradação ambiental, à pobreza, à escassez de água e à busca de melhores oportunidades econômicas e educacionais (DEL POPOLO et al., 2007; DOUGLAS et al., 2013; GRUBITS; FREIRE; NORIEGA, 2011; PORTO; PACHECO, 2009; TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009)

Há em comum, na maioria dos países com população indígena, uma escassez de políticas públicas, independente do local de residência. Contudo, na área urbana as políticas específicas aos indígenas são diminutas. Dentre os motivos elencados na literatura, destacam-se a maior concentração e demarcação de territórios das populações originárias nas áreas rurais. Isso resulta, em parte, da noção de que a identidade indígena só existiria dentro de um coletivo de indivíduos em uma determinada localidade. Dessa forma, são desconsiderados, para aqueles residentes nos perímetros urbanos, principalmente, alguns dos direitos assegurados aos residentes nos territórios demarcados. Fora desse território e da comunidade, os indígenas, geralmente, se encontram dispersos e diluídos na população. Mesmo quando residem próximos, por

exemplo, no mesmo bairro, existem dificuldades para que os direitos atrelados à cidadania sejam respeitados e garantidos a esta população (MORGAN; GULSON, 2010; WALKER; BARCHAM, 2010). É importante pontuar que, no Brasil, a questão sobre os direitos do indígena “urbano” está presente nas reivindicações dos indígenas pelo menos desde 2006, quando na Conferência Nacional dos Povos Indígenas foi incluído um capítulo com demandas relacionadas ao território, educação e saúde (FUNAI, 2006).

Tratando-se de políticas indigenistas dentro de áreas urbanas no Brasil, algumas iniciativas foram levantadas por ALBUQUERQUE (2015). Estados como São Paulo e municípios como Porto Alegre (estado do Rio Grande do Sul) e Campo Grande (estado do Mato Grosso do Sul) criaram Conselhos e Secretarias voltados para os indígenas residentes. São Paulo, adicionalmente, possui na literatura trabalhos sobre a etnia Pankararu, residente numa região de alta vulnerabilidade da cidade (ATHIAS; LIMA, 2010; ESTANISLAU, 2014; MIRANDA, 2004; NAKASHIMA; ALBUQUERQUE, 2011).

Há pouca quantidade de trabalhos voltados para os indígenas residentes na cidade do Rio de Janeiro e seu entorno, nenhum deles voltado às características sociodemográficas e econômicas ou baseados em dados dos censos, o que chama atenção para a invisibilidade dos indígenas na cidade perante os governos municipal e estadual. A literatura existente engloba contextos de saúde da única etnia com Terra Indígena no estado, Guarani, (BARRETO; CARDOSO; COIMBRA, 2014), além dos enfoques de antropologia (AFONSO, 2017; PEREIRA, 2010) e história (SILVA, 2016). Três merecem destaque por abordarem aqueles inseridos na cidade e municípios próximos. PEREIRA (2010) discorre sobre os Guarani residentes no bairro de Cambinhas (município de Niterói) e AFONSO (2017), sobre uma ocupação multiétnica e o desenvolvimento de uma horta em duas localidades do Centro do Rio de Janeiro. Já ALBUQUERQUE (2015) expõe o “limbo jurídico” que os indígenas residentes na Casa do Índio do Rio de Janeiro e na Aldeia Maracanã, reivindicada por indígenas de etnias de diferentes regiões do país. São citados empecilhos para acessar seus direitos específicos e a dificuldade de aceitação da sua condição de indígenas pela sociedade além das precárias situações que se encontram dois locais da cidade onde atualmente residem indígenas.

A situação em países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia, onde mais de 50% dos indígenas residem na área urbana, é diferente. Após pressão exercida pelos

indígenas, foram criados mecanismos para assegurar que fossem cumpridas e garantidas as políticas nessas localidades. No entanto, mesmo assim verifica-se nestes países a existência de disparidade desta população em relação às demais quanto aos indicadores de saúde, socioeconômicos e demográficos (GUIMOND et al., 2008; RYKS; PEARSON; WAA, 2016; WALKER, 2008; WALKER; BARCHAM, 2010).

Os desafios de compreender o indígena no contexto urbano são muitos. CARDINAL (2006) aponta que este aumento de indígenas em áreas urbanas é um fenômeno mundial e elenca como desafios o desenvolvimento de indicadores e de métodos de avaliação das condições de vida que considerem as especificidades dos indígenas. Assim sendo, desenvolveu um estudo com o intuito de verificar a situação dos indígenas na região urbana de Vancouver (Canadá), utilizando quatro eixos para agrupar 33 indicadores. Apesar de reportar dificuldades de obtenção de alguns dados para indígenas, os resultados revelaram que, de maneira geral o indígena tem condições sociais, econômicas e ambientais piores do que o resto da população de Vancouver. Cardinal ressalta a pouca quantidade de documentos oficiais ou até mesmo de organizações não governamentais que produzam dados sobre os indígenas residentes nessas áreas e chama atenção para a questão da afirmação ou não afirmação da identidade/descendência/origem no ambiente urbano, uma vez que pode impactar nos dados e, conseqüentemente, nos indicadores.

Na América Latina, o aumento do número de países com dados sobre a população indígena permitiu constatar dois processos. O primeiro é a classificação daqueles que vivem em contextos urbanos como indígenas, nas pesquisas nacionais. O segundo é o aumento na migração de indígenas da área rural para a urbana (DEL POPOLO et al., 2007). A literatura sobre o indígena residente na área urbana do Brasil, ainda escassa, tem como assunto predominante a migração, a exemplo dos trabalhos de BRASIL; TEIXEIRA (2006); ESTANISLAU (2014); FIGOLI; FAZITO (2009); SILVA (2011); TEIXEIRA (2008); TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL (2009). Esses estudos apontam que a migração dos indígenas, de maneira geral, está ligada à educação e ao mercado de trabalho, além da decorrência de conflitos na TI, como a invasão por não indígenas, por exemplo.

ESTANISLAU (2014) ao analisar a migração indígena segundo a região do país com base nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 ressalta a importância de utilizar unidades geográficas menores para compreender melhor o fenômeno. Sobre a permanência dos indígenas na cidade de destino, TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL

(2009) reportam fatores que influenciam nesse sentido como: a conjuntura econômica, social ou política à época da migração, o motivo da migração, a idade e o sexo do migrante, a distância entre a área de origem e a de destino, o alcance dos meios de comunicação e as condições de vida no local de destino. Já AZEVEDO (2011) aponta que, em cidades como Manaus (estado do Amazonas), e Caarapó (estado do Mato Grosso do Sul), que são próximas a TI, a existência de “bairros indígenas” é comum. A autora ressalta que trabalhos que verifiquem a espacialização, a migração ou deslocamentos esporádicos e/ou temporários dessa população para os centros urbanos são urgentes e necessários para entender tal fenômeno.

Abordando uma temática distinta acerca dos indígenas, o recente trabalho de MARINHO; CALDAS; SANTOS (2017), com os dados do Censo 2010, explorou as características sociodemográficas daqueles residentes em domicílios particulares improvisados usando, os recortes urbano/rural e dentro e fora de Terra Indígena. De acordo com os autores, havia duas vezes mais indígenas residindo em domicílios improvisados em relação ao total da população (1,5%). A desvantagem do indígena se verificou também entre as categorias de cor ou raça, pois foi a com maior ocorrência. Entre os residentes em área urbana, a taxa de indígenas em domicílios improvisados (3,9%) foi quase o triplo daquela registrada para pretos (1,4%) e quase cinco vezes a observada para brancos (0,7%).

Após analisar os domicílios da área urbana do país a partir do Censo 2010, RAUPP et al. (2017) averiguaram que o saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) teve uma frequência mais baixa, em geral, para os domicílios cujo responsável era indígena, mesmo após ajuste por covariáveis. Nas áreas urbanas da região Norte, somente 22,2% dos domicílios indígenas possuía saneamento e, nas regiões metropolitanas do Norte, 35,9%. Contudo, segundo os autores, tanto nas áreas metropolitanas quanto nas urbanas do Sul, os indígenas exibiram os maiores diferenciais na chance de possuir o serviço quando comparados aos não indígenas. Dentre os contextos investigados nesse estudo (áreas urbanas e regiões metropolitanas), foi verificado o fato de que aqueles domicílios com responsáveis indígenas apresentaram, de maneira geral, indicadores menos satisfatórios do que aqueles com responsáveis pretos e pardos.

As áreas urbanas, complexas em diversos aspectos, costumam ser atrativas por possuírem, por exemplo, maior quantidade e diversidade de postos de trabalho e instituições educacionais. Contudo, de acordo CHOR et al. (2016); RIBEIRO;

BARATA (2016) a renda familiar, em virtude do alto custo de vida em determinadas regiões/áreas, muitas vezes é o que mais pesa na definição do local de residência, seja o município, o bairro ou a até mesmo a rua de residência. Nessa linha, os locais mais vulneráveis e muitas vezes mais visualmente degradados das cidades são menos atrativos para aqueles com maior poder aquisitivo, o que contribui para a perpetuação da desigualdade socioespacial (HÖFELMANN et al., 2013; RIBEIRO; BARATA, 2016). A segmentação e as diferenças entre os espaços, reflexo da expansão das áreas urbanas, são fatores intrínsecos à assimetria existente na presença de serviços essenciais, como saneamento, limpeza, transporte e habitação. Assim, o cenário encontrado, principalmente nas áreas urbanas das cidades, é inevitavelmente marcado por fortes contrastes sociais (RIBEIRO; BARATA, 2016).

Estudos sobre segregação residencial nas metrópoles brasileiras, realizados a partir de levantamentos nacionais, em geral, analisam padrões de espacialização exclusivamente para as populações brancas e negras (pretos e pardos). Tais padrões estão relacionados, no caso de negros, a características como desemprego e baixos níveis de renda e escolaridade e, de brancos, à elevada valorização imobiliária em áreas com maiores proporções de domicílios próprios (LIMA, 2012; TELLES, 1992, 2004).

A Austrália tem sido pioneira nos estudos de segregação residencial considerando os indígenas. BIDDLE (2009) demonstrou que dos 28 centros urbanos analisados, quatro apresentaram valores do índice de dissimilaridade acima de 50%. Isso significa que por volta de 50% dos indígenas teriam que se mudar para que sua distribuição entre os não indígenas na cidade fosse igual. Além disso, considerando os cinco maiores centros urbanos, o autor constatou que os indígenas residiam em subúrbios com alta densidade populacional e com escassez de espaços para lazer e outros serviços. Em outro trabalho australiano, ATKINSON; TAYLOR; WALTER (2008) verificaram que a variação dos resultados da dissimilaridade foi grande dentre as nove cidades analisadas. Os indígenas da cidade de Melbourne apresentaram o maior valor de dissimilaridade, 60%, enquanto os de Darwin o menor, 31%. Apesar de viverem nos grandes centros urbanos, como os não indígenas, há uma separação considerável, pois segundo os autores a interação entre eles foi próxima a 9% e metade dos não indígenas desconhecia a existência de vizinhos indígenas.

Nos estudos sobre a saúde das populações, a consideração do território possui uma conotação a mais, devendo ser consideradas dimensões macro e micro. Tratando-se do Brasil, deve ser considerado nas análises que, no tocante ao sistema de saúde, o

território é um de seus eixos de estruturação. BARCELLOS et al. (2002) destacam que as análises de situações de saúde não estão desassociadas do espaço e devem ser consideradas, principalmente, na elaboração de diagnósticos e ações de planejamentos mais próximos à necessidade. Diante desse contexto, o planejamento territorial no meio urbano é um instrumento imprescindível para evitar doenças, monitorar além de evitar a ocupação de áreas inadequadas e criar uma estrutura ambientalmente saudável (DE FARIA; BORTOLOZZI, 2009).

A incorporação da distribuição geográfica da doença nos estudos de situações de saúde expõe sua relação com os potenciais fatores de risco (BAILEY, 2001). As escalas espaciais têm o potencial de revelar a influência social e ambiental na manifestação de saúde, que resulta das condições territoriais locais. Essa evidência é bastante importante na escala urbana, onde as relações são mais complexas (DE FARIA; BORTOLOZZI, 2009). Para MONKEN; BARCELLOS (2005), o reconhecimento do território é imprescindível para a caracterização da população e seus problemas de saúde. No contexto urbano, dentro da vigilância em saúde, tais informações são essenciais porque as desigualdades sociais estão associadas a uma segregação socioespacial, que restringe o acesso da população a melhores condições de vida (MONKEN; BARCELLOS, 2005).

A utilização de análises que incorporam o espaço/território e as características sociodemográficas da população para a compreensão, seja dos diversos desfechos relacionados à saúde, seja da dinâmica populacional, tem produzido resultados importantes. ALVES FILHO et al. (2017), por exemplo, utilizaram mapas temáticos ao analisar as desigualdades sociais associadas às taxas de tuberculose em Itaboraí (RJ). Através da classificação espacial da vulnerabilidade, da distribuição das características de renda e pessoa responsável pelo domicílio, e das taxas de tuberculose, verificou-se que o menor percentual de cura e a maior percentagem de abandono e óbito ocorreram em áreas de maior vulnerabilidade social. Ao analisar a distribuição espacial da dengue no Rio de Janeiro através da técnica da densidade de Kernel e da razão de Kernel, CARVALHO; MAGALHÃES; MEDRONHO (2017) concluíram que as áreas de maior densidade para dengue estavam próximas às favelas, indicando que a vulnerabilidade social (deficiência da presença e acesso a bens e serviços essenciais) existente nessas localidades pode influenciar na ocorrência da dengue.

O trabalho de MARQUES et al. (2016) teve um enfoque demográfico. As autoras verificaram temporalmente as mudanças na dinâmica populacional de Portugal através de mapas baseados em dados censitários. Foi possível revelar em quais

províncias ocorreu aumento ou diminuição em relação aos residentes, assim como ao envelhecimento, fecundidade de mulheres em idade fértil, migração e densidade populacional entre 1960 e 2011.

Cabe destacar a potencialidade de análises espaciais voltadas para indígenas, sobretudo em área urbana, diante da ausência de trabalhos voltados para essa temática, seja para comparar tais locais com o restante da população ou para compreender as condições de vida desse segmento populacional. Além disso, uma vez que o IBGE disponibiliza tais bases geográficas e os dados do censo, a compatibilidade de ambos possibilita diversos tipos de análises.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Caracterizar a população indígena do Estado do Rio de Janeiro através de indicadores sociodemográficos e econômicos, verificar sua distribuição espacial e as características do domicílio (saneamento e entorno), com base nos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Examinar a expressão da diminuição dessa população com foco em uma análise da distribuição e das características socioeconômicas, segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010;
- Analisar o local de residência da população urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo sua cor ou raça, com foco na indígena;
- Verificar quais indicadores melhor representam as condições socioeconômicas da população, a presença de saneamento básico e serviços públicos do entorno dos domicílios frente à população urbana segundo cor ou raça, com foco na indígena, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, municípios e setores censitários selecionados.

4 METODOLOGIA

Para realização do presente estudo foram utilizados os microdados, menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações dos questionários da amostra e do básico, dos Censos Demográficos 2000 e 2010, realizado pelo IBGE. Apesar do caráter transversal dos censos, os dados aqui utilizados caracterizam esse como um estudo ecológico.

Com um enfoque descritivo, essa tese abrangeu, no primeiro artigo, o Estado do Rio de Janeiro e suas mesorregiões. A unidade de análise se deteve aos indivíduos classificados como indígenas, no quesito sobre cor ou raça, nos censos 2000 e 2010. Foram explorados os microdados disponibilizados em ‘.txt’ e também pelo Banco Multidimensional de Estatística do IBGE (Quadro2).

Nos dois artigos que seguem, a área urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi analisada a partir dos microdados agregados por setor censitário. Os recortes geográficos, no entanto, foram distintos em cada artigo tanto na totalidade de setores analisados como em relação às demais áreas geográficas exploradas. No terceiro artigo, além de excluir os setores rurais, especiais, como informações omitidas e com menos de 30 domicílios e 30 indivíduos, filtros aplicados no segundo artigo, foram excluídos também os aqueles classificados como aglomerado subnormal que não possuíam qualquer informação sobre as variáveis do entorno do domicílio. Adicionalmente, no segundo artigo se analisou a região metropolitana a partir do total de setores e aqueles que possuíam indígenas. Já no terceiro, foram analisados os municípios que compõem a região metropolitana e um conjunto de setores a depender de diferentes quantidades de indígenas no setor.

Após as análises descritivas foram conduzidas, no segundo artigo, o coeficiente de correlação de Spearman análises de correlação e análise espacial. No terceiro, além daquelas descritivas, foram realizadas análises de componentes principais e de correlação de Spearman.

Sobre os aspectos éticos, os bancos de dados utilizados nessa tese não possuem informações individualizadas ou pessoais (como endereço, por exemplo) e, por isso, de acordo com a legislação vigente (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde),

não há necessidade de aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Quadro 2: Resumo da metodologia usada em cada artigo

	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3
Ano do Censo Demográfico	2000 e 2010	2010	
Tipo de questionário	Amostra e Básico	Universo	
Fonte de microdados	.txt e Banco Multidimensional de Estatística do IBGE	Agregados por setor censitário	
Unidade de análise	Indígena	Setor censitário	
Recorte geográfico	Estado do Rio de Janeiro e suas mesorregiões	Área urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (municípios e demais recortes)	
Análises	Descritiva	Correlação e espacial	Componentes principais e correlação

5.1 INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 2000 E 2010

5.1.1 Resumo

A captação de informações sobre indígenas nos censos demográficos sofreu uma considerável ampliação nos países latino-americanos. No Brasil, os avanços alcançados nos últimos recenseamentos revelaram uma variação no número de indígenas em diversas regiões do país. Diante disso, este trabalho teve como objetivo examinar a expressão da diminuição dessa população com foco em uma análise da distribuição e das características socioeconômicas, segundo as mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010. Foram realizadas análises descritivas a partir de covariáveis socioeconômicas e demográficas. Verificou-se que, nos dois censos, mais de 95,0% dos indígenas residiam em área urbana. Em relação ao perfil da população, de 2000 para 2010, houve, no Estado como um todo, uma diminuição de indígenas com renda entre 1,5-3 salários mínimos (SM) e acima de 3 SM, assim como um aumento entre 0,5-0,75 SM. O percentual de indígenas residindo em “aglomerados subnormais” no Estado aumentou (11,4% para 13,9%), com destaque para a Baixa Litorânea e o Sul Fluminense. Os resultados da composição etária por sexo apontaram uma diminuição de jovens e um aumento da população adulta, em ambos os sexos, no Estado e na Metropolitana do Rio de Janeiro. Os percentuais de indígenas que falam língua indígena no domicílio (55,8%) e daqueles que informaram a etnia (71,8%) foram mais pronunciados na área rural, com destaque para o Sul Fluminense, onde estão localizadas as Terras Indígenas do Estado. Em conclusão, os dados demográficos dos dois censos indicam diferenças importantes nas características da população indígena, que possivelmente derivam tanto da influência de aspectos demográficos propriamente quanto de questões ligadas à classificação.

Palavras-chave: População indígena, Censos, Rio de Janeiro, Brasil.

5.1.2 Introdução

A captação de informações sobre os indígenas da América Latina vem sendo cada vez mais ampliada, seja nos sistemas de informação ou nos censos demográficos, o que vem permitindo um maior conhecimento de suas características e condições de vida (CSDH, 2008). Nessa região, em 2010, havia 42 milhões de indígenas (aproximadamente 7,8% da população), dos quais metade residia em área urbana (THE WORLD BANK, 2015). MONTENEGRO; STEPHENS (2006) verificaram a situação de saúde dos indígenas da América Latina e Caribe, seus resultados mostraram, em relação aos indicadores de morbimortalidade, a existência de uma ampla desvantagem dos indígenas frente ao restante da população.

No Brasil, a literatura recente indica que os indígenas constituem um segmento populacional com expressiva vulnerabilidade socioambiental (COIMBRA et al., 2013; ESCOBAR et al., 2015). Também no contexto brasileiro, as diferenças encontradas nas taxas de morbimortalidade ocasionam uma grande discrepância entre os indicadores de saúde, socioeconômico e demográfico dos indígenas em relação ao restante da população nacional (BARRETO; CARDOSO; COIMBRA, 2014; CARDOSO et al., 2011; CARDOSO; COIMBRA; TAVARES, 2010; COIMBRA et al., 2013; DIAS JR et al., 2010; FÁVARO et al., 2015).

Na trajetória recente dos censos demográficos realizados no Brasil, o de 1991 incluiu a categoria indígena no quesito sobre cor ou raça do questionário da amostra (utilizado para uma parcela da população), que passou a contemplar cinco opções de resposta (branca, preta, parda, amarela e indígena) e permaneceu nos censos posteriores. No Censo de 2010, diferentemente de 1991 e 2000, esse quesito foi incluído no questionário do universo, aplicado a toda a população. Ademais, no mais recente censo foi incluído, para indígenas, perguntas sobre etnia, língua falada no domicílio e categorias específicas para as Terras Indígenas (TI) nos quesitos sobre domicílio e morador (IBGE, 2012b).

Em virtude dessa ampliação na captação, os três últimos Censos (1991, 2000 e 2010) revelaram diferenças tanto no total populacional dos indígenas no país, quanto no tocante à distribuição segundo a situação de domicílio (urbano ou rural). Do ponto de vista quantitativo, em 1991, 294.131 pessoas se declararam indígenas; em 2000, 734.127; e, em 2010, 817.963 (IBGE, 2012b). Pela magnitude das diferenças, as variações nos padrões de migração e fecundidade não são suficientes para explicar esse fenômeno. Dentre as explicações levantadas, estão a mudança da categoria no quesito

sobre cor ou raça e a inclusão, em 2010, de informações sobre etnia e língua fala (AZEVEDO, 2011; DIAS JR et al., 2009; SANTOS; TEIXEIRA, 2011).

Em relação à situação de domicílio, enquanto em 1991 e 2010 os indígenas residiam majoritariamente em área rural, em 2000 a maior parte vivia em área urbana (IBGE, 2012b). Cabe apontar que existe uma discussão referente ao conceito de urbano e rural, principalmente no que diz respeito aos critérios utilizados pelo IBGE, que se respalda a partir de decretos municipais (base para a cobrança de impostos) (MONTE-MÓR, 2005; SERATTO; MICHELLON, 2004; VEIGA, 2001). Contudo, a utilização desse recorte é central nas análises sobre os indígenas uma vez que a maioria das Terras Indígenas estão em área rural e o número de indígenas em área urbana têm aumentado. Através dela associam-se as diferenças significativas nos perfis sociodemográficos e de saúde dos mesmos (CALDAS, 2014; TEIXEIRA; BRASIL; SILVA, 2011). Adicionalmente, nos últimos anos, os estudos que visam ou consideram em suas análises a caracterização tanto sociodemográfica quanto sobre a condição de vida dos indígenas residentes na área urbana tem aumentado (AZEVEDO, 2006; MARINHO; CALDAS; SANTOS, 2017; RAUPP et al., 2017; SIMONI; DAGNINO, 2016; TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009).

Segundo o Censo 2010, 42,1% da população do país residia na região Sudeste. O Estado de São Paulo foi o que concentrou a maior parte da população da região, seguido por Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Espírito Santo. Todos os estados do Sudeste, como apontado anteriormente para o Brasil, tiveram diferenças nos totais populacionais dos indígenas nos Censos 1991, 2000 e 2010. No Rio de Janeiro, especificamente, a quantidade de indígenas aumentou de 8.953, em 1991, para 35.934, em 2000, e reduziu para 15.258, em 2010 (IBGE, 2012b).

Diante da variação na quantidade de indígenas registrada nos últimos três censos no Rio de Janeiro, este estudo tem como objetivo examinar a expressão da diminuição dessa população com foco em uma análise da distribuição e das características socioeconômicas, segundo as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, a partir dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

5.1.3

5.1.4 Metodologia

Com o intuito de analisar as características sociodemográficas da população indígena foram utilizados como fonte os microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, conduzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo Demográfico é uma pesquisa que engloba todo o território nacional e tem periodicidade decenal. As datas de referências das pesquisas aqui analisadas são: 1º de agosto, para o ano de 2000, e a noite de 31 de julho para 1º de agosto, para o ano de 2010 (IBGE, 2003b, 2013).

Após a sistematização dos dados coletados nas ocasiões dos censos, o IBGE divulga os mesmos em diversos formatos através de seu *site*. Nesse estudo, para manter a robustez das análises, foram explorados os microdados referentes às informações sobre as pessoas e os domicílios particulares, esse último definido pelo IBGE como o “local onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência” (IBGE, 2003a, 2012b).

Ressalta-se que em ambos os censos foram utilizados dois questionários. Aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto aquelas selecionadas para a amostra, o questionário o básico contém as informações dos domicílios e seus moradores. Já o questionário da amostra, aplicado nas unidades domiciliares selecionadas, contém as informações do questionário básico e outras características sociais, econômicas e demográficas (IBGE, 2003b, 2013). Em 2000, a coleta do pertencimento étnico/racial da população através do quesito cor ou raça dos moradores do domicílio foi realizada somente através do questionário da amostra. No Censo 2010 houve uma alteração, a mesma informação foi coletada também pelo questionário básico. Contudo, nos dois anos o quesito (a sua cor ou raça é:) e as categorias de respostas (branca, preta, amarela, parda e indígena) não sofreram alterações (IBGE, 2011b, 2012b). Os dados utilizados neste trabalho relativos ao Censo 2000 foram extraídos da amostra, enquanto que os relativos a 2010, da amostra e do universo, sendo este último obtido especificamente através do Banco Multidimensional de Estatística (BME).

Os bancos de dados utilizados nesse trabalho não possuem informações individualizadas ou pessoais (como endereço, por exemplo) e, por isso, de acordo com a legislação vigente (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), não há necessidade de aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

As variáveis exploradas neste estudo e suas respectivas categorias, referentes à população e ao domicílio, estão indicadas no Quadro 1.1. Foram calculados os percentuais das variáveis considerando a complexidade dos dados da amostra juntamente aos respectivos intervalos de confiança, com exceção do setor censitário (aglomerado subnormal), a fim comparar os censos. As análises foram conduzidas segundo as seis mesorregiões do Estado: Baixada Litorânea, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Sul Fluminense (Apêndice 1 e Figura 1.1), exceto aquelas relativas à composição étnica por sexo, etnia e língua indígena falada no domicílio. A primeira foi feita para o Estado desconsiderando a Metropolitana do Rio de Janeiro e para Metropolitana do Rio de Janeiro, ambas para a totalidade da área e urbana. As duas últimas foram exploradas segundo a situação de domicílio para manter a robustez das análises.

Para fins de comparação entre os dados de 2000 e 2010, foram compatibilizadas as categorias das variáveis: alfabetização, renda, tipo de setor censitário e naturalidade (município), uma vez que apresentam diferenças nas definições e/ou no número de categorias nos dois censos. Em relação à definição de alfabetização, em ambos os censos, o IBGE (2012) considerou alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”. Sobre a categoria “se considera” indígena, a mesma foi utilizada somente dentro de TI e aplicada para aqueles classificados nas demais opções de resposta para cor ou raça (branca, preta, amarela ou parda), que posteriormente respondiam sobre etnia e língua falada no domicílio (IBGE, 2012). Por último, ressalta-se sobre os dados extraídos do BME que, por questões de confidencialidade, valores de 1 a 5 aparecem indicados nas planilhas de saída como “X”. Assim, nas análises deste estudo, quando da existência daqueles optou-se por não imputar valores, fato esse indicado nas tabelas, mesmo que não tenham sido incluídos nos cálculos.

Cabe esclarecer que, entre 2000 e 2010, houve o acréscimo de um município no Estado (Mesquita), que resultou da divisão do município de Nova Iguaçu, pertencente à mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro. Uma vez que os dados foram agregados por mesorregiões, a criação desse novo município não afetou as análises. Optou-se por nomear Baixada Litorânea ao invés de Baixadas, nomenclatura usada pelo IBGE, para os municípios pertencentes à região dos lagos, por conta de um conjunto de municípios da mesorregião Metropolitana ser comumente referido como Baixada ou Baixada Fluminense. Com relação ao número de municípios na mesorregião Metropolitana do

Rio de Janeiro, apesar de a legislação do Estado computar 19, de acordo com a Complementar Federal nº 20/1974 (BRASIL, 1974), a divisão por mesorregião do IBGE, aqui empregada, indica 30 municípios (Apêndice 1). Por último, em 2017 houve a divulgação de um novo quadro regional onde as unidades mesorregionais e microrregionais passaram a receber os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente⁵. Nesse artigo foram mantidas as nomenclatura e divisão anteriores.

5.1.5 Resultados

Em 2000, havia 35.934 indígenas no estado, que representavam 0,2% da população e, em 2010, 15.258, representando 0,1% da população estadual. Em todas as mesorregiões e em ambos os censos, a maioria da população indígena residia na área urbana (Tabela 1.1). Apesar da diminuição da população indígena urbana do Estado e em todas as mesorregiões, em números absolutos, seu peso percentual aumentou significativamente em 2010, comparado com 2000 em três mesorregiões: Baixada Litorânea, Noroeste e Norte Fluminense. Em contraponto, o Sul Fluminense, em relação às demais mesorregiões, apresentou o percentual mais baixo de população residindo em área urbana em 2000 e 2010.

A análise da composição por idade e por sexo da população indígena evidenciou, de forma esperada, uma marcante semelhança, havendo sobreposição em diversas classes de idade, nos perfis total e urbano de 2000 e também de 2010. Assim, a base da pirâmide em 2000 foi mais larga tanto para o total populacional quanto para a área urbana do Estado do Rio de Janeiro e da Metropolitana do Rio de Janeiro, em comparação com 2010 (Figura 1.2). Nessas mesmas localidades, independente do sexo e da situação de domicílio (total e urbana), em 2000 havia proporcionalmente mais indígenas de zero a 19 anos do que em 2010. Também em 2010, em ambas as localidades, a população indígena masculina (total e urbana) foi proporcionalmente maior nas faixas etárias de 20 a 29 anos e acima de 50 anos, ao passo que, para o sexo feminino, a proporção foi maior a partir dos 30 anos.

Na Tabela 1.2, verifica-se que, entre os censos, houve queda de indígenas analfabetos somente no Estado do Rio de Janeiro (11,1% em 2000 para 6,3% em 2010) e na Metropolitana do Rio de Janeiro (de 10,5% em 2000 para 4,8% em 2010). Quanto à

⁵ Informações disponíveis em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm> (Acesso em 07/02/2019).

naturalidade do município de residência, os percentuais não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os censos.

No tocante à renda domiciliar *per capita* chama atenção que no Noroeste Fluminense não havia indígena sem renda em ambos os censos. Comparado com 2000, os indígenas, em 2010, apresentaram percentuais menores para aqueles com renda entre 1,5-3 SM (21,7% para 16,4%) ocorrendo o mesmo com aqueles com renda acima de 3 SM. No entanto, esse último foi verificado no Estado do Rio de Janeiro (20,1% para 14,8%) e na Metropolitana do Rio de Janeiro (21,5% para 16,2%). Houve aumento percentual de indígenas com renda entre 0,5-0,75 SM no Estado do Rio de Janeiro (de 10,4% para 17%) e na Metropolitana do Rio de Janeiro (10,5% para 16,4%) (Tabela 1.3).

Na Tabela 1.4, verifica-se que, em 2000, no Norte Fluminense não havia indígenas residindo em setores classificados como aglomerado subnormal. Contudo, em 2010, o panorama se modificou, havendo 12,8% de indígenas nesses setores censitários. Nas outras três mesorregiões com indígenas residindo nestes setores, houve um aumento na frequência de indígenas. Os resultados do Sul Fluminense (variando de 7,9% para 17,9%) e da Baixada Litorânea (de “X” para 13,1%) foram os mais pronunciados.

Os percentuais de indígenas que falam língua indígena no domicílio e que informaram a etnia foram maiores na área rural (Tabela 1.5). Nessa região, chamou atenção que a declaração da etnia foi cerca de três vezes maior, em comparação com a urbana. Apesar das análises não terem sido realizadas segundo mesorregião, destaca-se que na área rural do Sul Fluminense 79,3% dos indígenas informaram falar língua indígena no domicílio, e 91,5% declararam etnia (dados não mostrados).

O Estado do Rio de Janeiro apresentou 163 etnias declaradas por aproximadamente 4.030 indígenas, em virtude do aparecimento do “X”, sendo Guaraní (n=660), Guarani Kaiowá (n=427), Tupiniquim (n=394), Guarani Nhandeva (n=341) e Tupinambá (n=318) as mais frequentes (dados não mostrados). As 153 etnias informadas na Metropolitana do Rio de Janeiro foram declaradas por mais de 2.865 indígenas, novamente pelo aparecimento do “X”, conformando-se como a mesorregião com o maior número de etnias do estado. Com 11 etnias, o Noroeste Fluminense se configurou como aquela com menos etnias declaradas. Na Metropolitana do Rio de Janeiro as etnias mais numerosas foram Guaraní (n=503), Guarani Kaiowá (n=338), Tupiniquim (320), Tupinambá (232) e Potiguara (144). Quarenta e seis etnias foram

informadas por 649 indígenas, no Sul Fluminense, 38 na área urbana e oito na rural. As mais frequentes foram Guarani Nhandeva (n=308), Guarani Mbya (n=126), Guarani (83), Guarani Kaiowá (38), Pataxó (24) e Puri (23). Dentre os indígenas do Estado do Rio de Janeiro que estão nas demais categorias desta variável, chama atenção que 9.886 indígenas informaram “não saber” a etnia, sendo a maioria residente na área urbana (98,5%) (dados não mostrados).

5.1.6 Discussão

As análises conduzidas neste estudo alinham-se àquelas já realizadas para caracterizar a população indígena identificada pelos censos no país como um todo. Comparando os três últimos censos Demográficos (1991, 2000 e 2010), destacam-se, além das características individuais, mudanças no padrão do local de residência (IBGE, 2012b; MARINHO; CALDAS; SANTOS, 2017; PEREIRA et al., 2009; SANTOS; PEREIRA, 2005; SANTOS; TEIXEIRA, 2011).

O alto percentual de indígenas residindo em área urbana no Estado do Rio de Janeiro em 2000 e 2010 é um aspecto que se destaca. Cabe ressaltar que, em relação este alto grau de urbanização, a Fundação Nacional do Índio (Funai) atua notadamente no âmbito das TI (ALBUQUERQUE, 2015; ATHIAS; LIMA, 2010). Contudo, o recorte urbano/rural, amplamente utilizado em análises demográficas sobre as populações indígenas é importante exatamente por uma parte considerável dessa população residir em TI, que em sua maioria estão situadas no interior dos estados brasileiros, distantes das sedes e capitais dos estados (IBGE, 2012b). Dentre os resultados encontrados, tal fato ficou evidente, pois cerca de 30% da população indígena da área rural do estado residia no Sul Fluminense, região que concentra dois municípios com Terras Indígenas⁶.

A diminuição populacional verificada nas áreas urbanas de todas as mesorregiões acompanha os resultados do Censo Demográfico de 2010 para o país (IBGE, 2012b). Sobre este aspecto, a interpretação dos dados deve considerar a fluidez, a subjetividade da variável cor ou raça, além do informante do domicílio, pois não são necessariamente todos que respondem ao questionário (CARVALHO; WOOD; ANDRADE, 2003; CAVENAGHI; ALVES, 2011; PERZ; WARREN; KENNEDY, 2008; TELLES, 2004; WOOD; CARVALHO, 1994). DIAS JÚNIOR et al. (2009), por

⁶ Informações disponíveis em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> (acesso em 21/01/2019).

exemplo, analisaram o aumento populacional nos Censos de 1991 e 2000 em Minas Gerais e concluíram que um importante fator explicativo está relacionado à mudança da categoria informada no quesito sobre cor ou raça. No caso desse estudo, aspectos relacionados à dinâmica demográfica, incluindo natalidade e mortalidade, não explicariam, por si só, o aumento observado. Neste sentido, diversos autores reiteram que os aspectos de classificação identitária segundo cor ou raça precisam ser levados em consideração na explicação de variações nos volumes de população (CARVALHO; WOOD; ANDRADE, 2003; CHOR, 2013).

Ademais, o aumento na frequência absoluta dos indígenas no Estado do Rio de Janeiro entre os Censos Demográficos de 1991 (8.955 indígenas) e 2000 (35.934) pode, segundo o IBGE (2003), ter sofrido influência de políticas públicas e das organizações e mobilizações sociais. Nessa linha interpretativa, é possível que a completude dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil junto com as campanhas publicitárias, veiculadas ao longo do ano de 2000, tenham influenciado os resultados da captação censitária. Por outro lado, a diminuição numérica desta população entre 2000 e 2010 (15.258) pode estar relacionada, segundo AZEVEDO (2011) & SANTOS; TEIXEIRA (2011), à inclusão das perguntas sobre pertencimento étnico e língua falada, em 2010. No caso do Brasil, é necessário considerar ainda que questões relacionadas à discriminação, como o racismo (crime cosubstanciado pela Lei nº 7.716/89) (BRASIL, 1989), e conflitos sociais oriundos, por exemplo, da luta por território, interferem na escolha de informar ou não a identidade indígena em determinadas conjunturas, conforme verificado na cidade de Altamira (Pará) por SIMONI; DAGNINO (2016).

Na publicação do IBGE (2012), é possível verificar que a estrutura etária dos indígenas do Brasil em 2010 diferiu daquelas de 1991 e 2000, tanto para o total populacional quanto para a população urbana e rural. As pirâmides de 2000 e 2010 do Estado do Rio de Janeiro e da mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, total e urbana, diferem daquelas do IBGE (2012), onde o ano de 2000 teve uma base mais larga do que a de 2010, por exemplo. Entretanto, o formato das pirâmides se assemelha com aqueles da área urbana dos trabalhos de MARINHO (2015) e SIMONI; DAGNINO (2016), ou seja, possui bases mais estreitas. No caso do presente estudo, a impossibilidade de construção da pirâmide para as áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro e das mesorregiões, devido ao número reduzido da população por sexo e grupos de idade, impediu uma comparação importante para este segmento populacional. A redução de indígenas entre zero e 14 anos e o aumento da participação relativa daqueles

acima de 50 anos, contudo, revela uma alteração importante no perfil do indígena do Estado do Rio de Janeiro em 2010. Além disso, as pirâmides refletem o caráter extremamente urbano da população, uma vez o perfil total e urbano quase se sobrepõem de maneira total em ambos os censos e localidades analisados.

Sobre os indígenas residentes em setores classificados como “aglomerado subnormal”, convém apontar, conforme descrito por PASTERNAK et al. (2016), que a presença de serviços nesta região experimenta carências que impactam diretamente na vida dos que lá residem. Sendo assim, o aumento da população indígena residente neste tipo de setor é alarmante. Trabalhos sobre os indígenas da etnia Pankararu residentes na periferia de São Paulo revelam que são diversos os problemas enfrentados por eles, para além daqueles relacionados com as condições físicas e ambientais. Tais dificuldades perpassam pela questão de acessar ou não sua identidade como indígena, pela tentativa de manter algumas tradições e pela reivindicação de uma TI na capital (ATHIAS; LIMA, 2010; VALE; RANGEL, 2008).

Com relação à alfabetização, o IBGE assume a existência de diversas limitações do censo demográfico em relação aos quesitos educacionais, especialmente no que concerne às especificidades da educação indígena (IBGE, 2012b). No caso dos resultados encontrados para o Estado do Rio de Janeiro, o percentual de indígenas analfabetos diminuiu no Estado do Rio de Janeiro e na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, o que é indicativo de melhoria.

Estudos sobre migração indígena, tendo em vista que mais da metade dos indígenas do Estado do Rio de Janeiro não eram naturais do município de residência, apontam que tal fenômeno, de maneira geral, está ligado à educação, ao mercado de trabalho e à saída da TI, muitas vezes em decorrência de conflitos (TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009). Os indígenas não naturais dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em 2000, 52,2% era procedente de estados da região Nordeste, 25,1% do Sudeste e 16,1% do Norte (dados não mostrados). Em 2010, os percentuais aumentaram, mas os estados do Nordeste, Sudeste e Norte continuaram a apresentar os maiores valores (56,1%, 19,7% e 16,5%, respectivamente). Os municípios dos estados da Paraíba e Minas Gerais foram os que apresentaram os maiores percentuais de naturalidade dos indígenas residentes no estado em 2000 (14,0% em ambos). No ano de 2010, com 10,4% e 11,4%, os indígenas oriundos de municípios de Minas Gerais e Ceará foram os de maior frequência (dados não mostrados). Considerando as demais regiões do país, a Sudeste, nos Censos de 2000 e 2010, de acordo com ESTANISLAU

(2014), apresentou os menores percentuais de indígena não natural do município de residência em áreas rurais (6,54% em 2000 e 8,04% em 2010). Além do mais, a autora verificou ainda que o Sudeste é o segundo destino mais comum dos emigrantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em consonância com os achados dessa autora, as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste foram, em ambos os censos, também as regiões do país com os maiores percentuais de indígenas com destino para o Estado do Rio de Janeiro.

No que diz respeito aos não naturais e movimentos migratórios cabe ressaltar a importância tanto do Estado do Rio de Janeiro quanto do município do Rio de Janeiro para o país desde a época da colonização. Por motivos para além do turismo, da economia e da política o Estado e o município sempre atraíram pessoas de outras cidades, estados e países. Portanto, a maior concentração ter sido na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro é esperada, uma vez que a região possui o maior número de residentes do Estado.

Dentre as inovações do Censo Demográfico de 2010 estão, para os declarados e considerados indígenas, a captação da etnia e da língua falada no domicílio (IBGE, 2012b; PEREIRA, 2016). Os ganhos inerentes à inclusão de tais quesitos proporcionam, segundo PEREIRA (2016), a expansão do conhecimento sobre o perfil sociodemográfico dos indígenas. Dessa maneira, conforme esperado, os maiores percentuais relacionados a falar língua indígena no domicílio e informar a etnia pertencente ocorreram na área rural do Estado do Rio de Janeiro, mas especificamente, no Sul Fluminense, que concentra a maior parte dos indígenas residentes na área rural e todas as Terras Indígenas existentes no estado.

Recentemente têm sido relatados processos de etnogênese no Estado, principalmente nos municípios que compõem a mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro. Em 2018, através de um Decreto Estadual (nº 46.218/2018), foi instituído o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (Cedind), cuja composição conta com representantes indígenas por aldeias localizadas no Estado do Rio de Janeiro e por associações e organizações indígenas legalmente constituídas e representativas dos indígenas em contexto urbano.

Em conclusão, as análises inéditas realizadas neste estudo evidenciaram diferenças no perfil dos indígenas residentes do Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010. Provavelmente, tais diferenças derivam não só da influência de aspectos demográficos propriamente, como também das questões ligadas à classificação da cor

ou raça. Dentre os resultados, destaca-se o alto percentual de indígenas urbanos no Estado do Rio de Janeiro nos dois censos, conjuntamente com as modificações relacionadas ao perfil etário por sexo, renda e alfabetização, além do tipo de setor censitário residente. Esses indicadores apontam importantes mudanças sociodemográficas para este segmento populacional. Os dados sobre naturalidade, ainda que não tenham sido reveladas grandes alterações entre os censos, são corroborados pela literatura existente. As informações sobre a etnia e a língua falada no domicílio permitiram verificar uma relevante diferença entre o indígena residente na área urbana e rural. Contudo, apesar das etnias declaradas mais numerosas incluírem aquelas residentes por direito nas Terras Indígenas, a compreensão das categorias deste quesito, principalmente na área urbana, requer um estudo etnográfico, o que foge do objetivo deste trabalho. Dessa forma, os avanços na captação das particularidades da população indígena nos últimos três censos são de extrema importância, com destaque para os de 2000 e 2010, que proporcionaram esta análise comparativa. A ampla gama de variáveis para análise do Censo 2010, incluindo etnia e língua, oferece a possibilidade de estudos mais detalhados sobre os indígenas em localidades específicas, como o Estado do Rio de Janeiro e suas mesorregiões.

Quadro 1.1: Variáveis sociodemográficas utilizadas, Censos Demográficos de 2000 e 2010

Característica	Questionário	Censo	Variável [§]	Categorias
População	Amostra	2000 e 2010	Idade	Em classes de idade (0-9; 10-19; 20-29; 30-39; 40-49; 50-59; 60-69; 70-79; 80 ou mais)
			Raça ou cor	Indígena
			Sexo	Masculino Feminino
			Alfabetização (sabe ler e escrever) *	Sim Não
			Naturalidade (município)	Sim Não
	Universo	2010	Informação da etnia indígena**	Sim Demais categorias (“sem declaração”, “não determinada”, “mal definida”, “não sabe”, ou “etnia de outro país”)
			Língua indígena falada no domicílio**	Sim Não
Domicílio	Amostra	2000 e 2010	Situação de domicílio	Urbano Rural
			Renda (rendimento domiciliar per capita) **	Salário mínimo (SM) em classes (sem renda; até 0,5; 0,5-0,75; 0,75-1 ,5; 1,5-3; >3)
			Setor censitário (aglomerado subnormal) ****	Sim Não

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

§ As definições das variáveis e suas respectivas categorias podem ser encontradas na página eletrônica do BME⁷.

* A alfabetização foi informada para os indivíduos acima de cinco anos.

** Para a pessoa que se declarou ou “se considerou” indígena.

***O rendimento foi informado para os indivíduos acima de 10 anos.

**** Definido como “conjunto (favelas e assemelhados) constituído por pelo menos 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

⁷ www.bme.ibge.gov.br (Acesso entre 21/02/2017 e 14/03/2017).

Figura 1.1: Mapa dos municípios do Estado do Rio de Janeiro com destaque para as mesorregiões, Censo Demográfico 2010

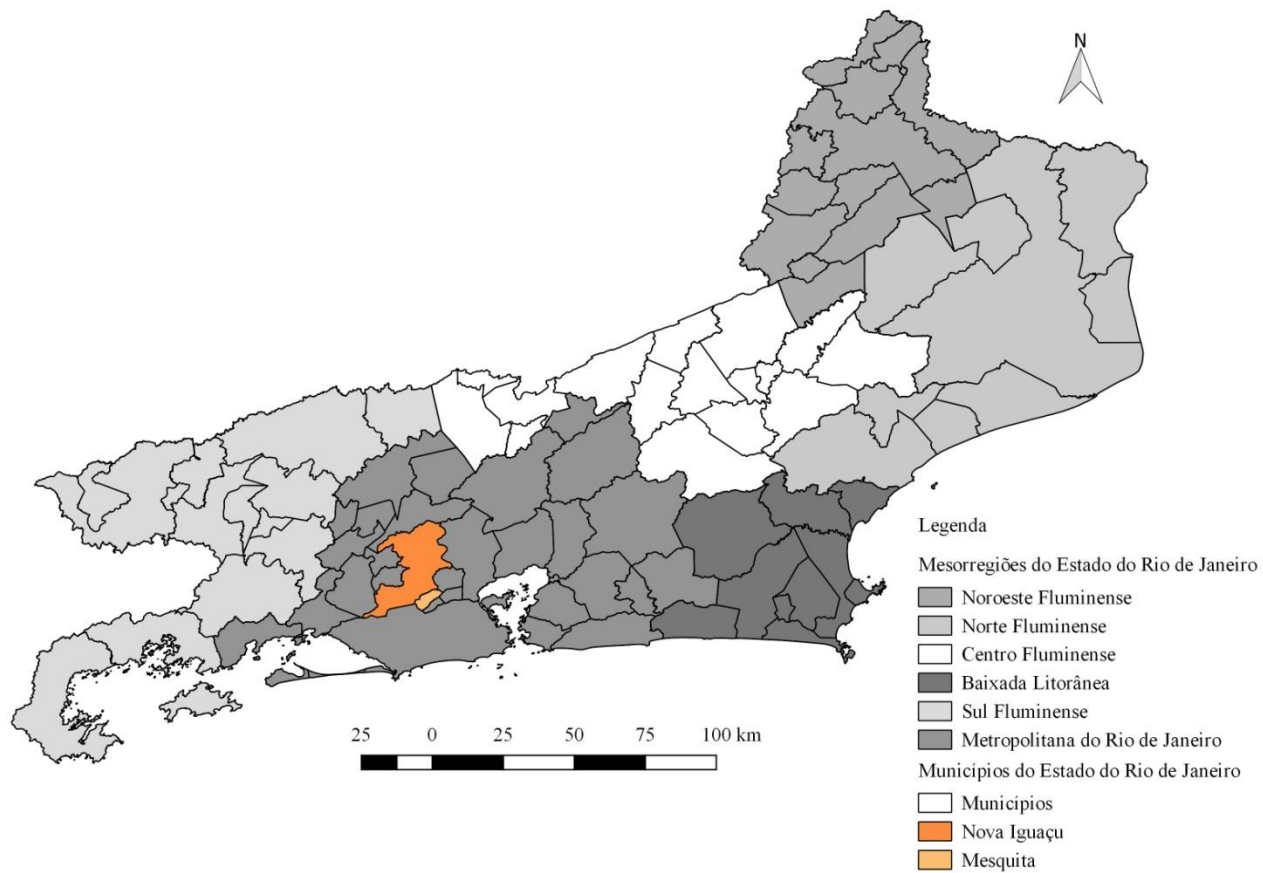
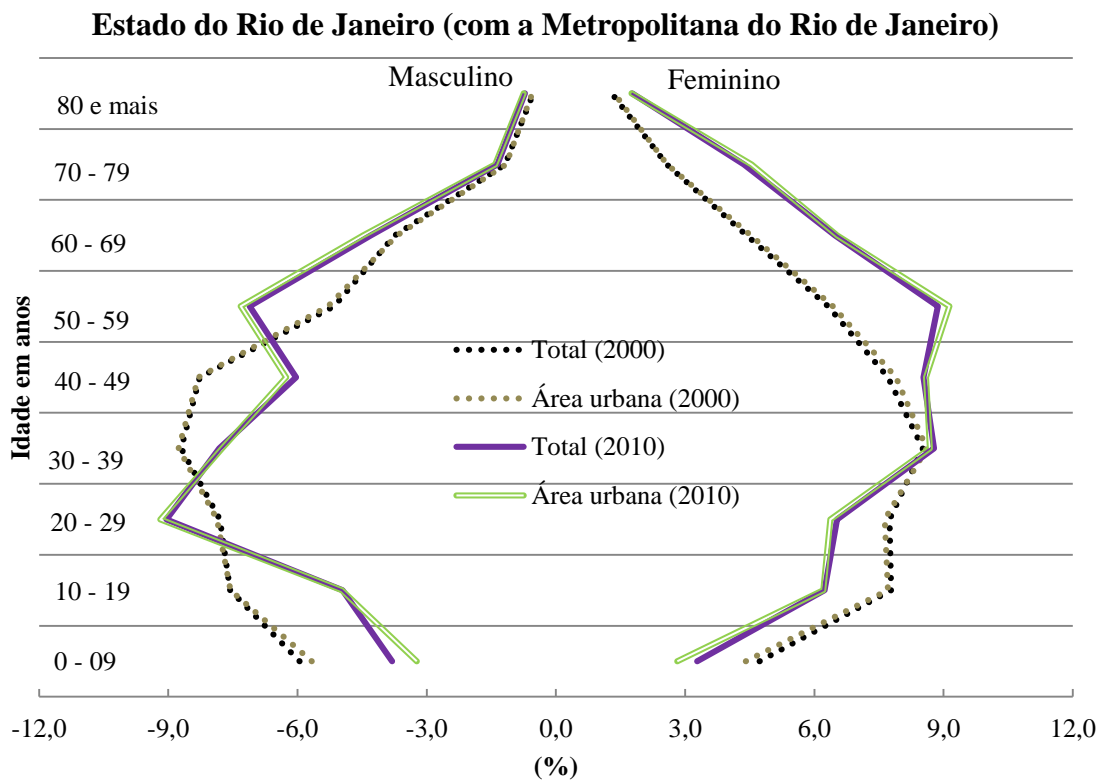
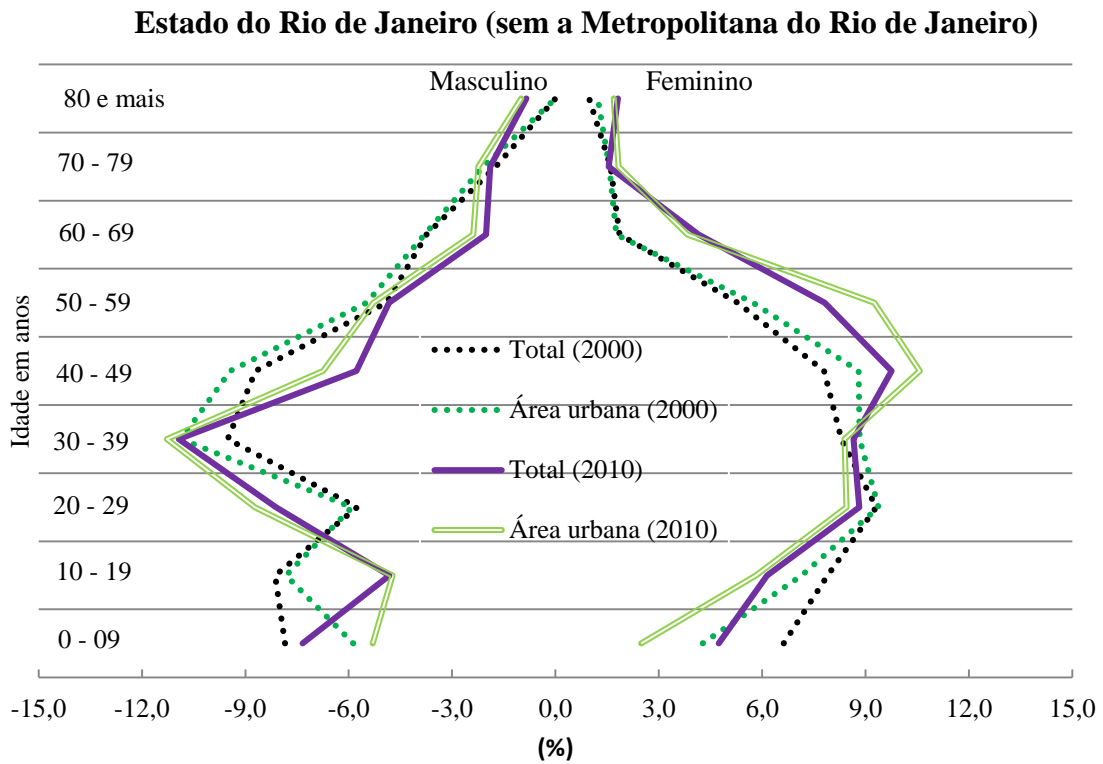


Tabela 1.1: Distribuição absoluta e relativa dos indígenas pela situação de domicílio (urbana e rural). Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2000 e 2010

Mesorregião	Censo 2000		Censo 2010	
	Situação de domicílio			
	Urbano	Total	Urbano	Total
	% (IC)	N	% (IC)	N
Noroeste Fluminense	86,0 (70,1 - 94,1)	260	96,3 (95,2 - 97,2)	170
Norte Fluminense	85,2 (78,1 - 93,0)	980	100,0	593
Centro Fluminense	87,3 (78,1 - 93,0)	667	89,5 (74,3 - 96,2)	266
Baixada litorânea	88,8 (84,3 - 92,1)	1.151	96,6 (96,1 - 97,0)	965
Sul Fluminense	69,1 (56,7 - 79,3)	2.174	66,7 (55,8 - 76,0)	1.353
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	98,6 (98,1 - 99,0)	30.702	99,3 (98,5 - 99,7)	11.912
Estado do Rio de Janeiro	95,8 (94,7 - 96,8)	35.934	96,1 (94,7 - 97,1)	15.258

Fonte: IBGE, Amostra, Censo Demográfico 2000 e 2010.

Figura 1.2: Composição relativa da população indígena residente, por sexo, classes de idade e situação de domicílio (total e urbano), do Estado do Rio de Janeiro sem e com a mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Amostra, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Tabela 1.2: Distribuição absoluta e relativa dos indígenas analfabetos e não naturais. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010

Mesorregião	Censo 2000		Censo 2010	
	N % (IC)	Total %	N % (IC)	Total %
Analfabetismo				
Noroeste Fluminense	61 23,9 (12,1-41,7)	254 100,0	8 4,6 (0,6-29,3)	170 100,0
Norte Fluminense	76 8,3 (4,7-14,0)	921 100,0	71,0 12,0 (6,7-20,6)	593 100,0
Centro Fluminense	69 10,9 (6,1-18,8)	626 100,0	8 3,2 (3,2-3,9)	266 100,0
Baixada litorânea	78 7,1 (3,6-13,6)	1.089 100,0	89 9,9 (4,6-19,9)	900 100,0
Sul Fluminense	433 22,1 (13,8-33,4)	1.012 100,0	187 15,5 (9,5-24,3)	1.206 100,0
RMRJ	3.100 10,5 (9,4-11,7)	29.490 100,0	557 4,8 (3,3-6,9)	11.561 100,0
ERJ	3.816 11,1 (10,0-12,4)	34.342 100,0	919 6,3 (4,8-8,1)	14.696 100,0
Não natural				
Noroeste Fluminense	112 43,0 (25,8-62,0)	260 100,0	59 34,6 (22,7-48,7)	170 100,0
Norte Fluminense	352 35,9 (27,0-46,0)	980 100,0	266 44,9 (34,8-55,4)	593 100,0
Centro Fluminense	313 46,9 (33,1-61,3)	667 100,0	156 58,6 (38,7-76,0)	266 100,0
Baixada litorânea	837 72,7 (63,3-80,4)	1.151 100,0	718 74,4 (61,5-84,1)	965 100,0
Sul Fluminense	1.010 46,4 (37,0-56,1)	2.174 100,0	681 50,3 (40,3-60,3)	1.353 100,0
RMRJ	17.930 58,4 (56,5-60,3)	30.702 100,0	6.521 54,7 (50,9-58,6)	11.912 100,0
ERJ	20.553 57,2 (55,4-59,0)	35.934 100,0	8.400 55,1 (51,8-58,3)	15.258 100,0

Fonte: IBGE, Amostra, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Tabela 1.3: Distribuição absoluta e relativa da renda domiciliar *per capita* dos indígenas, por categorias. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010

Mesorregião		Censo 2000	Censo 2010	Censo 2000	Censo 2010	Censo 2000	Censo 2010	Censo 2000	Censo 2010	Censo 2000	Censo 2010	Censo 2000	Censo 2010	Censo 2000	Censo 2010
		Renda domiciliar <i>per capita</i> em salários mínimos													
		Sem renda		Até 0,5		0,5 a 0,75		0,75 a 1,5		1,5 a 3		> 3		Total	
Noroste Fluminense	N	0	0	53	19	23	46	108	73	53	24	23	8	260	170
	%			20,5	11,1	8,8	27,4	41,5	43,1	20,5	13,9	8,7	4,6	100	100
	IC			6,0-51,2	2,3-39,6	7,5-10,4	7,7-62,9	21,0-65,4	20,0-69,6	10,9-35,1	5,3-31,6	2,1-30,3	0,6-29,3		
Norte Fluminense	N	36	33	254	50	62	105	303	173	199	159	126	72	980	593
	%	3,6	5,6	26	8,5	6,3	17,7	30,9	29,2	20,3	26,9	12,8	12,2	100	100
	IC	1,2-10,7	2,8-10,9	16,5-38,4	4,4-15,9	3,0-12,9	7,5-36,3	21,7-42,0	19,1-41,9	10,3-36,0	14,1-45,2	7,3-21,7	4,8-27,4		
Centro Fluminense	N	51	10	91	43	85	45	221	69	156	47	48	53	652	266
	%	7,9	3,6	14	16	13	16,8	33,9	26,1	23,9	17,6	7,4	19,9	100	100
	IC	2,0-25,8	0,5-23,6	4,6-35,3	7,2-32,0	5,7-26,9	7,4-33,7	17,4-55,5	12,1-47,6	13,3-39,1	6,4-39,9	3,1-16,7	5,1-53,6		
Baixada litorânea	N	49	23	180	201	133	172	308	335	265	97	215	136	1.151	965
	%	4,3	2,4	15,6	20,8	11,5	17,8	26,8	34,7	23,1	10,1	18,7	14,1	100	100
	IC	1,7-10,3	0,6-9,6	9,4-25,0	13,3-31,0	6,4-19,8	9,6-30,7	18,1-37,8	24,0-47,2	15,1-33,6	4,7-20,2	11,9-28,2	8,3-22,9		
Sul Fluminense	N	122	45	652	521	200	268	677	344	312	114	211	60	2.174	1.353
	%	5,6	3,3	30	38,5	9,2	19,8	31,1	25,5	14,3	8,4	9,7	4,5	100	100
	IC	2,1-14,3	1,3-8,1	18,5-44,7	26,7-51,9	4,1-19,3	11,7-31,7	22,9-40,7	17,9-34,9	9,9-20,2	4,0-16,9	5,9-15,6	1,9-10,0		
Metropolitana do Rio de Janeiro	N	1.282	577	4.679	1.598	3.212	1.951	7.998	3.780	6.758	2.059	6.555	1.931	30.483	11.897
	%	4,2	4,8	15,3	13,4	10,5	16,4	26,2	31,8	22,2	17,3	21,5	16,2	100	100
	IC	3,4-5,2	2,9-7,9	13,6-17,3	10,6-16,9	9,1-12,2	12,7-20,9	24,2-28,4	27,5-36,4	20,3-24,1	13,8-21,4	19,8-23,3	13,7-19,1		
Estado do Rio de Janeiro	N	1.540	687	5.910	2.432	3.714	2.587	9.616	4.775	7.743	2.500	7.178	2.261	35.701	15.243
	%	4,3	4,5	16,6	16	10,4	17	26,9	31,3	21,7	16,4	20,1	14,8	100	100
	IC	3,5-5,3	2,9-6,9	14,8-18,5	13,3-19,0	9,0-11,9	13,8-20,7	25,0-28,9	27,7-35,2	20,0-23,5	13,5-19,8	18,6-21,7	12,7-17,2		

Fonte: IBGE, Amostra, Censos Demográficos 2000 e 2010. OBS: O valor do SM em 2000 era de R\$151,00 e em 2010 era de R\$510,00.

Tabela 1.4: Distribuição absoluta e relativa de indígenas residentes em setores censitários urbanos classificados como “aglomerado subnormal”. Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010

Mesorregião	Censo 2000			Censo 2010		
	Aglomerado subnormal					
	N	%	Total	N	%	Total
Noroeste Fluminense	0	0	224	0	0	163
Norte Fluminense	0	0	782	76	12,8	592
Centro Fluminense	0	0	582	0	0	238
Baixada Litorânea	X*		1.005	122	13,1	932
Sul Fluminense	119	7,9	1.503	161	17,9	901
Metropolitana do Rio de Janeiro	3.747	12,4	30.236	1683	14,2	11.832
Estado do Rio de Janeiro	3.926	11,4	34.401	2042	13,9	14.659

Fonte: IBGE, Amostra, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Tabela 1.5: Distribuição absoluta e relativa dos indígenas do Estado do Rio de Janeiro de acordo a informação sobre língua indígena falada no domicílio e etnia, segundo situação de domicílio, Censo Demográfico 2010

Covariáveis	Categorias		Situação de domicílio		
			Urbano	Rural	Total
Língua indígena falada no domicílio	Sim	N	354	412	766
		%	2,3	55,8	4,8
	Total	N	15.146	738	15.888
		%	100,0	100,0	100,0
Informaram etnia	Sim	N	3.499	511	4.030
		%	23,4	71,8	25,7
	Total	N	14.935	712	15.668
		%	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010.

5.2 Onde moram os indígenas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro?

5.2.1 Resumo

Os últimos censos demográficos conduzidos no Brasil mostraram a existência de indígenas residentes em áreas urbanas. Outros países latino-americanos e de outras regiões também têm verificado este fato. O objetivo desse trabalho foi averiguar o local de residência da população indígena urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Além de análise descritiva, foram realizadas análises espaciais e de correlação. Verificou-se que os indígenas e os brancos residiam majoritariamente em duas regiões do município do Rio de Janeiro enquanto os pardos e pretos residiam nos municípios do Rio de Janeiro e naqueles da Baixada Fluminense. Em 75% dos setores censitários da Região Metropolitana não residiam indígenas. E em aproximadamente 20% residia um indígena. Em relação aos demais segmentos, os indígenas possuíam proporcionalmente menos indivíduos jovens entre 0 e 19 anos e mais indivíduos acima de 40 anos. A composição etária dos indígenas que residiam em setores com 1 indígena, com base menor e topo mais largo, diferiu marcadamente daquela das demais cor ou raça, daquela da totalidade dos indígenas e daquela dos recortes a partir da quantidade de indígenas. O padrão espacial de residência dos indígenas se aproximou ao da população branca. Além disso, notou-se uma redução na densidade de setores com 3 ou mais indígenas residindo, em duas regiões do Rio de Janeiro e em uma de Niterói. Dessa forma, as análises deste estudo apontam que o local de residência dos indígenas e brancos é semelhante, enquanto difere marcadamente do local de residência dos pardos e pretos. Ademais, o perfil socioeconômico e espacial dos indígenas se aproxima daquele apresentado pelos brancos, a depender da quantidade de indígenas residindo no setor censitário.

Palavras-chave: População Indígena, Censos, Metrôpoles, Análise espacial, Rio de Janeiro.

5.2.2 Introdução

Por meio dos últimos censos realizados em países latino-americanos verificou-se que, em 2000, 40,0% da população indígena residia em área urbana, e em 2010, 49,0% (DEL POPOLO et al., 2007; THE WORLD BANK, 2015). No Brasil, os três últimos recenseamentos (1991, 2000 e 2010) quantificaram, dentre outros aspectos, que uma parcela expressiva da população indígena residia em áreas urbanas, respectivamente, 23,9%; 52,2% e 39,2% (IBGE, 2005, 2012b). Nesse contexto, dentre os desafios apontados por CARDINAL (2006), para caracterizar a elevada proporção de urbanização desse segmento populacional estão o desenvolvimento de indicadores e de métodos para avaliar as condições de vida.

A dinâmica histórica de ocupação do território do estado do Rio de Janeiro desde a época colonial resultou na maior concentração populacional, comercial e econômica no município do Rio de Janeiro e naqueles mais próximos (DAVIDOVICH, 2010). Como desdobramento posterior, em 1974 se estabeleceu, por meio de Lei Complementar Federal nº20/1974, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na época composta por 14 municípios (BRASIL, 1974; MELLO; MELLO; ORRICO F, 2016).

Em 2010, a população do Estado do Rio de Janeiro era de 15.989.929 habitantes, sendo que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentrava 75% da população do estado (SIDRA⁸). Essa região tem se destacado dentre as maiores do país por conta de seu desempenho econômico e quantitativo populacional. Contudo, coexistem nela expressivas desigualdades socioeconômicas e demográficas (AZEVEDO; FERNANDES, 2014; RIBEIRO; SILVA; RODRIGUES, 2011).

A documentação histórica relativa ao Estado, considerando as áreas urbana e rural, entre 1818 e 1844, aponta, apesar de suas limitações, que os indígenas estariam entre 1.500 e 5.615 indivíduos (SILVA, 2016). O Censo 1872, o primeiro com abrangência nacional, entretanto, não captou dados sobre os indígenas, categoria que entrou como opção de resposta ao quesito sobre cor ou raça a partir de 1991 (IBGE, 2005, 2012b; OSORIO, 2003). Apesar desse panorama, sabe-se que na região que hoje configura a Região Metropolitana do Rio de Janeiro habitavam povos indígenas (ALMEIDA, 2013; FREIRE; MALHEIROS, 2009).

A despeito da diferença no total de indígenas nas áreas urbana e rural do país, segundo os resultados do Censo 2010, comparado com 2000, a área urbana da Região

⁸ Mais informações: <www.sidra.ibge.gov.br> (Acesso em 15/09/2017).

Metropolitana do Rio de Janeiro foi a que apresentou a maior redução (-66%) no Sudeste (SIDRA⁹). Diante da importância da região, da presença histórica de população indígena, e dos desafios de compreender tal segmento populacional no contexto urbano atual, esse estudo teve como objetivo analisar o local de residência da população urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo sua cor ou raça, com foco na indígena.

5.2.3 Metodologia

Trata-se de um estudo baseado nos dados do Censo Demográfico 2010. O censo é uma pesquisa nacional de periodicidade decenal que provê uma ampla gama de variáveis acerca da população e seus respectivos domicílios. A data de referência da pesquisa é a noite de 31 de julho para 1º de agosto de 2010 (IBGE, 2013).

Após a finalização de cada censo, o IBGE disponibiliza diversos bancos de dados contendo as informações censitárias. Nesse estudo foi utilizado o banco de dados de agregados por setor censitário (daqui por diante: setor). Esse banco contém informações das características dos domicílios particulares, definido por aquele “onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência” (IBGE, 2011a) e dos indivíduos investigados na totalidade da população do país.

O banco de dados usado é de acesso aberto, estando disponível no *site* do IBGE, portanto, de acordo com a legislação vigente (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), não há necessidade de aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

A coleta dos dados do censo é feita através de dois questionários: o básico possui um número menor de quesitos e é aplicado em todos os domicílios; e o da amostra, com mais quesitos é aplicado nos domicílios selecionados para a amostra (IBGE; 2011c, 2013). Os dois questionários possuem o quesito referente ao pertencimento étnico/racial da população através da indagação sobre a cor ou raça dos moradores do domicílio, composta das seguintes categorias de resposta: branca, preta, amarela, parda e indígena (IBGE, 2011b, 2012b).

O IBGE define área urbana como aquela que “congrega as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou ainda as áreas urbanas isoladas”, conforme definido por Lei Municipal

vigente em 31 de julho de 2010. Todo o território fora desse limite foi classificado pelo IBGE como área rural. O setor, unidade territorial utilizada durante a coleta do Censo 2010, por sua vez é “constituído por áreas contíguas, respeitando a divisão político-administrativa do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta” (IBGE, 2011a). O documento “Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário” explicita que essa classificação ocorre quando o setor cumpre integralmente os requisitos, seja para urbano ou rural (IBGE, 2011a).

Historicamente, o município do Rio de Janeiro atrai imigrantes. Alguns fatores que contribuem para tal são ter sido capital do país, cidade de moradia da família real portuguesa, ter se consolidado como polo turístico e de grandes eventos esportivos, religiosos e musicais, e congregar polos industriais tanto na cidade como nos municípios adjacentes (DAVIDOVICH, 2010; MONTEIRO; MARQUES, 2015; RODRIGUES et al., 2008). Criada em 1974, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Figura 2.1), segundo com a Lei Complementar Federal nº 133/2009 (BRASIL, 1974; RIO DE JANEIRO, 2009), é atualmente composta por 19 municípios: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Maricá e aqueles comumente nominados como pertencentes à Baixada Fluminense (Itaguaí, Seropédica, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, e Paracambi), assim referidos daqui por diante.

As análises deste estudo tiveram como base 18.620 setores, do total de 19.507 da Região Metropolitana. Com o intuito de focar nos setores urbanos com domicílios particulares foram excluídos 887 setores, sendo 211 classificados como rural, 148 com informações omitidas pelo IBGE (menos de cinco domicílios), 51 classificados como especiais (asilos, orfanatos, conventos, hospitais, penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, etc.). Por último, visando manter a robustez das análises se excluiu também 477 setores com menos de 30 domicílios e 30 indivíduos.

As variáveis cor ou raça (com exceção da categoria amarela, excluída de algumas análises do estudo), sexo, idade (em classe), tipo de setor (categorias: comum ou aglomerado subnormal⁹), município e setor censitário de residência foram utilizadas

⁹ Definição: “Considerou-se como aglomerado subnormal um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais,

nas análises. No caso específico da composição relativa por grupos de idade e sexo, optou-se por estratificar a investigação da população indígena, em decorrência da grande quantidade de setores com poucos indígenas, da seguinte forma: totalidade dos setores (18.620), com somente 1(um) indígena (2.287 setores), denominado como SC_1_Ind, com 2 ou mais (1.142 setores), denominado como SC_2+ind e com 3 ou mais indígenas (933 setores), denominado como SC_3+ind.

Primeiramente, para compreender a distribuição da população nos setores de cada recorte, acima explicitado, foi conduzida uma análise descritiva através da distribuição absoluta e percentual populacional assim como das medidas de tendência central e composição relativa por sexo e idade. Posteriormente a correlação entre o percentual da população por cor ou raça, o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento) (daqui por diante: Renda do responsável pelo domicílio) e o total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes (daqui por diante: Renda do domicílio) nos setores foi obtida pelo Coeficiente de Correlação de Spearman. Optou-se por esta técnica para verificar a relação entre as características da população (renda e cor ou raça) residente e os resultados da análise espacial, além de explorar recortes adicionais. Porque o percentual da população segundo a cor ou raça não segue uma distribuição normal foi utilizado o método de Spearman. Para essa análise foram incluídos recortes adicionais àqueles referentes ao quantitativo de indígenas no setor: ≥ 5 , ≥ 8 e ≥ 10 indígenas.

Para as análises espaciais foi elaborado um malha digital (*shapefile*) com os centroides dos setores do percentual da população por cor ou raça. Empregou-se inicialmente a estimativa de Kernel, com a função quártica bponderada e, após testar algumas metragens, o raio de 500 m a partir do centroide de cada setor foi utilizado por apresentar uma densidade mais límpida. Posteriormente, foi realizada a razão entre o Kernel do percentual da população de uma determinada categoria de cor ou raça dividida pelo Kernel do percentual da população de outra categoria (indígena, branca, preta e parda). Foi elaborado também um Kernel do percentual da população indígena, considerando todos os indígenas ($n = 11.857$) e os setores com 3 ou mais indígenas ($n = 7.594$) dos 4.747 setores. De forma exploratória, primeiro foram elaborados mapas

ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.” (IBGE, 2012a).

Kernel para a totalidade de setores (18.620 setores) (Apêndices 3, 5 e 5). Em decorrência da quantidade de setores sem indígena (75%), optou-se por elaborar e apresentar os mapas Kernel exclusivamente para aqueles setores com residentes indígenas (4.747setores). Adicionalmente foram elaborados dois mapas com os 4.747 setores, um a fim de verificar quais setores eram classificados como comuns e quais eram aglomerado subnormal, e outro sobrepondo os setores aglomerado subnormal com o resultado da estimativa de Kernel do percentual de indígenas nos 4.747 setores (Apêndices 2 e 3).

Resultados

Todos os municípios da Região Metropolitana tiveram população classificada dentre as cinco categorias cor ou raça no Censo 2010, sendo os pardos e brancos predominantes. O município do Rio de Janeiro concentrou a maior população da Região Metropolitana (53,46%) e Tanguá, a menor (0,23%) (Tabela 2.1).

A população parda, em comparação às demais cor ou raça, foi mais expressiva em 12 dos 19 municípios (entre 45,98% e 54,37%), sendo a maioria deles pertencente à Baixada Fluminense (Queimados, Nova Iguaçu, Magé, Japeri, Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo e São João de Meriti). Os brancos, por sua vez, foram maioria nos municípios de Niterói (63,52%), Maricá (54,23%), e Rio de Janeiro (51,20%) (Tabela 2.1).

Os 11.857 indígenas (0,11% da população da Região Metropolitana) foram mais expressivos, com percentuais entre 0,11 e 0,14%, nos municípios de Itaguaí, Niterói, Seropédica, Rio de Janeiro e Magé (Tabela 2.1). Contudo, considerando somente este segmento populacional, a maioria residia no município do Rio de Janeiro (56,93%), seguido pelos municípios de São Gonçalo, Duque de Caxias, Niterói e Nova Iguaçu (entre 5,47% e 7,56%) (dados não mostrados).

O total populacional por cor ou raça nos setores mostrou que os brancos, pretos e pardos residiam majoritariamente nos setores com população entre 100 e 499 indivíduos da mesma cor ou raça (Tabela 2.2). Dessa forma, considerando tal contingente populacional em todos os setores, o percentual de brancos, pretos e pardos atingiu 79,22%; 83,91% e 79,33%, respectivamente. Diferentemente, os indígenas estavam presentes em somente 25% dos setores da Região Metropolitana e 60,12% dos indígenas residiam em setores contendo de 1 a 4 indígenas.

A existência de grande distinção entre os valores apresentados pelas categorias de cor ou raça em relação ao quantitativo das populações nos setores é verificada também a partir das medidas de tendência central (Tabela 2.3). Dentre os resultados, cabe destacar os valores menores do 1º quartil, média, mediana e 3º quartil para as categorias preta e indígena. Apesar de estes dois segmentos populacionais terem apresentado valores menores que as demais categorias, os indígenas se diferenciam marcadamente de todas as categorias, principalmente pelos valores da média (0,64), moda (zero) e valor máximo de indígenas num único setor (40).

A composição relativa por idade e sexo da população segundo ‘cor ou raça’ evidenciou perfis diferentes entre as categorias (Figura 2.2A). A base da pirâmide foi mais estreita para os indígenas e mais larga para os pardos. Os indígenas apresentaram maior percentual de população, em comparação às demais categorias, a partir da faixa de 30-39 anos para o sexo feminino e 40-49 anos para o masculino, sendo a diferença mais pronunciada no sexo feminino. Destaca-se, ainda, que o percentual da população indígena masculina a partir dos 60 anos se aproximou da população branca.

A Figura 2.2B revelou a existência de expressivas diferenças no perfil por sexo e idade dos indígenas considerando todos os setores em relação aos demais recortes. Os setores com 1 indígena possuem uma população proporcionalmente mais velha, acima de 30 anos no sexo masculino e, no feminino, acima de 40 anos, com destaque para aqueles entre 50-59 anos. Em relação às idades mais jovens, os setores com 1 indígena apresentaram, entre 0 e 29 anos, um percentual consideravelmente menor quando comparado aos demais recortes analisados. Chama atenção a semelhança do formato das pirâmides com o dos demais recortes (totalidade de setores, SC_2+ind e SC_3+ind).

As análises realizadas através da Correlação de Spearman evidenciaram que, mesmo não sendo significativos em todos os recortes, os setores de residência dos indígenas foram positivamente correlacionados com aqueles onde residia a população branca e negativamente com as populações parda e preta (Tabela 2.4). Além disso, com o aumento de indígenas nos setores, principalmente naqueles com 8 ou mais e 10 ou mais indígenas, a correlação com pardos foi significativamente negativa. No que diz respeito à renda do domicílio dos indígenas, em todos os recortes analisados houve significância estatística, sendo que a mesma se tornou negativa e mais forte com o aumento do número de indígenas nos setores.

A correlação entre pardos e pretos foi significativamente positiva, entretanto a correlação entre brancos e pretos e entre brancos e pardos foi significativamente

negativa. Em relação às variáveis de renda para esses três segmentos populacionais, os resultados foram significativamente positivos para brancos e negativos para pardos e pretos.

Os dados sobre os 2.655 setores classificados como “aglomerado subnormal” mostraram que, na região metropolitana, 10% da população branca, 19% da preta, 14% da parda e 10% da indígena residiam em tais setores. Ressalta-se ainda que 20% dos indígenas do município do Rio de Janeiro residem neste tipo de setor, que, em sua maioria, situavam-se em bairros das zonas Norte e Oeste do município. Considerando os setores com indígenas (4.747) foi encontrado que em 550 deles havia 1.644 indígenas (Apêndice 2). Chama atenção que em 248 desses setores residia um indígena, em 59 residiam até três, e 28 desses setores residiam 10 ou mais indígenas, sendo que entre esses está incluído um com 32 indígenas, localizado no bairro do Recreio dos Bandeirantes, no município do Rio de Janeiro.

A análise espacial dos 18.60 dos 4.747 setores revelou, pelos mapas Kernel, que a intensidade dos brancos e indígenas foi mais alta e se concentrou em determinados setores do município do Rio de Janeiro (zonas Central, Sul e Norte) e de Niterói (zonas Central e Sul) (Figura 2.3 e Apêndice 4). Destaca-se que a sobreposição entre os setores classificados como aglomerado subnormal e o kernel revelou que em alguns locais de maior intensidade havia um conjunto de setores classificados como tal (Apêndice 3). Além disso, os setores da zona Sul do Rio de Janeiro, possuíam em sua maioria, um ou dois indígenas, pois a densidade nessa localidade diminuiu nas análises a partir de setores com pelo menos três indígenas (Figura 2.6).

Além disso, dos seis setores com mais do que 20 indígenas quatro pertenciam a bairros do município do Rio de Janeiro: Recreio dos Bandeirantes (32 indígenas), Ribeira (24), Santa Teresa e Todos os Santos (ambos com 20). Situado na região oceânica de Niterói, o bairro de Cambinhas possuía a maior quantidade de indígenas num único setor (40). Destaca-se ainda que, em São João de Meriti havia um setor com 28 indígenas, no bairro de Vilar dos Teles, e Itaguaí possuía um setor com 24 indígenas (dados não mostrados).

Em contraposição aos padrões observados para indígenas e brancos, a densidade dos pardos e pretos para os 4.747 setores (Figura 2.3) foi mais alta em determinados municípios da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo e São João de Meriti) e aumentou na análise dos 18.620 setores (Apêndice 4).

A concentração de indígenas e brancos em determinados setores do município do Rio de Janeiro (zonas Sul e Norte) se confirmou por meio da razão entre os Kernel, tanto nas análises dos 4.747 quanto dos 18.620 setores, uma vez que nestes locais não houve domínio de nenhuma destas duas cor ou raça (Figura 2.4 e Apêndice 4). Já o padrão, nos 4.747 e 18.620 setores, entre as categorias indígena/parda e indígena/preta (Figura 2.4 e Apêndice 5) foi similar aos resultados das categorias branca/parda e branca/preta (Figura 2.5 e Apêndice 6). Ou seja, para estas razões, em determinadas localidades, como do município do Rio de Janeiro e em alguns setores de Niterói, a concentração de indígenas e dos brancos superou a de pardos e pretos.

5.2.4 Discussão

A literatura mundial aponta que os indígenas constituem um segmento populacional com uma expressiva vulnerabilidade socioambiental (ANDERSON et al., 2016; GRACEY; KING, 2009; MONTENEGRO; STEPHENS, 2006; ONU, 2009). No Brasil, desde a inserção da categoria indígena, como opção de resposta à pergunta sobre cor ou raça, no Censo 1991, observa-se um aumento no volume de trabalhos que exploram os dados sobre esse segmento populacional. Como resultado, os indígenas, não diferente do encontrado no cenário mundial, em comparação aos demais segmentos populacionais, possuem piores condições relacionadas a presença de saneamento básico, ao perfil de mortalidade e também diferenças importantes no tocante às características sociodemográficas (CALDAS et al., 2017; MARINHO; CALDAS; SANTOS, 2017; RAUPP et al., 2017; SANTOS et al., 2015).

Este estudo, de forma inédita, revela que, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os indígenas, que representam uma pequena parcela da população, residiam majoritariamente no município de Rio de Janeiro. Os resultados mostraram ainda que essa população era mais velha, em comparação com os demais segmentos; residia em locais onde residiam, majoritariamente, os brancos. Adicionalmente, verificou-se, em tais localidades, quem em uma grande parcela de setores residia somente um indígena, cujo perfil diferiu, em vários aspectos, em relação aos demais setores com indígenas.

A região Sudeste do Brasil se caracteriza, atualmente, como aquela com um quantitativo menor de Terras Indígenas, sendo seis no estado do Rio de Janeiro (três regularizadas), se comparada com o Norte (em torno de 340) (IBGE, 2012b). A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que concentra a maior parte da população do Estado,

possuía em 2010 99,5% da sua população residindo em área urbana (SIDRA¹⁰). Contudo, no Brasil, ainda são poucos os trabalhos que discorrem e exploram os indígenas que vivem neste contexto urbano. ATHIAS; LIMA (2010) analisaram a população da etnia Pankararu residente no município de São Paulo. Segundo os autores, esta etnia, originária do Nordeste (Pernambuco), iniciou a migração por volta de 1940. A permanência em São Paulo se tornou mais duradoura com o advento das novas gerações de migrantes, característica que perdura até os dias atuais, embora o fluxo entre São Paulo e Pernambuco seja uma realidade para essa etnia.

Outro estudo importante foi de CARDOSO et al. (2016) que, através de pesquisa de campo realizada em 2012, caracterizou as condições sanitárias e sociodemográficas dos domicílios dos indígenas da etnia Araña residente nas cidades de Araçuaí e Coronel Murta, ambas em Minas Gerais. Os autores verificaram que as situações eram piores na área rural, em comparação com a urbana.

Com relação às políticas específicas para indígenas em áreas urbanas, cabe destacar que o Estado de São Paulo e os municípios de Porto Alegre (RS) e Campo Grande (MS) são pioneiros, havendo nestas regiões, inclusive, Conselhos e Secretarias voltados para os indígenas (ALBUQUERQUE, 2015).

Considerando os estudos sobre indígenas no Rio de Janeiro, cabe destacar a tese de doutorado de SILVA (2016) e o livro de ALMEIDA (2013) que, a partir de documentos históricos, reconstruíram a presença de indígenas no estado e no município, respectivamente. SILVA (2016) relata ter encontrado dificuldade na busca por documentos, pois um dos objetivos do Estado foi invisibilizar essa população. A autora explica, ainda, que muitos indígenas fugiram e/ou esconderam sua identidade em decorrência de perseguição, escravidão e ameaça de vida.

ALMEIDA (2013) relata que na área que hoje configura a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi há séculos ocupada por indígenas como, por exemplo, os das etnias Tupi, Tupinambá, Goytacazes, Guarulhos, Coroados, Puri, Tamoios, Tupiniquim. FREIRE; MALHEIROS (2009) são mais específicos em relação à localização de aldeias nos municípios do estado. No Rio de Janeiro, são citadas as aldeias à época da colonização (século XVI) onde hoje estão os seguintes bairros: Ilha do Governador (36 aldeias), Lagoa Rodrigo de Freitas (1), Santa Teresa (4), Glória (1), Flamengo (1), Copacabana (5), Urca (1), Cosme Velho (1), Barra da Tijuca (1), Pavuna, Irajá, entre

¹⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> (Acesso em 21/01/2019).

outras localidades. Em Niterói, havia aldeia em Icaraí, Itaúna (atualmente bairro de São Gonçalo) e outros locais cujos nomes não são usuais atualmente. Contudo, durante o século XX já não existiam aldeias na região e nem indígenas nos documentos oficiais do estado.

Se tratando de trabalhos com recorte temporal mais atual, AFONSO (2017), por sua vez, dissertou sobre a criação e manutenção de uma horta comunitária em 2016, no município do Rio de Janeiro, protagonizada por indígenas de diferentes etnias. Desta forma, verifica-se efetivamente que multiplicidade étnica dos indígenas que residem nessa cidade.

É importante ressaltar, no entanto, que, em virtude da diferença histórica e regional do Brasil em relação ao quantitativo de indígenas e de TI, alguns fatores podem influenciar na afirmação ou não da identidade indígena nas pesquisas populacionais, como, por exemplo, no censo. SIMONI; DAGNINO (2016) constataram que o acesso à identidade indígena na cidade de Altamira (Pará/Brasil) está estreitamente relacionado com a ocupação e o desenvolvimento da cidade. VALE; RANGEL (2008) ressaltam que, no que concerne aos jovens, o acesso a determinados benefícios/direitos nas metrópoles, principalmente ligados ao ensino, exigem a afirmação da identidade. Outro ponto a se considerar é como a sociedade nacional percebe o indígena. A ideia de que o indígena vive na floresta, caça e não utiliza roupa ainda é ainda muito presente na sociedade brasileira. Como resultado, nas situações em que o indígena precisa se afirmar como tal, principalmente em áreas urbanas, há preconceito (NUNES, 2010).

Essas questões relacionadas à afirmação da identidade indígena, contudo, não são exclusivas do Brasil. O aumento do número de países com dados sobre população indígena na América Latina permitiu averiguar dois processos. O primeiro foi a classificação daqueles que vivem em contextos urbanos nas pesquisas nacionais. E o segundo foi o aumento na migração de indígenas da área rural para a urbana (DEL POPOLO et al., 2007). CARDINAL (2006) chama atenção essa afirmação ou não da identidade, pois há chance de impactos importantes nos dados e, conseqüentemente, nos indicadores. De acordo com DEL POPOLO et al. (2007), em áreas urbanas, são importantes para a afirmação da identidade: a origem (oriundo da própria área urbana, pode descender de uma migração anterior ou ser um imigrante), a forma de interação com os grupos sociais, e as de contato interétnico (padrões socioculturais específicos de povo no/e o contexto urbano).

Entretanto, no Brasil, a maioria dos indígenas, assim como a maior parte dos territórios demarcados, está em área rural. Por este motivo, a constatação do aumento de indígenas nas áreas urbanas faz crescer, ainda que devagar, o número de trabalhos voltados e/ou que considerem os indígenas residentes nessa área. Um cenário diferente de países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia que, por possuírem mais de 50% de indígenas em áreas urbanas, tornaram-se pioneiros nas políticas, pesquisas nacionais e análises de indicadores para essa população (CARDINAL, 2006; GUIMOND et al., 2008; RYKS; PEARSON; WAA, 2016; WALKER, 2008; WALKER; BARCHAM, 2010).

Uma inovação importante deste estudo foi a utilização de técnicas de análise espacial que, dentro do campo da saúde, vêm sendo usados principalmente em estudos ecológicos (CARVALHO; SOUZA-SANTOS, 2005). A estimativa de Kernel, aqui empregada, embora seja uma técnica para dados de pontos, a sua adequação a dados de área, como indicadores epidemiológicos (taxas, razões, entre outros) possibilita a visualização do "mapa" de risco, identificando as áreas significativamente diferentes daquelas da média global como áreas de alto e baixo risco (CÂMARA et al., 2004). Verificou-se através dessa técnica que há uma concentração populacional em determinadas localidades dos municípios da Região Metropolitana e também que o local de residência da população segundo a cor ou raça apresenta padrões semelhantes para indígenas e brancos assim como para pretos e pardos.

A concentração espacial encontrada neste estudo remete aos trabalhos sobre a segregação residencial, que é resultado das desigualdades sociais oriundas da relação entre os mecanismos macrossociais e o isolamento socioterritorial dos grupos mais vulneráveis a essas mudanças. Os estudos conduzidos nas metrópoles brasileiras que analisaram a população segundo cor ou raça, em geral, consideraram as populações brancas e pretas. Para estes segmentos, tais padrões estão atrelados, no caso de pretos, a características relacionadas a indicadores piores, como desemprego, por exemplo, e, de brancos, a indicadores melhores, como o alto poder aquisitivo, por exemplo (LIMA, 2012; NETO; RIANI, 2007; TELLES, 1992, 2004). Utilizando os dados do Censo 2000, RIBEIRO; CORRÊA (2008) encontraram resultados similares aos deste trabalho, tanto na distribuição espacial quanto no município de residência dos pretos, pardos e brancos.

Em relação ao local de residência do indígena, os resultados de maneira geral diferiram dos padrões encontrados em outros países, cujos panoramas apontam para uma maior probabilidade de residir nos guetos e periferias, ou seja, distantes das áreas

centrais das cidades (BIDDLE, 2013; HANSELMANN, 2001; PROUT; BIDDLE, 2015). Contudo, os resultados apontaram que uma parcela considerável (13,8%) dos indígenas residia em setores classificados como aglomerado subnormal. Tais localidades são descritas na literatura como carentes em diversos serviços públicos e, além disso, nela reside uma parcela da população mais vulnerável (comumente menos escolarizada, de baixa renda, e maioria parda e preta) (PASTERNAK et al., 2016; TELLES, 2004). Os indígenas australianos das cidades exploradas por BIDDLE (2013), por exemplo, residiam em locais cuja média de renda da população era mais baixa e também em locais onde havia outros indígenas. Ainda que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, as maiorias dos indígenas residissem em locais de maior renda, cuja maioria dos setores só possuía um indígena e próximo às zonas turísticas, tais localidades também possuem setores classificados como aglomerados subnormais. Existem na literatura alguns trabalhos sobre os indígenas residentes em aglomerados subnormais. Como, por exemplo, indígenas da etnia Pankararu, residentes na periferia de São Paulo. Essa população enfrenta diversos os problemas, para além daqueles relacionados com as condições físicas e ambientais, há dificuldade de manter algumas tradições. Adicionalmente luta-se ainda pela reivindicação de uma TI na capital (ATHIAS; LIMA, 2010; VALE; RANGEL, 2008). Com foco em três indígenas residentes num conjunto habitacional no complexo de favelas São Carlos, no Centro do Rio de Janeiro, AFONSO (2017), explorou a relação delas com o preconceito e a troca de conhecimento através da criação e manutenção de uma horta comunitária.

Sendo assim, os resultados deste trabalho indicam que os indígenas residentes na área urbana da Região Metropolitana em 2010, na ocasião do censo, possuem características distintas tanto do reportado pela literatura para os indígenas urbanos quanto em relação aos demais segmentos populacionais analisados. Apesar de haver indígenas em todos os municípios da Região Metropolitana, houve uma concentração maior no município do Rio de Janeiro. Outro ponto importante é que os indígenas residiam, em sua maioria, em setores com até 5 indígenas. Ademais, as análises revelaram a existência de uma proximidade das características, demográficas e espaciais dos indígenas com aquelas dos brancos.

Em relação aos setores com mais de 10 indígenas, esses podem, eventualmente, compreender indígenas da mesma etnia, migrantes ou descendentes de migrantes, configurando, talvez em estágio inicial, o fenômeno verificado com os Pankararu em São Paulo (ATHIAS; LIMA, 2010). No entanto, para tal afirmação, seria necessária a

análise dos dados sobre etnia e língua indígena falada no domicílio do Censo 2010 (não disponível na unidade de análise utilizada), ou ainda um trabalho de campo, não contemplado nos objetivos desse trabalho.

Em conclusão, a proposta e os achados desse trabalho são inéditos no que concerne à população indígena no contexto urbano e em relação à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As diferenças encontradas quanto ao local de residência e às características dos indígenas, a depender da quantidade desses nos setores, podem estar relacionadas à subjetividade própria da variável cor ou raça e a questão da afirmação da identidade indígena, como apontado anteriormente (CARVALHO; WOOD; ANDRADE, 2003; CAVENAGHI; ALVES, 2011; PERZ; WARREN; KENNEDY, 2008; SANTOS et al., 2015). Ressalta-se, portanto, a importância de que sejam realizados estudos desse tipo em outras áreas urbanas do país, para verificar a existência de um padrão quanto às características sociodemográficas e espaciais dos indígenas. Da mesma forma, é imprescindível que os dados do Censo 2020 venham a permitir verificar o padrão dessa população temporalmente.

Figura 2.1: Mapa dos estados brasileiros, com destaque para os municípios do Estado do Rio de Janeiro e aqueles da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

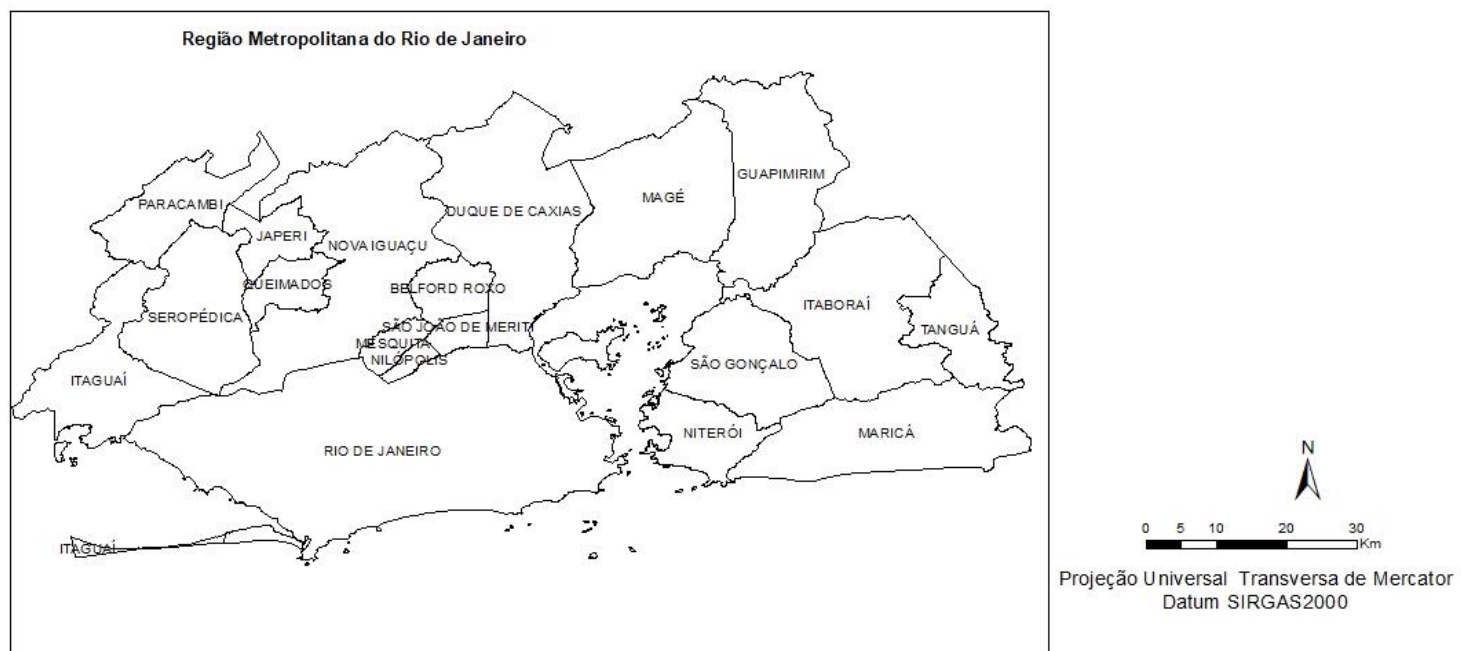
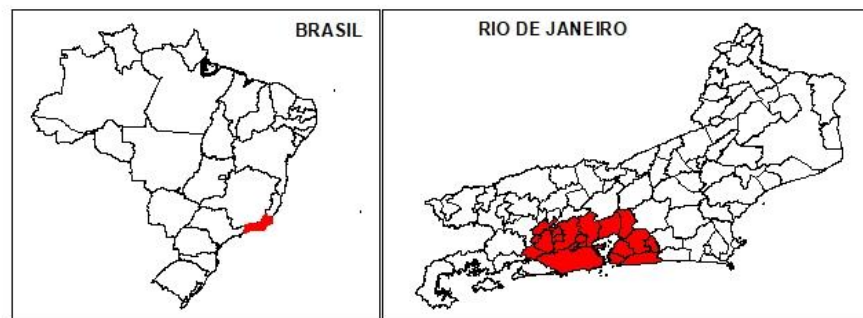


Tabela 2.1: Distribuição absoluta e relativa da população por cor ou raça, segundo os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

Município	População						
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
Belford Roxo	N	151.773	72.252	4.605	238.309	316	467.255
	%	32,48	15,46	0,99	51,00	0,07	100,00
Duque de Caxias	N	299.912	122.735	9.504	409.531	857	842.539
	%	35,60	14,57	1,13	48,61	0,10	100,00
Guapimirim	N	17.971	7.140	344	21.691	26	47.172
	%	38,10	15,14	0,73	45,98	0,06	100,00
Itaboraí	N	76.792	25.573	1.225	107.856	198	211.644
	%	36,28	12,08	0,58	50,96	0,09	100,00
Itaguaí	N	40.961	10.616	1.038	51.391	146	104.152
	%	39,33	10,19	1,00	49,34	0,14	100,00
Japeri	N	27.400	15.742	1.679	47.922	55	92.798
	%	29,53	16,96	1,81	51,64	0,06	100,00
Magé	N	76.154	33.109	2.776	102.184	228	214.451
	%	35,51	15,44	1,29	47,65	0,11	100,00
Maricá	N	67.603	9.398	562	46.953	139	124.655
	%	54,23	7,54	0,45	37,67	0,1	100,00
Mesquita	N	61.733	24.134	1.446	80.091	150	167.554
	%	36,84	14,40	0,86	47,80	0,09	100,00
Nilópolis	N	65.604	22.065	789	68.880	87	157.425
	%	41,67	14,02	0,50	43,75	0,06	100,00
Niterói	N	305.671	45.298	2.696	126.888	648	481.201
	%	63,52	9,41	0,56	26,37	0,13	100,00
Nova Iguaçu	N	285.764	111.599	7.118	381.494	733	786.708
	%	36,32	14,19	0,90	48,49	0,09	100,00
Paracambi	N	17.687	5.322	394	16.255	29	39.687
	%	44,57	13,41	0,99	40,96	0,07	100,00
Queimados	N	44.924	22.842	2.140	66.807	106	136.819
	%	32,83	16,70	1,56	48,83	0,08	100,00
Rio de Janeiro	N	3.181.687	717.069	46.222	2.262.581	6.750	6.214.309
	%	51,20	11,54	0,74	36,41	0,11	100,00
São Gonçalo	N	429.338	121.436	5.195	428.224	896	985.089
	%	43,58	12,33	0,53	43,47	0,09	100,00
São João de Meriti	N	163.070	72.325	4.516	218.341	408	458.660
	%	35,55	15,77	0,98	47,60	0,09	100,00
Seropédica	N	25.843	7.590	638	30.126	79	64.276
	%	40,21	11,81	0,99	46,87	0,12	100,00
Tanguá	N	8.698	3.359	290	14.721	6	27.074
	%	32,13	12,41	1,07	54,37	0,02	100,00
RMRJ	N	5.348.585	14.49.604	93.177	4.720.245	11.857	11.623.468
	%	46,02	12,47	0,80	40,61	0,10	100,00

Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010.

Tabela 2.2: Distribuição absoluta e relativa da população por cor ou raça nos 18.620 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

População nos setores censitários	População por 'cor ou raça'											
	Branca			Preta			Parda			Indígena		
	% SC ¹	Nº Pop ²	% Pop ³	% SC ¹	Nº Pop ²	% Pop ³	% SC ¹	Nº Pop ²	% Pop ³	% SC ¹	Nº Pop ²	% Pop ³
0	0,00	0	0,00	0,15	0	0,00	0,00	0	0,00	74,51	0	0,00
1	0,00	0	0,00	0,30	56	0,00	0,02	4	0,00	12,22	2.275	19,19
2	0,00	0	0,00	0,41	154	0,01	0,01	4	0,00	5,34	1.988	16,77
3	0,00	0	0,00	0,51	285	0,02	0,01	3	0,00	2,83	1.581	13,33
4	0,01	4	0,00	0,66	492	0,03	0,01	8	0,00	1,72	1.284	10,83
5	0,00	0	0,00	0,71	660	0,05	0,04	35	0,00	1,01	940	7,93
6	0,00	0	0,00	0,74	822	0,06	0,04	42	0,00	0,80	894	7,54
7	0,01	7	0,00	0,86	1.127	0,08	0,05	70	0,00	0,41	532	4,49
8	0,01	8	0,00	0,95	1.408	0,10	0,03	40	0,00	0,32	480	4,05
9	0,01	9	0,00	0,83	1.386	0,10	0,05	81	0,00	0,21	351	2,96
10	0,01	10	0,00	0,92	1.710	0,12	0,04	80	0,00	0,20	380	3,20
11	0,02	33	0,00	0,88	1.804	0,12	0,05	99	0,00	0,12	253	2,13
12	0,00	0	0,00	0,88	1.968	0,14	0,08	180	0,00	0,06	144	1,21
13	0,02	39	0,00	0,86	2.080	0,14	0,10	234	0,00	0,09	208	1,75
14	0,01	28	0,00	0,90	2.338	0,16	0,08	210	0,00	0,01	28	0,24
15	0,01	30	0,00	0,85	2.370	0,16	0,11	315	0,01	0,04	120	1,01
16	0,01	32	0,00	0,84	2.496	0,17	0,06	192	0,00	0,03	80	0,67
17	0,02	68	0,00	0,95	2.992	0,21	0,11	357	0,01	0,02	51	0,43
18	0,00	0	0,00	0,89	2.970	0,20	0,12	396	0,01	0,01	36	0,30
19	0,02	76	0,00	0,75	2.660	0,18	0,10	361	0,01	0,01	19	0,16
20	0,01	20	0,00	0,74	2.760	0,19	0,11	400	0,01	0,01	40	0,34
21 a 49	1,54	11.079	0,21	21,87	142.368	9,82	5,62	38.031	0,81	0,03	173	1,46
50 a 99	5,54	79.133	1,48	34,07	462.364	31,90	10,68	146.833	3,11	0,00	0	0,00
100 a 299	52,42	2.021.138	37,79	27,67	753.911	52,01	48,14	1.808.759	38,32	0,00	0	0,00
300 a 499	31,36	2.216.152	41,43	0,76	51.205	3,53	27,41	1.935.736	41,01	0,00	0	0,00
≥ 500	9,01	1.020.719	19,08	0,06	7.218	0,50	6,93	787.775	16,69	0,00	0	0,00
Total	100,00	5.348.585		100,00	1.449.604		100,00	4.720.245		100,00	11.857	

Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010.

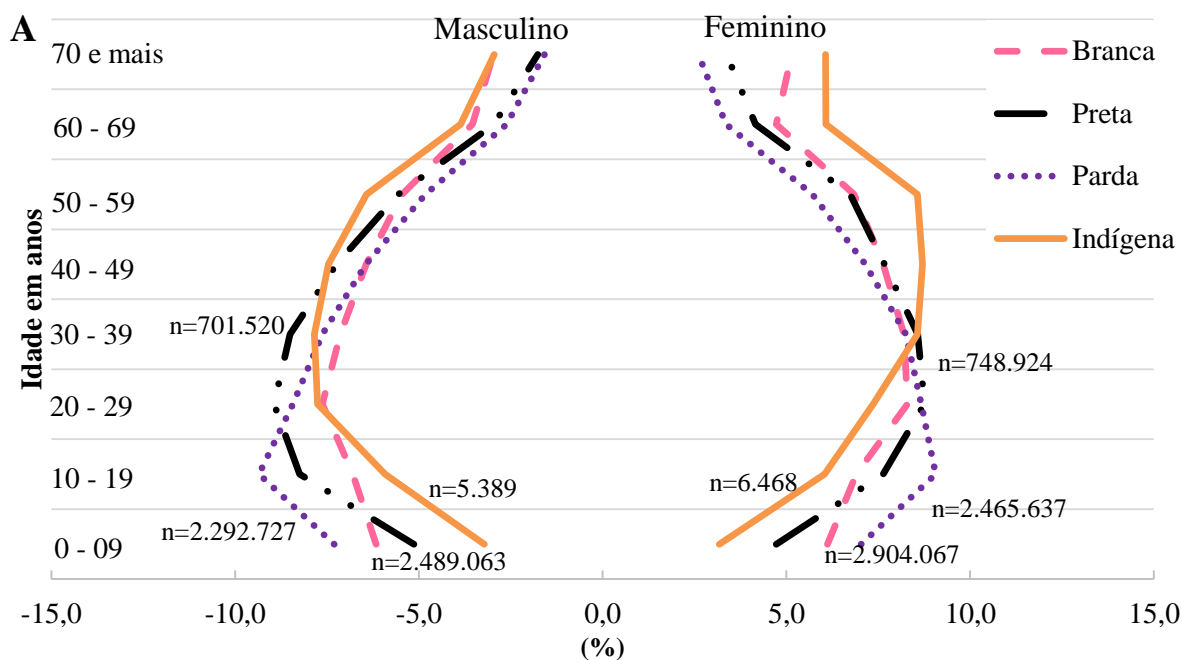
OBS.: %SC¹: percentual de setores censitários, NPop²: total da população no setor censitário; %Pop³: percentual da população no setor censitário.

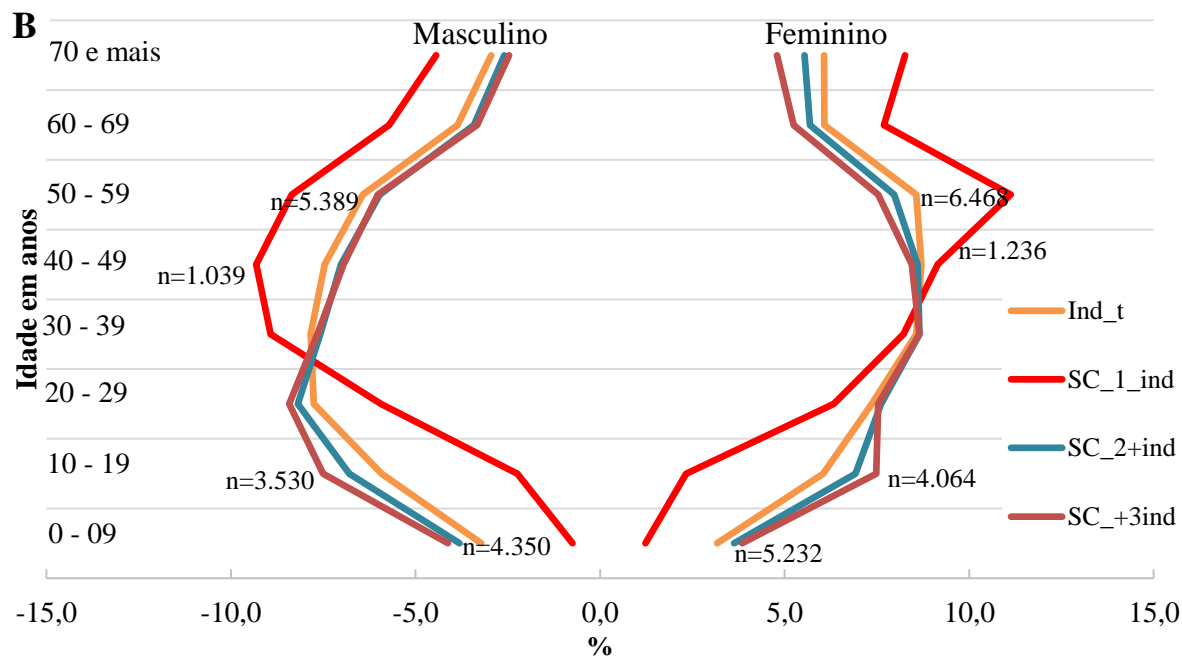
Tabela 2.3: Medidas de tendência central da população por cor ou raça nos 18.620 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

População por 'cor ou raça'	Medidas de tendência central						
	Valor mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Valor máximo	Moda
Branca	4	181	264	287,20	369	996	230
Preta	0	33	66	77,85	107	960	817
Parda	1	134	236	253,50	345	998	293
Indígena	0	0	0	0,64	10	40	0

Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010.

Figura 2.2: Composição relativa da população por cor ou raça (A), da população indígena por diferentes recortes (B), por sexo e grupo de idade, dos 18.620 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010.





Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010.

Obs.: n = total populacional, Ind_t = população indígena total, SC_1_Ind = SC com um indígena, SC_2+ind = SC com dois ou mais indígenas, SC_3+ind = SC com três ou mais indígenas.

Tabela 2.4: Correlação de Spearman entre o percentual da população por cor ou raça, a Renda do responsável pelo domicílio e a Renda do domicílio nos setores (total e com 1, 2, 3, 5 8 e 10 ou mais indígenas) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

Covariáveis analisadas	Quantidade de SC, de indígenas nos SC e percentual da cor ou raça						
	Todos os SC ¹	≥ 1 indígena ²	≥ 2 indígenas ³	≥ 3 indígenas ⁴	≥ 5 indígenas ⁵	≥ 8 indígenas ⁶	≥ 10 indígenas ⁷
Percentual de indígena							
% Branca	0,07**	0,04**	0,05*	0,05	0,06	0,11	0,17
% Preta	-0,04**	-0,03	-0,03	-0,05	-0,05	-0,03	-0,07
% Parda	-0,1**	-0,08**	-0,09**	-0,09**	-0,10*	-0,24**	-0,26**
Renda do responsável pelo domicílio	0,11**	0,04**	0,28	0,03	0,01	0,07	0,15
Renda do domicílio	0,14**	-0,16**	-0,22**	-0,26**	-0,34**	-0,33**	-0,31**
Percentual de branca							
% Preta	-0,76**	-0,82**	-0,82**	-0,79**	-0,8**	-0,81**	-0,79**
% Parda	-0,91**	-0,93**	-0,92**	-0,90**	-0,88**	-0,87**	-0,82**
Renda do responsável pelo domicílio	0,83**	0,88**	0,88**	0,87**	0,83**	0,75**	0,76**
Renda do domicílio	0,67**	0,74**	0,73**	0,72**	0,68**	0,61**	0,56**
Percentual de preta							
% Parda	0,49**	0,60**	0,58**	0,53**	0,50**	0,48**	0,40**
Renda do responsável pelo domicílio	-0,63**	-0,71**	-0,70**	-0,66**	-0,62**	-0,55**	-0,59**
Renda do domicílio	-0,51**	-0,60**	-0,59**	-0,56**	-0,50**	-0,45**	-0,44**
Percentual de parda							
Renda do responsável pelo domicílio	-0,77**	-0,84**	-0,70**	-0,81**	-0,78**	-0,70**	-0,64**
Renda do domicílio	-0,64**	-0,71**	-0,59**	-0,67**	-0,63**	-0,54**	-0,45**

Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010.

OBS.: * p-valor<0,01 e ** p-valor<0,05; ¹SC = 18.620, n = 11.857 indígenas; ²SC = 4.747; n = 11.857 indígenas; ³SC = 2.472, n = 9.582 indígenas; ⁴SC = 1.478, n = 7.594 indígenas; ⁵SC = 630, 4.729 indígenas; ⁶SC = 217; 2.363 indígenas; ⁷SC = 118, n = 1.532 indígenas.

Figura 2.3: Estimativa de Kernel do percentual da população por cor ou raça (A: Indígena; B: Branca; C: Parda; D: Preta) dos 4.747 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

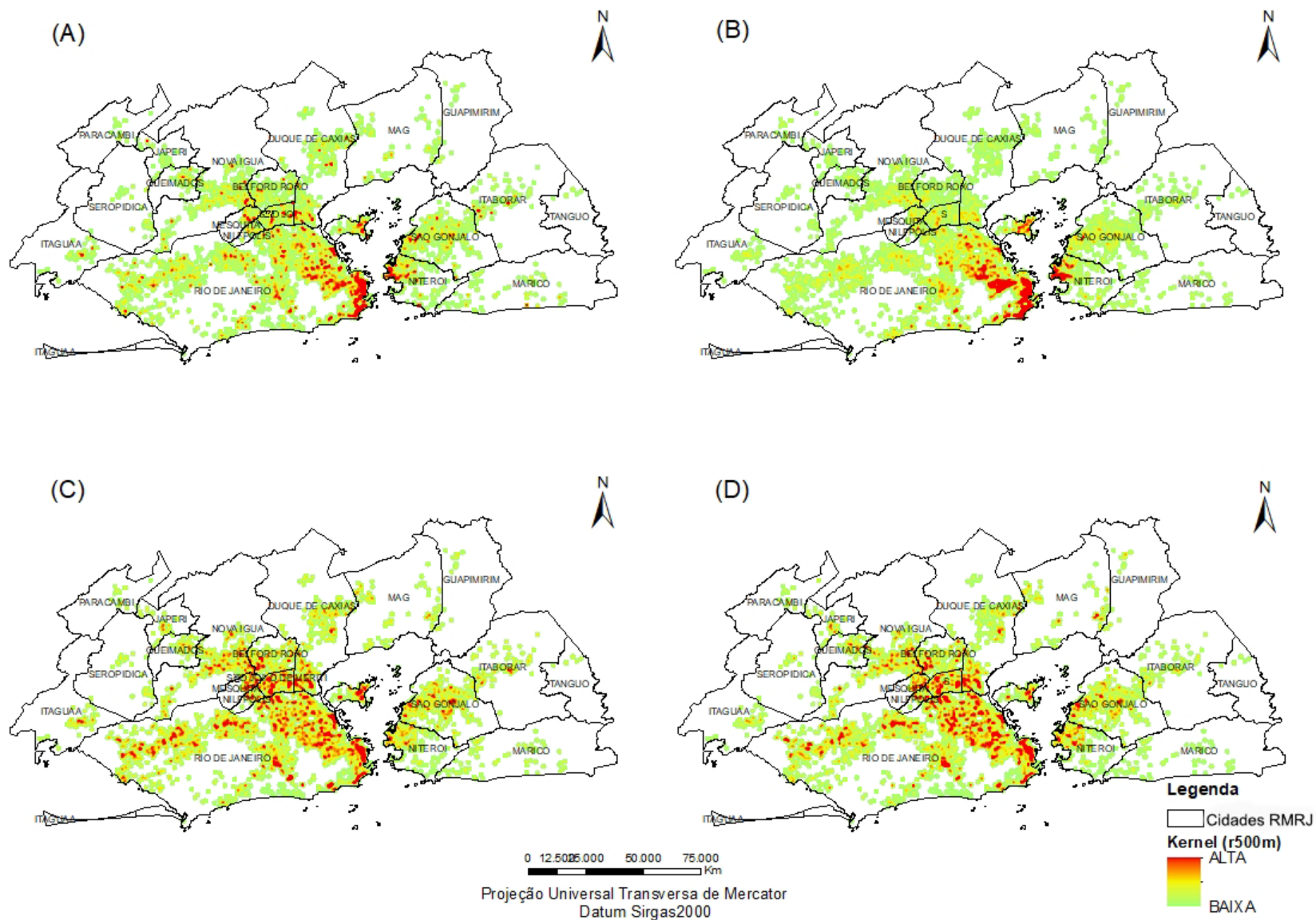


Figura 2.4: Razão entre os Kernel do percentual da população por cor ou raça (A: Indígena/Branca; B: Indígena/Parda; C: Indígena/Preta) dos 4.747 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

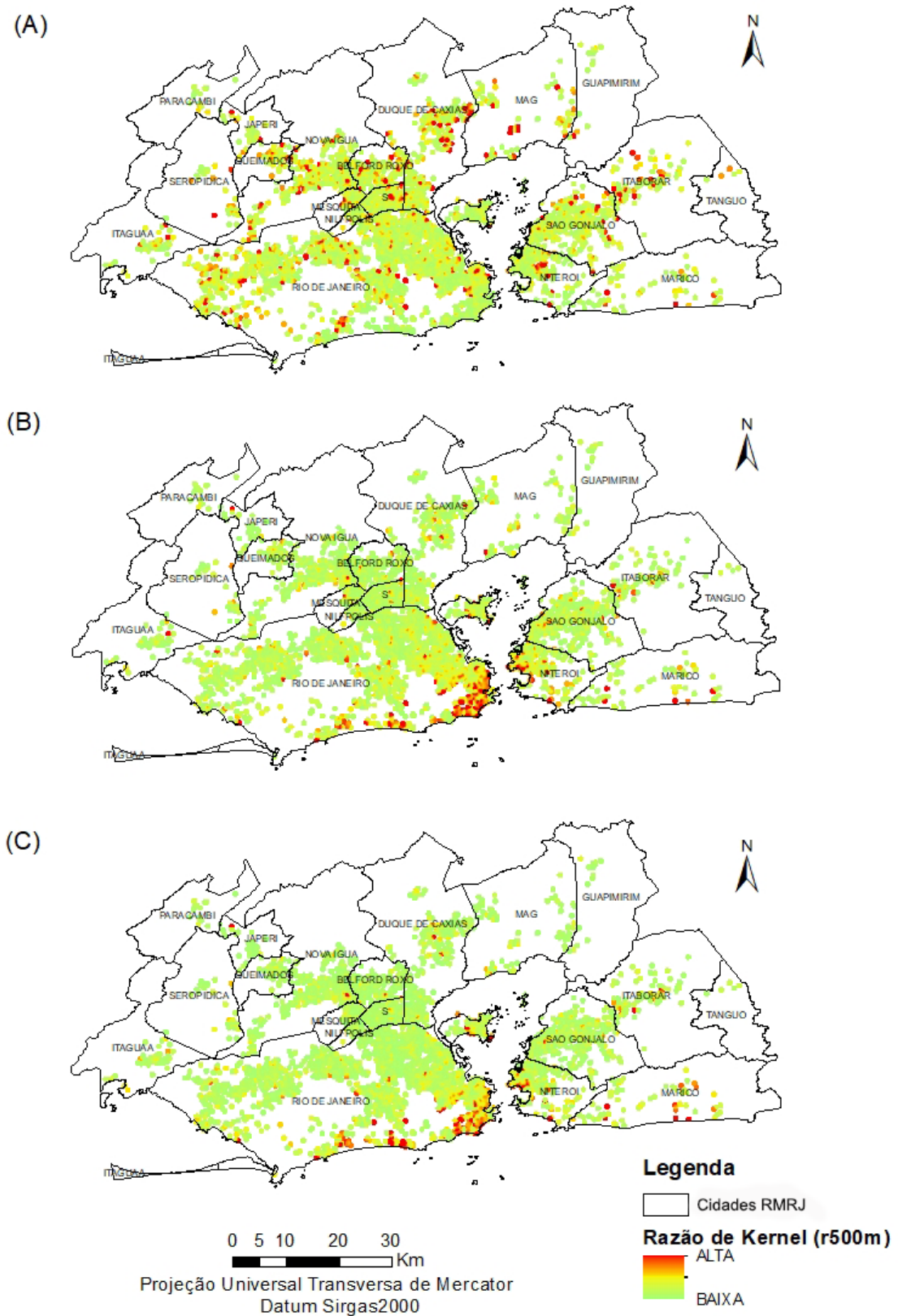


Figura 2.5: Razão entre os Kernel do percentual da população por cor ou raça (A: Branca/Parda; B: Branca/Preta) dos 4.747 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

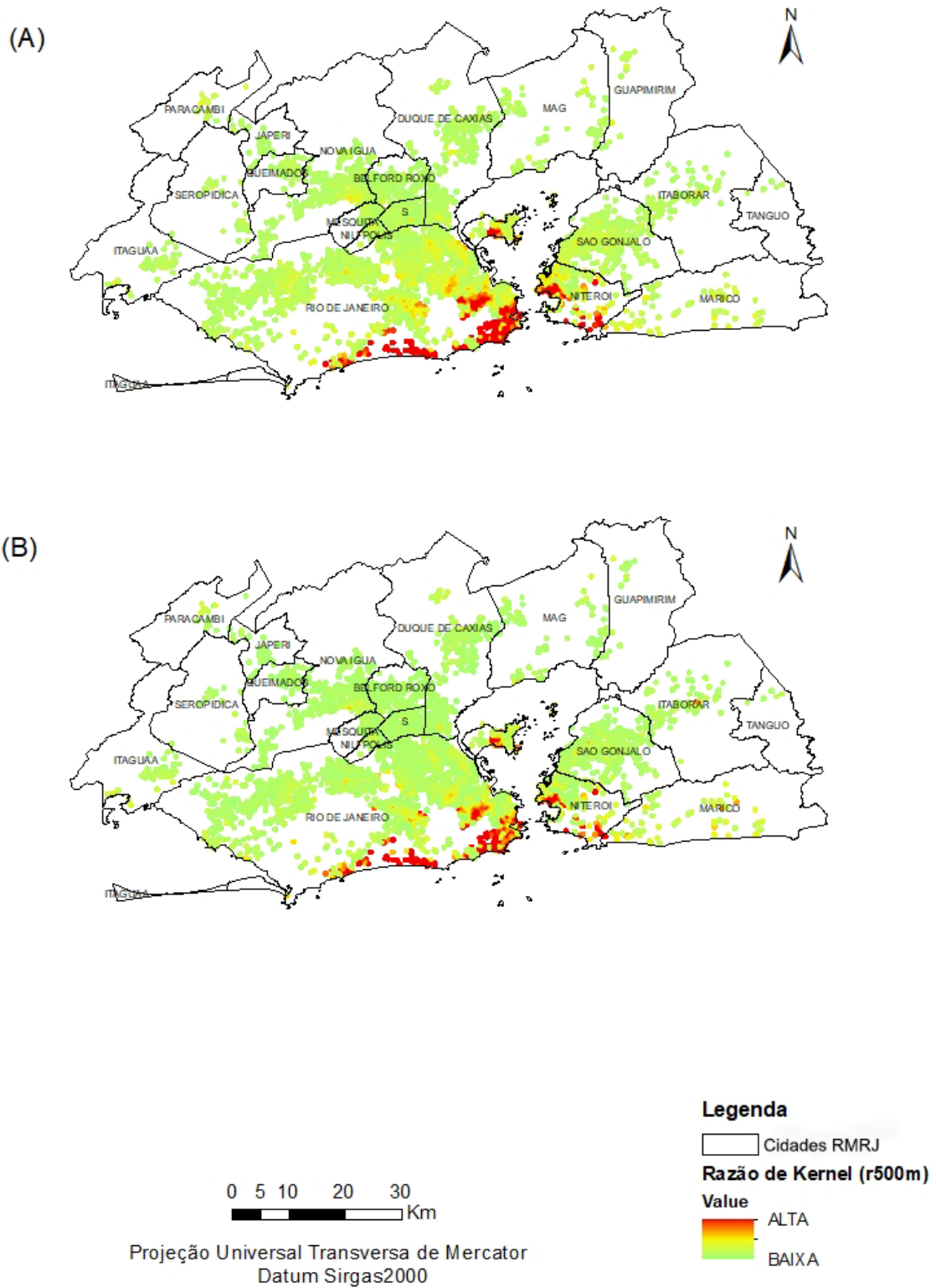
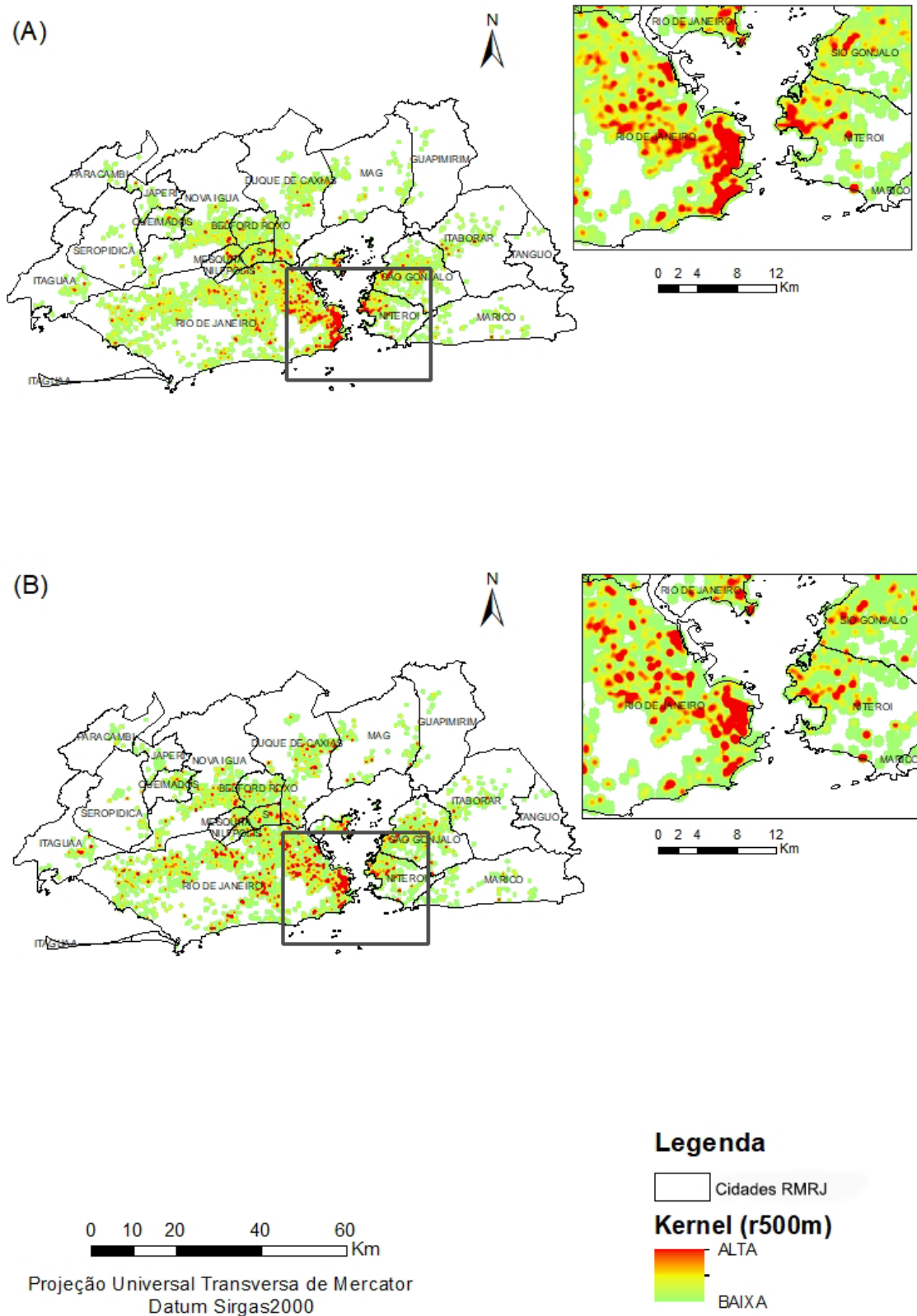


Figura 2.6: Estimativa de Kernel do percentual da população por cor ou raça considerando (A) todos os indígenas (n = 11.857) e (B) os SC com 3 ou mais indígenas (n = 7.594) dos 4.747 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010



5.3 Indígenas urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: presença de serviços públicos e condições socioeconômicas segundo o Censo Demográfico 2010

5.3.1 Resumo

Em diversos países têm-se verificado, a partir de pesquisas nacionais, o aumento de indígenas urbanos. Como consequência, para avaliação de suas condições de vida, diversas metodologias vêm sendo exploradas. O objetivo deste estudo foi averiguar, na área urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, quais indicadores melhor representam as condições socioeconômicas e a presença de serviços públicos frente à população, com foco na indígena. Foi conduzida análise descritiva, de componentes principais e de correlação. Os resultados da análise descritiva mostraram que enquanto os indígenas foram minoria em todos os recortes analisados, os brancos, pretos e pardos tiveram maior expressão. Os indicadores retidos nos modelos finais dos componentes principais mostraram a existência de fortes contrastes entre os municípios e as categorias de cor ou raça. O padrão para a cor ou raça mostrou consistência nos resultados para brancos, pardos e pretos, em todos os recortes analisados. Diferentemente, o padrão dos amarelos e indígenas variou, havendo em alguns recortes houve uma proximidade dos indígenas com os brancos. Assim sendo, esse estudo revelou que a universalização da presença de serviços públicos não foi atingida e que existe uma relação entre a presença desses serviços nos recortes analisados e as desigualdades socioespaciais e étnico/raciais.

Palavras chave: População Indígena, Metrôpoles, Rio de Janeiro, Saneamento básico, Censos.

5.3.2 Introdução

O aumento de indígenas em áreas urbanas vem sendo constatado em diversos países e em alguns, inclusive, 50% ou mais deles já vivem em área urbana (BIDDLE; PROUT, 2009; CARDINAL, 2006; EADES et al., 2010; RYKS; PEARSON; WAA, 2016). Contudo, além do desafio para desenvolver indicadores e métodos de avaliação das condições de vida que considerem as especificidades dos indígenas, um fator importante ao analisar indígenas urbanos se relaciona com a afirmação de sua identidade/descendência/origem, pois potencialmente impacta nos dados e, conseqüentemente, nos indicadores (CARDINAL, 2006).

Neste sentido, os censos nacionais se configuram como importante fonte de referência sobre a situação de vida da população com representação nacional. Por atingir praticamente todos os domicílios, suas informações possibilitam análises utilizadas na definição e direcionamento das políticas públicas e de investimentos (IBGE, 2005, 2012b). No Brasil, apesar de ter sido contabilizado em conjunto com outros segmentos da população em alguns censos, como por exemplo, no primeiro, em 1892 (população livre: branca, preta, parda, cabocla e população escrava: preta, parda), somente em 1991 a categoria indígena se fixou na pergunta sobre cor ou raça no censo (IBGE, 2005, 2012b; OSORIO, 2003).

Os trabalhos provenientes de análises de dados do censo têm revelado as características sociodemográficas e situação de saúde da população. Aqueles voltados aos indígenas mostram a disparidade entre os indicadores deste segmento populacional em relação à totalidade da população e às demais categorias de cor ou raça (CALDAS et al., 2017; CAMPOS et al., 2017; MARINHO; CALDAS; SANTOS, 2017; RAUPP et al., 2017; SANTOS et al., 2015; WONG, 2016). Tais resultados vão ao encontro da literatura internacional voltado para indígenas urbanos. Os estudos conduzidos em países como o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia revelam a existência de diferença dos indígenas em comparação à população quanto aos indicadores de saúde, socioeconômicos e demográficos (GUIMOND et al., 2008; RYKS; PEARSON; WAA, 2016; WALKER, 2008; WALKER; BARCHAM, 2010).

No contexto nacional, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, estabelecida por Lei Complementar Federal (nº 20/1974), tem grande importância histórica, econômica e política (BRASIL, 1974; CARVALHO, 1990; MELLO; MELLO; ORRICO F, 2016; MENEZES et al., 2014). Contudo, uma característica comum das

grandes cidades e centros urbanos é a existência de fortes contrastes sociais. A expansão da área urbana se reflete na segmentação e a diferença do uso do território, resultando em assimetria na presença de serviços essenciais, como saneamento básico, limpeza das ruas, transporte público e habitação, por exemplo (RIBEIRO; BARATA, 2016).

Deste modo, análises que consideram a presença de serviços públicos essenciais possuem a potencialidade de revelar desigualdades socioespaciais que ocasionam problemas de saúde e aumentam os fatores de risco na população (BRASIL, 2016). Segundo o Censo 2010, no Brasil, aqueles domicílios sem abastecimento de água por rede geral, sem rede geral de esgoto ou fossa séptica e sem coleta de lixo localizavam-se em áreas cujo entorno apresentou percentuais mais baixos de serviços públicos (iluminação, pavimentação, lixo acumulado, esgoto a céu aberto, dentre outros) em comparação a áreas com tais características (IBGE, 2012d).

Este estudo teve como objetivo verificar quais indicadores melhor representam as condições socioeconômicas da população, a presença de saneamento básico e serviços públicos do entorno dos domicílios frente à população urbana segundo cor ou raça, com foco na indígena, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, municípios e setores censitários selecionados.

5.3.3 Metodologia

Utilizaram-se como fonte os dados oriundos do Censo Demográfico 2010, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa é uma pesquisa decenal de abrangência nacional que engloba diversas informações sobre a população e seus respectivos domicílios. A data de referência da pesquisa é a noite de 31 de julho para 1º de agosto de 2010. As pessoas nascidas a partir dessa data não foram incluídas no Censo 2010 (IBGE, 2013).

O IBGE disponibiliza uma série de bancos de dados contendo as informações censitárias. Para esse estudo optou-se pela utilização do banco de dados de agregados por setor censitário. Esse banco contém informações das características dos domicílios particulares (onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência) (IBGE, 2011a) e dos indivíduos investigados na totalidade da população do país.

Tal banco de dados, assim como os demais providos pelo IBGE relativos aos Censos Demográficos são de acesso aberto e, de acordo com a legislação vigente

(Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), não há necessidade de aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

A coleta de informações do Censo 2010 foi conduzida por dois questionários: o básico (aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto aquelas selecionadas para a amostra) que contém a investigação das informações dos domicílios e seus moradores; e o da amostra (aplicado nas unidades domiciliares selecionadas para amostra) que contém as informações do questionário básico e outras características sociais, econômicas e demográficas (IBGE, 2011a, 2013). Em ambos os questionários, há a coleta do pertencimento étnico/racial da população através do quesito cor ou raça dos moradores do domicílio. As categorias de resposta foram: branca, preta, amarela, parda e indígena (IBGE, 2011b, 2012b).

A definição de área urbana do IBGE diz que a mesma “congrega as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou ainda as áreas urbanas isoladas”, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010. Todo o território fora desse limite foi classificado como área rural. O setor censitário, unidade territorial utilizada durante a coleta do Censo 2010, é “constituído por áreas contíguas, respeitando a divisão político-administrativa do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta” (IBGE, 2011a). De acordo com o documento “Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário” essa classificação ocorre quando o setor cumpre integralmente os requisitos, seja para urbano ou rural (IBGE, 2011a).

Sobre o local do estudo, cabe ressaltar que o município do Rio de Janeiro apresenta um histórico de atração de imigrantes não somente por ter sido capital do país e cidade de moradia da família real portuguesa, mas também por ter congregado polos industriais tanto na cidade como nos municípios adjacentes. Além disso, a cidade hoje se consolida como polo turístico e de grandes eventos esportivos, religiosos e musicais (DAVIDOVICH, 2010; MONTEIRO; MARQUES, 2015; RODRIGUES et al., 2008). Nesse sentido, a conformação geográfica, de serviços e empregos dos municípios que compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, aos poucos, modificou a densidade média populacional em relação a região central do município do Rio de Janeiro. Se antes, de acordo com COTELO; RODRIGUES (2013) a população se concentrava mais próxima ao centro financeiro do município do Rio de Janeiro atualmente se verifica um

espalhamento para os bairros e municípios mais distantes. Tais municípios integraram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, criada em 1974 (BRASIL, 1974). Com algumas alterações ao longo dos anos, de acordo com a Lei Complementar Federal nº 133/2009 os 19 municípios que compunham a Região Metropolitana do Rio de Janeiro são: Rio de Janeiro, Itaguaí, Seropédica, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Maricá, Guapimirim e Paracambi (RIO DE JANEIRO, 2009).

As análises deste estudo foram realizadas inicialmente para 16.974 setores classificados como urbanos, do total de 19.507 setores dessa Região Metropolitana, no Censo de 2010. Foram excluídos 2.566 setores classificados como rural; como especiais (asilos, orfanatos, conventos, hospitais, penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, etc.); como aglomerado subnormal e sem informações sobre o conjunto de variáveis referente ao entorno do domicílio; com informações omitidas pelo IBGE (menos de cinco domicílios); com menos de 30 domicílios e 30 indivíduos. Tais exclusões foram feitas para congregar setores urbanos cujos domicílios eram particulares e possuíam informações sobre as variáveis investigadas.

Dessa forma, além da totalidade da Região Metropolitana (16.974 setores) foram analisados aqueles municípios com maior número absoluto de indígenas residentes; sendo eles: Rio de Janeiro (8.585 setores), Niterói (711), Nova Iguaçu (1.207), São Gonçalo (1.663) e Duque de Caxias (1.158). A partir da distribuição absoluta de indígenas nos setores, foram considerados nas análises os setores com determinada quantidade de indígena, considerando desse modo: setores com 1 (um) indígena (2.129 setores), com 1 ou mais indígenas (4.419), com 3 ou mais indígenas (1.358) e com 8 ou mais indígenas (188).

Primeiramente, para compreender a distribuição da população nos setores de cada recorte, acima explicitado, foi conduzida uma análise descritiva através das medidas de tendência central.

Em seguida, conforme descrito no Quadro 1, foram selecionadas as seguintes, para a Análise de Componentes Principais (ACP): aos domicílios particulares com rendimento mensal *per capita* (em classes de salário mínimo) ou sem rendimento mensal *per capita*; domicílios particulares com energia elétrica; total de alfabetizados entre 5 e 8 anos e total de responsáveis pelo domicílio; tipos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo; e às características do entorno dos domicílios

(logradouro, iluminação pública, pavimentação, entre outras). Os 47 indicadores oriundos dessas variáveis foram calculados em percentuais e organizados em três blocos referentes às características de saneamento do domicílio particular permanente (totalizando 15 indicadores), de entorno do domicílio particular permanente (10 indicadores) e socioeconômicas (12 indicadores).

Quadro 3.1: Nome dos indicadores de cada bloco e sua respectiva referência

Bloco Saneamento

Nome do indicador	Referente ao percentual de domicílios particulares permanentes
ÁGUA_GERAL	Com abastecimento de água da rede geral
ÁGUA_POÇO_NASCENTE	Com abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade
ÁGUA_CISTERNA	Com abastecimento de água da chuva armazenada em cisterna
ESGOTO_GERAL_PLUVIAL	Com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial
ESGOTO_GERAL_FOSSASEP	Com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou fossa séptica
ESGOTO_FOSSA_RUDIMENTAR	Com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar
ESGOTO_VALA	Com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala
ESGOTO_RIO	Com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rio, lago ou mar
SEM_BANHEIRO	Sem banheiro de uso exclusivo dos moradores
LIXO_SERVIÇO_LIMPEZA	Com lixo coletado por serviço de limpeza
LIXO_CAÇAMBA	Com lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza
LIXO_QUEIMADO	Com lixo queimado na propriedade
LIXO_ENTERRADO	Com lixo enterrado na propriedade
LIXO_JOGADO_RUA	Com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro
LIXO_JOGADO_ÁGUA	Com lixo jogado em rio, lago ou mar

Bloco Socioeconômico

Nome do indicador	Referente ao percentual de
ALFAB_5_8ANOS	Alfabetizados entre 5 e 8 anos de idade dentre todos os alfabetizados maiores de 5 anos
ALFAB_RESPOSÁVEL	Responsáveis alfabetizados
COM_ENERGIA	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica
RENDATE1_8SM	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1/8 salário mínimo
RENDA1_8_1_4SM	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo
RENDA1_4_1_2SM	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo
RENDA1_2_1SM	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/2 a 1 salário mínimo
RENDA1_2SM	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1 a 2 salários mínimos
RENDA2_3SM	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 a 3 salários mínimos
RENDA3_5SM	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 3 a 5 salários mínimos
RENDA5_10SM	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 5 a 10 salários mínimos
RENDAMAIS10SM	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 10 salários mínimos
SEMRENDA	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal domiciliar per capita

Bloco Entorno

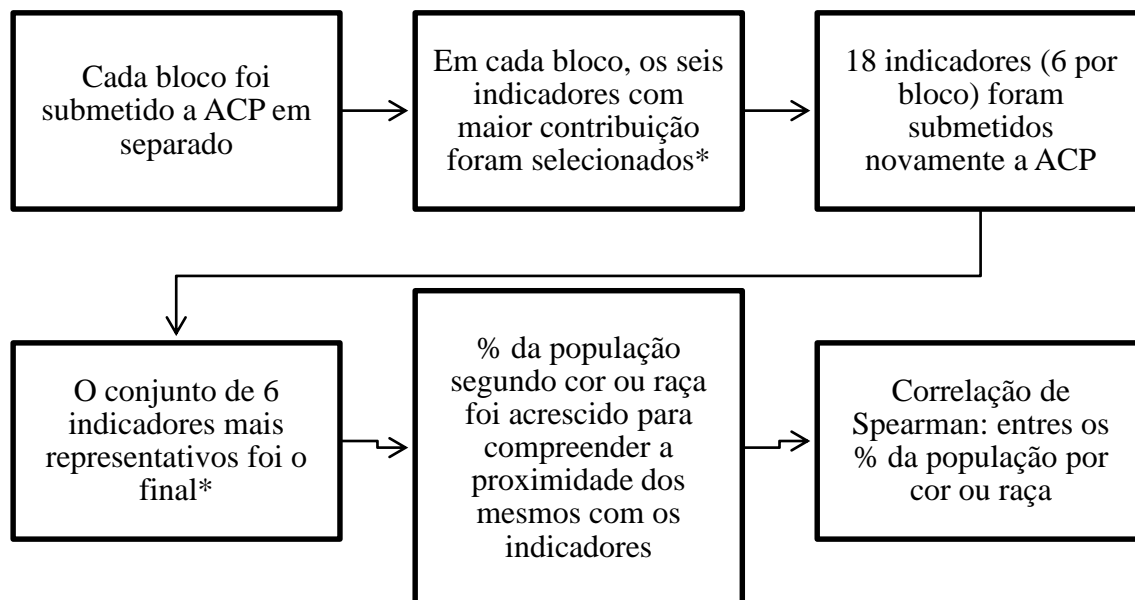
Nome do indicador	Referente ao percentual de domicílios particulares
LOGRADOURO	Existe identificação do logradouro
ILUMINAÇÃO_PÚBLICA	Existe iluminação pública
PAVIMENTAÇÃO	Existe pavimentação
CALÇADA	Existe calçada
MEIO_FIO	Existe meio-fio/guia
BUEIRO	Existe bueiro/boca-de-lobo
RAMPA	Existe rampa para cadeirante
ARBORIZAÇÃO	Existe arborização
ESGOTO_RUA	Existe esgoto a céu aberto
LIXO_ACUMULADO	Existe lixo acumulado nos logradouros

Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010.

A ACP é uma abordagem estatística muito utilizada para pesquisar relações entre um grande número de variáveis e explicar essas variáveis em termos de seus fatores comuns. Seu objetivo principal é condensar a informação contida em um conjunto de variáveis ou indicadores originais em um conjunto menor com uma perda

mínima de informação (HAIR et al., 2009). CARVALHO; CRUZ; NOBRE, (1997) confirmaram a eficácia da utilização dessa técnica ao explorá-la com os dados, por setores censitários, dos Censos 1991 e 2000.

Nesse trabalho o seguinte procedimento foi aplicado em cada um dos recortes analisados nesse trabalho:



*A quantidade de componentes utilizados foi definida por gráfico (≥ 1).

A Correlação de Spearman entre os percentuais de população por cor ou raça nos recortes teve o intuito de confirmar a relação entre as categorias de cor ou raça, encontrada em cada um dos recortes da ACP. Optou-se por este método porque o percentual da população segundo a cor ou raça não segue uma distribuição normal.

5.3.4 Resultados

Os valores mínimos, médios e máximos da população segundo as categorias de cor ou raça revelaram a existência de uma distribuição desigual da mesma nos recortes analisados segundo municípios e quantidade de indígenas no setor. Independentemente de ser na Região Metropolitana, nos municípios ou nos setores com determinada quantidade de indígenas, os valores mínimos de indivíduos segundo cor ou raça foram baixos (entre zero e 92). Contudo, nos setores com mais de três e mais de oito de indígenas no setor os valores mínimos dos brancos, pretos e pardos no setor aumentaram. Com isso, conseqüentemente houve um aumento da média populacional nessas três categorias. Dentre as categorias, os brancos tiveram os valores máximos

mais altos em todos os recortes analisados enquanto os indígenas, os menores (Tabela 3.1).

Os percentuais dos brancos foram os maiores em comparação às demais categorias de cor ou raça nos municípios analisados, com destaque para Niterói (68,9%) e com exceção de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, onde o percentual de pardos ultrapassou o de brancos, e em São Gonçalo e nos setores com 8 ou mais indígenas, onde os valores foram equivalentes (43,6% e 43,3%, e 41,3% e 41,2%, respectivamente) (Tabela 3.1). O percentual de indígenas nos municípios ficou entre zero e 0,1%. Já nos recortes aplicados, o percentual variou de 0,2% nos setores com indígenas (SC1_ind) a 1,3%, nos setores com oito ou mais indígenas (SC \geq 8_ind).

De maneira geral, a quantidade de indígenas diferiu marcadamente das categorias de cor ou raça branca, preta e parda, com destaque para o valor máximo e o médio de residentes nos recortes aplicados aos setores censitários. Contudo, em relação aos amarelos, os valores dos indígenas foram mais similares para o valor mínimo e a média, tanto nos municípios, com exceção do Rio de Janeiro, quanto nos demais recortes (Tabela 3.1).

Os indicadores presentes em mais de um modelo final foram semelhantes na variação dos percentuais e na existência de *outliers*. Ou seja, nos recortes com o indicador percentual de domicílios com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rio, lago ou mar o a céu aberto (ESGOTO_RIO), por exemplo, o mesmo apresentou um percentual baixo, próximo a 0%, em todos eles. Já o percentual de domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza (LIXO_SERVIÇO_LIMPEZA) foi alto (próximo a 100%) em todos (Figura 3.1).

Chama atenção que alguns indicadores apresentaram maiores amplitudes e ausência de *outlier*, como por exemplo, o percentual de domicílios com abastecimento de água por poço ou nascente (AGUA_POÇO_NASCENTE), percentual de domicílios com calçada (CALÇADA) e o percentual de domicílios com abastecimento de água por rede geral (AGUA_GERAL) em Duque de Caxias. Nos setores com três ou mais e oito ou mais indígenas o indicador percentual de domicílios com renda entre 1 e 2 salários mínimos também não houve *outlier*.

Em relação aos indicadores dos modelos finais, o mais comum foi o percentual de domicílios com lixo acumulado nos logradouros (LIXO_ACUMULADO), presente em oito dos dez recortes analisados. Em seguida, presente em sete, estão quatro indicadores, os percentuais de domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza

(LIXO_SERVIÇO_LIMPEZA), com lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza (LIXO_COLETADO_CAÇAMBA), com lixo jogado em rio, lago ou mar (LIXO_JOGADO_ÁGUA) e Com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rio, lago ou mar (ESGOTO_RIO). Três indicadores apareceram somente uma vez: o percentual de domicílios com bueiro/boca-de-lobo (PDCOMBUEIRO), em Duque de Caxias, sem banheiro de uso exclusivo dos moradores (PDSEMBANHEXCL), em São Gonçalo, e sem renda, em Nova Iguaçu..

Sobre a análise de componentes principais, o percentual de explicação da variância dos dois primeiros componentes, considerando todas as análises, ficou entre 53,5% (São Gonçalo) e 85,5% (setores com oito ou mais indígenas). (Figura 3.2).

As análises revelam que os brancos residem em setores censitários com indicadores que representam as melhores condições socioeconômicas, de saneamento e do entorno. Ao passo que os pretos e pardos residem em setores com as piores condições, portanto, em setores com condições opostas às dos brancos. O padrão dos amarelos e indígenas foi similar nos recortes analisados uma vez que ambos aparecem próximos aos eixos (valor zero). Contudo, nos setores com determinada quantidade de indígena, com exceção daquele com 1 ou mais, apesar de modo geral todas as categorias de cor ou raça estarem próximas aos eixos, os indígenas se distanciaram do mesmo e se aproximaram dos brancos.

A correlação, independente da significância estatística e de sua força, mostra os indígenas, de maneira geral, numa direção positiva com os brancos e amarelos, e negativa com os pretos e pardos. Dentre todos os recortes analisados as correlações foram significativas e mais fortes entre indígenas, brancos (positiva), pretos (negativa) e pardos (negativa) nos recortes de setores com um indígena e com um ou mais indígenas. Nos setores com oito ou mais indígenas chamou atenção a correlação negativa e significativa dos indígenas com pardos. Além disso, em São Gonçalo a mesma foi significativamente positiva com os amarelos. (Tabela 3.2).

Os brancos, por sua vez, estão correlacionados forte e significativamente de forma negativa com os amarelos, pretos e pardos em todos os recortes. Já os pretos possuem uma correlação positiva com amarelos e pardos.

5.3.5 Discussão

O presente trabalho revelou tanto a existência de disparidade entre a presença de serviços públicos e a condição socioeconômica da população entre os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e demais recortes aplicados quanto a depender da cor ou raça da população. . Após mais de 30 anos da primeira legislação do Brasil que considerou o saneamento básico (Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938/1981) estando o mesmo presente em duas mais (8.080/1990 e 11.445/2007), além da Constituição de 1988, sua universalidade e integralidade ainda não foram uniformemente alcançadas no país (BRASIL, 1981, 1990, 1999, 2007). O saneamento, juntamente com o entorno da residência e a residência em si, quando em condições adequadas, previnem a ocorrência de doenças transmissíveis, seja diretamente por veiculação hídrica, as quais acometem mais comumente crianças menores de 2 anos e idosos, ou seja transmitidas por vetores (CORREIA et al., 2012; PAZ; ALMEIDA; GÜNTHER, 2012; SALLIS et al., 2009; SAUCHA; SILVA; AMORIM, 2015; TEIXEIRA; GUILHERMINO, 2003). Mais recentemente, os estudos têm demonstrado que as doenças crônicas não transmissíveis também podem ser prevenidas quando tais condições estão adequadas (DIEZ-ROUX et al., 2010, 2016; SILVEIRA; JUNGER, 2018).

A importância da região sudeste do Brasil para o país é antiga. Dois fatos que contribuem para tal foram o estabelecimento da família real portuguesa na cidade do Rio de Janeiro (entre 1808 e 1821) e o mesmo município ter sido capital do país (entre 1763 e 1960, embora somente regulamentado pela Lei Orgânica em 1892). Dessa forma, ambos contribuíram para a dinâmica de ocupação do território do estado, que desde a época colonial se concentra no município do Rio de Janeiro e naqueles mais próximos (BRASIL, 1892; CARVALHO, 1990; DAVIDOVICH, 2010; SOARES, 2001). A expansão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, criada por Lei Complementar Federal em 1974, e dos municípios que a compõem revela que interesses econômicos (como o imobiliário) e políticos (principalmente em relação ao planejamento urbano) se sobrepuseram ao bem-estar da população (BRASIL, 1974, (MENDES; BARCELLOS, 2018). Cabe ressaltar que aqueles locais mais distantes do centro econômico e carentes em serviços os locais são menos atrativos principalmente para aqueles com maior poder aquisitivo. (HÖFELMANN et al., 2013; RIBEIRO; BARATA, 2016). Como um dos resultados, no contexto das desigualdades segundo cor

ou raça, estudos sobre segregação residencial nas metrópoles brasileiras analisam padrões de espacialização para as populações branca e negra (pardos e pretos). No caso de negros, tais padrões estão relacionados, a menor taxa de ocupação, baixo poder aquisitivo e escolaridade e, de brancos, ao alto poder aquisitivo e à residência em áreas com maiores proporções de domicílios próprios (LIMA, 2012; TELLES, 1992, 2004). Contudo, segundo SANTOS (2013), em relação a análises sobre o fornecimento de serviços de saneamento básico, o mesmo não pode ser explicado somente pela situação de pobreza, pois os piores indicadores se encontram entre a população negra.

Nesse sentido, é comum que determinados municípios e localidades/distritos/bairros dentro dos municípios recebam prioritariamente os melhores serviços públicos relativos à infraestrutura. Historicamente, todos os órgãos responsáveis pela implementação do sistema de saneamento relativo à água e ao esgoto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, desde 1950, sempre privilegiaram o investimento nos espaços nobres (habitados pela população com maior renda e escolaridade) e nas regiões centrais, principalmente do Rio de Janeiro e de Niterói (MARQUES, 1996). Dessa forma, localidades periféricas passaram a receber provimento de água, por exemplo, a partir da extensão de redes e da criação de linhas que nunca alcançaram o volume necessário, acarretando constantes problemas no abastecimento (BRITTO; FORMIGA-JOHNSON; CARNEIRO, 2016; MARQUES, 1996).

Em relação à ocupação populacional, a história revela que na capital e no estado do Rio de Janeiro, como reportado por ALMEIDA (2013) e FREIRE; MALHEIROS (2009) havia muitos indígenas vivendo em aldeias.

Com a colonização, as mesmas foram violentamente invadidas e destruídas. Como resultado, eram comuns mortes, prisões e deslocamento forçado de indígenas a aldeias (que podiam congregar diversas etnias) próximas à cidade. A documentação histórica relativa ao Estado, entre 1818 e 1844, aponta, com limitações, que os indígenas estariam entre 1.500 a 5.615 indivíduos (SILVA, 2016). Apesar desse panorama, sabe-se que a região específica que hoje configura a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi há séculos ocupada por indígenas como, por exemplo, os das etnias Tupi, Tupinambá, Goytacazes, Guarulhos, Coroados, Puri, Tamoios, Tupiniquim (ALMEIDA, 2013). FREIRE; MALHEIROS (2009) são mais específicos em relação à localização de aldeias nos municípios do estado. No Rio de Janeiro, são citadas as aldeias à época da colonização (século XVI) onde hoje estão pelo menos 11 bairros. Em

Niterói, havia aldeia em Icaraí e outros locais cujos nomes não são usuais atualmente. Contudo, já no século XX não havia registro nos documentos oficiais do estado de aldeias na região e nem de indígenas (FREIRE; MALHEIROS, 2009). Atualmente, segundo o site da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Estado do Rio de Janeiro possui seis as Terras Indígenas da etnia Guarani, localizadas em dois municípios do sul do Estado¹¹.

Portanto, é de suma relevância a recente entrada e permanência da categoria indígena no censo, desde 1991, que têm revelado os locais de residência e as características dessa população no país, especialmente onde não havia registro de indígenas. Além disso, os constantes aprimoramentos nos censos vêm permitindo um maior aprofundamento no conhecimento das condições de vida, principalmente daqueles residentes em áreas urbanas. No entanto, é importante salientar que, considerando a dimensão raça/etnia/cor, a vasta literatura sobre o assunto reitera que a mesma resulta de um constructo social contínuo, ligado à identidade e ao acesso a recursos (ARAÚJO et al., 2009; BASTOS et al., 2008; CHOR; LIMA, 2005; KAUFMAN, J.; COOPER, 2001; LAGUARDIA, 2004; TRAVASSOS; WILLIAMS, 2004).

Não diferente dos estudos anteriores a 1991 e daqueles com base nos censos a partir do mesmo ano, mas, sobretudo nos de 2000 e 2010, os trabalhos têm mostrado a perpetuação da desigualdade entre os indicadores dos indígenas e os do restante da população. O estudo de MARINHO; CALDAS; SANTOS (2017), por exemplo, revelou que a taxa de 3,9‰ para indígenas em domicílios improvisados, ou seja, que não serviam exclusivamente como moradia, mas que na data da entrevista do censo serviam para tal, foi três vezes a daquela registrada para pretos (1,4‰) e quase cinco vezes a observada para brancos (0,7‰). No tocante ao saneamento, após analisar os domicílios da área urbana do país a partir do Censo 2010, RAUPP et al. (2017) averiguaram uma frequência, em geral mais baixa, no abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo nos domicílios cujo responsável era indígena. Foi verificado ainda em relação a esses domicílios que, de maneira geral, os indicadores foram menos satisfatórios do que aqueles com responsáveis pretos e pardos.

Os resultados das análises de componentes principais revelaram, de maneira geral, uma consistente cercania dos indígenas aos eixos, apesar de ter ocorrido, em alguns recortes analisados uma aproximação com os brancos. A partir de análise

¹¹ Informações disponíveis em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> (Acesso em 21/01/2019).

semelhante para as áreas rurais dos municípios com Terra Indígena em Pernambuco, ALMEIDA (2012) não encontrou evidências de que os indígenas, sistematicamente, possuíam piores condições socio sanitárias e econômicas quando comparados aos outros grupos de cor ou raça. Segundo a autora, nesse caso, o município de moradia foi mais importante na determinação da condição socio sanitária e econômica do domicílio do que a cor ou raça do responsável pelo domicílio. Contudo, em trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Pós-Graduação em Demografia e Áreas Afins, sobre a mesma temática, mas em relação ao Mato Grosso do Sul e sua capital, Campo Grande, revelou-se um padrão mais consistente para essa população. Ao correlacionar o percentual da população por cor ou raça e com os resultados dos componentes principais, os indígenas estiveram, em todos os recortes aplicados (todos os setores, com 1 ou mais e 5 ou mais indígenas), sempre na mesma direção que os pretos e pardos e na oposta aos brancos, nas duas localidades (CUNHA, 2018).

Apesar de a literatura revelar que os indígenas brasileiros, de maneira geral, se encontram em situação de vulnerabilidade, este estudo, considerando os critérios de exclusão aplicados, não mostrou que os indígenas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro estavam vulneráveis na ocasião do Censo 2010. Alguns pontos que merecem destaque: no caso dos setores com um indígena a influência do informante nas respostas não se aplica; e a rarefação dos indígenas na região (presente em somente 26% dos setores);

Acerca do último ponto, considerando que os valores médios, mínimos e máximos de indígenas nos setores censitários são marcadamente menores, em comparação aos valores das categorias de cor ou raça branca, preta e parda, a quantidade de indígenas nos setores pode ser um fator que se reflete no padrão encontrado para esta população. Esta suposição, no entanto, perderia o sentido com as análises que restringiam os setores pela quantidade crescente de indígenas. Contudo, mesmo com a utilização desses recortes, o percentual de indígenas não atingiu 1,5% frente à população e o padrão não teve grande alteração. Em comparação aos amarelos, também populacionalmente pouco expressivos e igualmente sem um padrão claro nas análises, essa hipótese se torna viável. No caso particular das localidades analisadas neste trabalho, talvez a quantidade de indivíduos da mesma cor ou raça no setor censitário e a presença de serviços no município de residência sejam, juntos, os fatores essenciais para a formação de padrões claros e precisos relativos ao grau e a existência de vulnerabilidade dessa população.

Os fatores levantados acima não se aplicam para as categorias de cor ou raça branca, preta e parda, que apresentaram resultados condizentes com residir em setores e ter características inerentes a melhores condições, no caso dos brancos, e piores condições, no caso dos pretos e pardos. A distribuição da população nos municípios mostra que o percentual de brancos foi menor nos municípios da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, São Gonçalo e Nova Iguaçu), onde os pardos juntamente com os pretos foram mais expressivos. O inverso vale para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, onde os brancos sobressaltaram. Não por acaso, os indicadores de saneamento, entorno e socioeconômicos que compuseram os modelos finais e sua variação (boxplot) mostraram que os mesmos foram piores nos municípios da Baixada, com destaque para Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

As limitações inerentes ao censo, em relação aos dados de saneamento advêm da captação apenas da presença da infraestrutura relacionada a esse serviço, como apontado por RAUPP et al. (2017). Tratando-se de saneamento, embora os dados não fornecessem informações, BRITTO; FORMIGA-JOHNSSON; CARNEIRO (2016) salientam a importância de atentar para a qualidade do serviço provido pela rede pública. Já ACSELRAD; AZEVEDO; FORMIGA-JOHNSSON (2015) ressaltam que a cobrança pelo serviço em localidades mais carentes restringe seu acesso, e MENDES; BARCELLOS (2018) chamam atenção para o custo da ligação entre o domicílio e a rede geral a ser pago pelo morador, assim como para a maneira como o estado conduz a inserção da estrutura que envolve a rede de água e esgoto.

A conexão entre as condições inadequadas de saneamento e saúde afeta diretamente a população e o sistema de saúde. Um estudo realizado na Região Metropolitana de Porto Alegre (2010-2014) verificou a internação hospitalar por uma gama de doenças relacionadas a essa inadequação. Aquelas de transmissão fecal-oral foram as maiores responsáveis pela mortalidade; adicionalmente 41,7% foi em decorrência de infecção intestinal bacteriana, e 21,6% por diarreia e gastroenterite. Dentre as hospitalizações, 20% eram de crianças entre um e quatro anos, e os maiores de 75 anos foram os que mais precisaram da unidade de tratamento intensivo (SIQUEIRA et al., 2017).

Em relação aos indicadores do entorno do domicílio, RODRIGUES et al. (2015) afirmam que a complexidade multidimensional da saúde aliada à percepção do indivíduo sobre seu local de moradia, aspectos físicos e sociais influenciam, principalmente, a prática de atividades físicas ao ar livre. A presença de calçadas foi a

variável mais associada com a prática de atividade física, segundo SALLIS et al. (2009), ao analisar 11 países, incluindo o Brasil. RIBEIRO; BARATA (2016) apontam, de acordo o estudo conduzido na região central de São Paulo, que os entrevistados relataram sobre sua vizinhança: ruas pouco iluminadas; com muito barulho; presença de lixo ou entulho; com ar poluído; e sem parques, jardins e outros espaços verdes. SÁ SILVA; SANDRE-PEREIRA; SALLES-COSTA (2011) constataram que, dentre os fatores que dificultam atividades ao ar livre em Campos Elíseos (Duque de Caxias), estão a condição socioeconômica desfavorável, a violência e a oferta limitada de espaços públicos para atividades físicas, uma vez que a maioria dos existentes incentiva a prática de esportes predominantemente masculinos. A vegetação também tem um papel importante. Ao analisar o município do Rio de Janeiro, SILVEIRA; JUNGER (2018) verificaram que, em áreas com menor cobertura vegetal o risco de morte por doenças isquêmicas do coração e cerebrovasculares é menor.

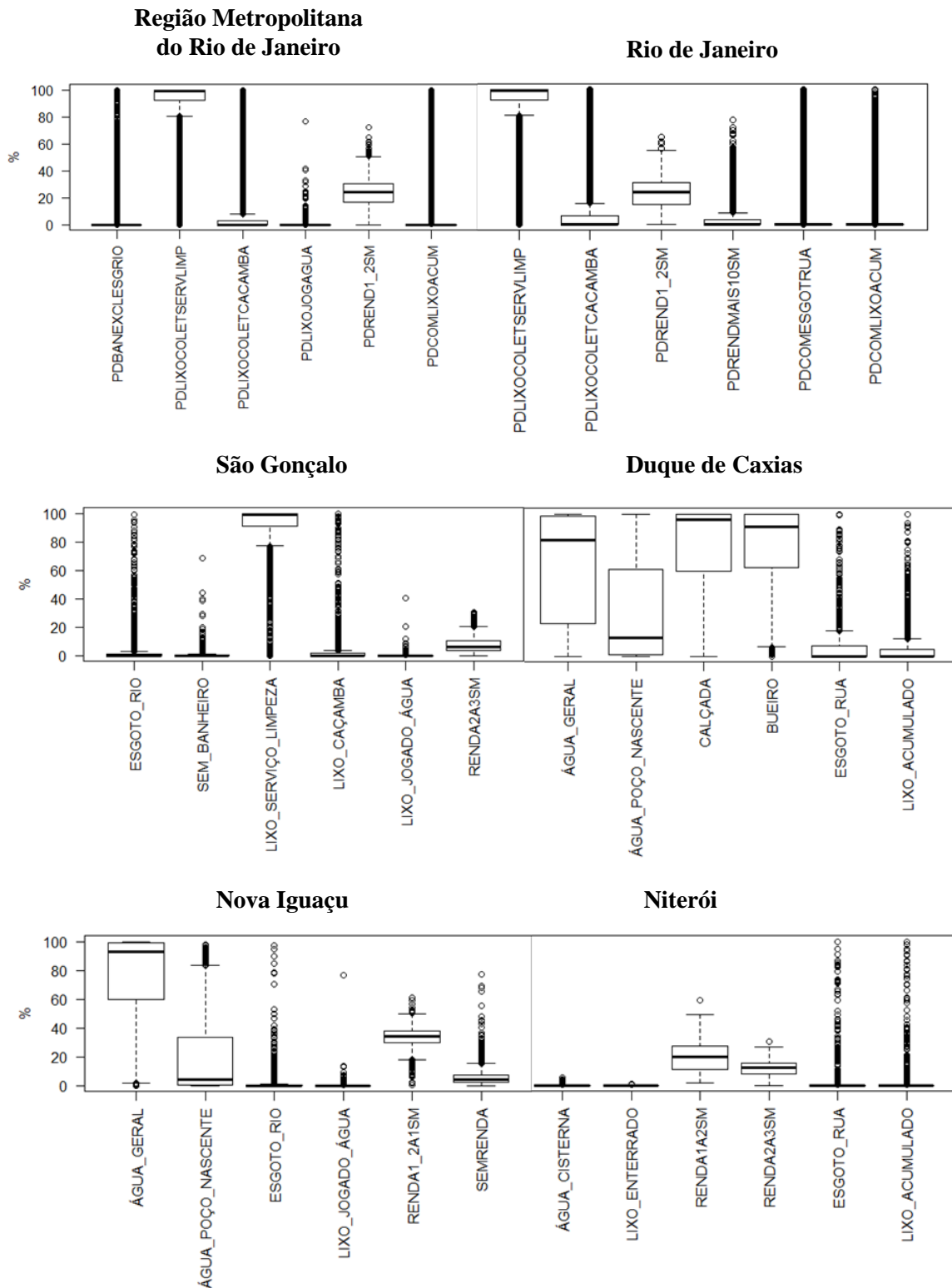
Assim, esse estudo revelou que a demora na universalização da presença de serviços públicos se vincula às desigualdades socioespaciais e raciais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A estreita relação de tais condições com a manutenção da saúde em virtude da potencialidade do aumento dos fatores de risco a doenças, ocasionando internações e óbitos evitáveis, é preocupante diante da importância e relevância da região para o país, do gasto atrelado ao tratamento e hospitalizações, e do sobrecarregamento do sistema de saúde, principalmente o Sistema Único de Saúde, público. Embora o padrão revelado para indígenas não seja tão marcado quanto aquele para brancos, pretos e pardos, esse estudo aponta a necessidade de mais pesquisas para compreender melhor as condições de vida dos indígenas residentes em grandes cidades das áreas urbanas do Brasil.

Tabela 5.31: Medidas de tendência central da população por cor ou raça nos setores censitários segundo os recortes aplicados. Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

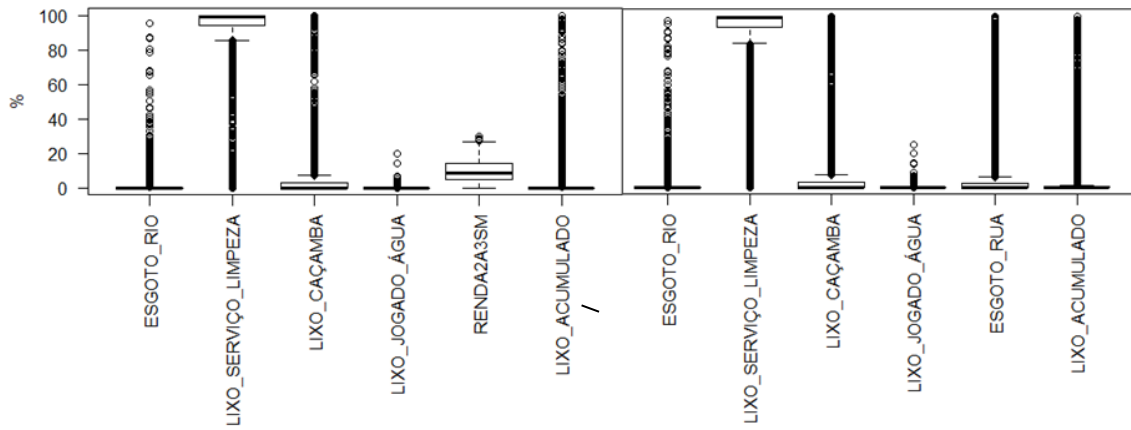
Recortes aplicados	Cor ou raça	Medidas de tendência central			População	
		Valor mínimo	Média	Valor máximo	Total	%
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Branca	4	295	996	5.007.006	47,0
	Preta	0	74,6	601	1.265.838	11,9
	Amarela	0	4,9	234	83.085	0,8
	Parda	1	248,6	994	4.218.994	39,6
	Indígena	0	0,6	40	10.880	0,1
Rio de Janeiro	Branca	4	336,1	995	2.885.558	53,7
	Preta	0	65,5	601	561.961	10,5
	Amarela	0	4,4	234	37.500	0,7
	Parda	1	213,2	954	1.830.637	34,1
	Indígena	0	0,7	32	5.957	0,1
São Gonçalo	Branca	14	257,3	708	427.837	43,6
	Preta	0	72,4	396	120.336	12,3
	Amarela	0	3,1	82	5.143	0,5
	Parda	13	255,7	938	425.279	43,3
	Indígena	0	0,5	16	882	0
Duque de Caxias	Branca	9	251,2	685	290.939	35,4
	Preta	0	101,1	569	117.116	14,3
	Amarela	0	7,9	160	9.108	1,1
	Parda	12	341,3	994	395.229	48,1
	Indígena	0	0,7	25	839	0,1
Nova Iguaçu	Branca	28	235	846	283.585	36,3
	Preta	4	91,6	351	110.592	14,2
	Amarela	0	5,9	192	7.078	0,9
	Parda	30	313,3	989	378.169	48,5
	Indígena	0	0,6	17	731	0,1
Niterói	Branca	19	396,6	912	281.996	68,9
	Preta	0	41	419	29.196	7,1
	Amarela	0	3	41	2.116	0,5
	Parda	5	131,2	625	93.258	22,8
	Indígena	0	0,7	40	526	0,1
Setores censitários com	13	322,2	995,0	686.043	49,7	49,09
	0	71,8	524	152.933	11,1	11,63
	0	5,8	194	12.284	0,9	0,90
	6	241	953	512.994	37,2	38,22
	1	1	1	2.129	0,2	0,15
	13	325,5	995	1.438.410	48,3	47,64
	0	78	524	344.585	11,6	12,10
	0	6,4	194	28.290	1	0,97
	6	255,7	989	1.113.014	38	38,91
	1	2,5	40	10.880	0,4	0,37
	22	329,4	959	447.265	45,7	45,07
	0	88,8	388	120.599	12,3	12,92
	0	7,8	160	10.529	1,1	1,11
	9	283,8	989	385.440	39,3	40,19
	3	5	40	6.887	0,7	0,71
8 ou mais indígenas	92	337,6	861	63.469	41,3	41,10
	14	108,6	372	20.425	13,3	13,74
	0	11,3	57	2.122	1,4	1,40
	43	337,1	760	63.381	41,2	42,27
	8	10,9	40	2.055	1,3	1,49

Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010

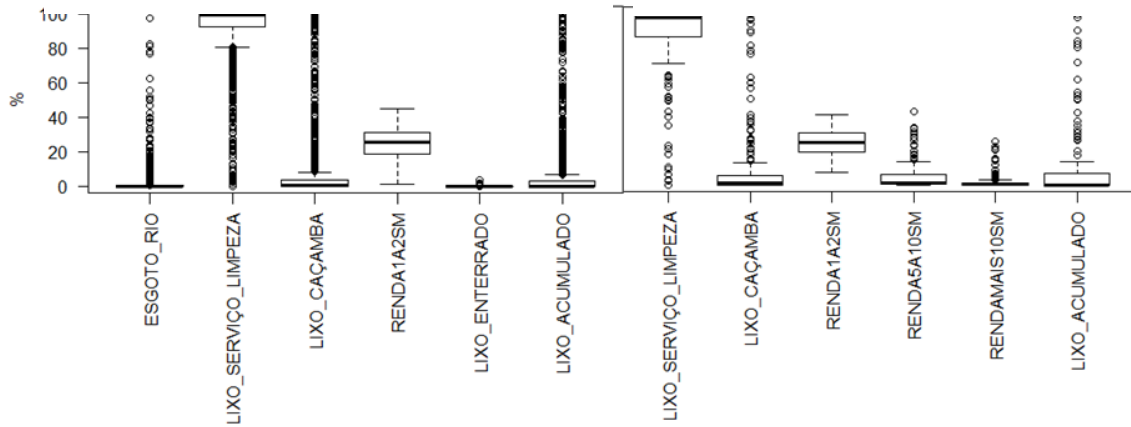
Figura 3.1: *Boxplot* dos indicadores do modelo final da ACP segundo os recortes aplicados. Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010



Setores censitários com 1 indígena **Setores censitários com 1 ou mais**

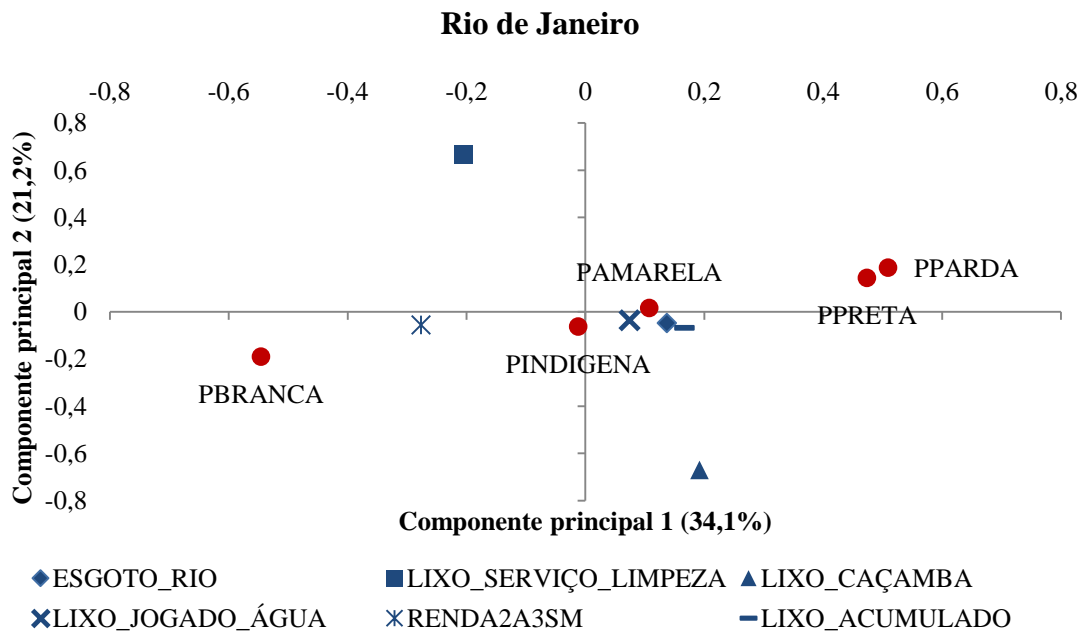
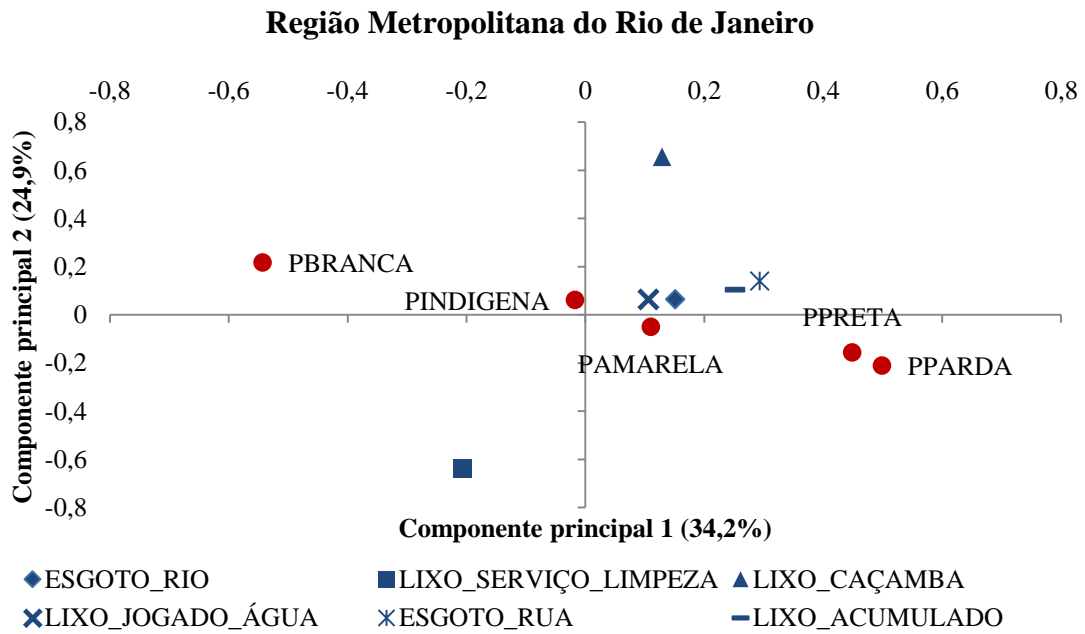


Setores censitários com 3 ou mais **Setores censitários com 8 ou mais**

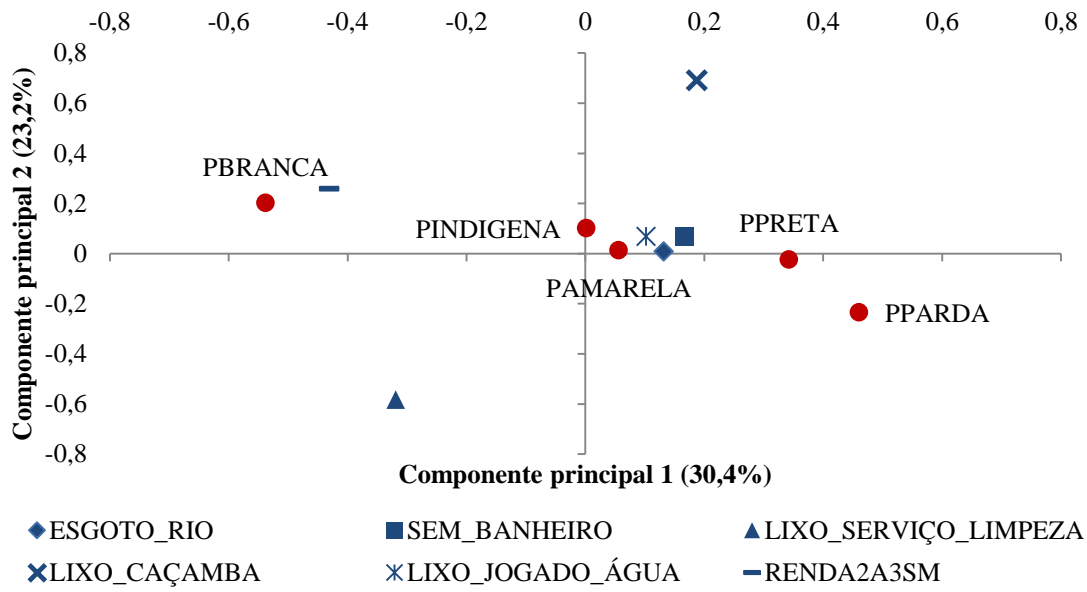


Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010

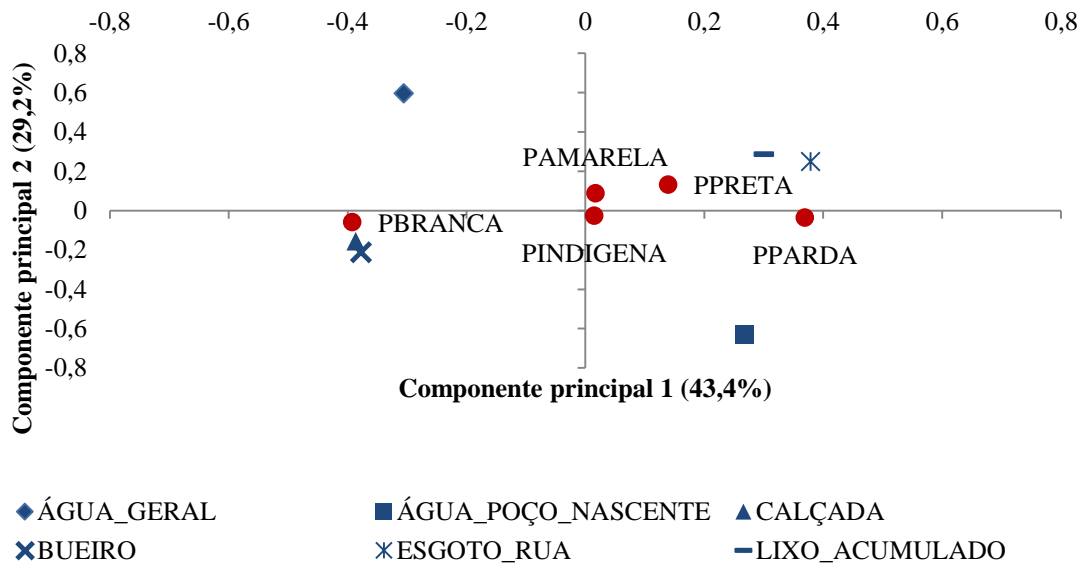
Figura 3.2: Biplot dos indicadores do modelo final dos componentes 1 e 2 das análises de componentes principais nos recortes aplicados. Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

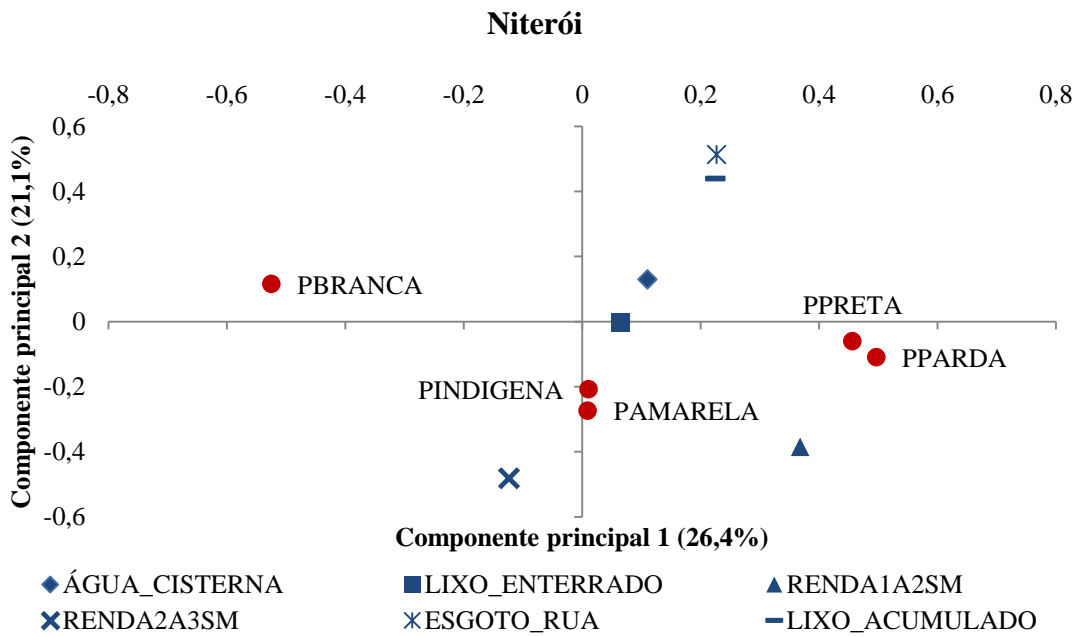
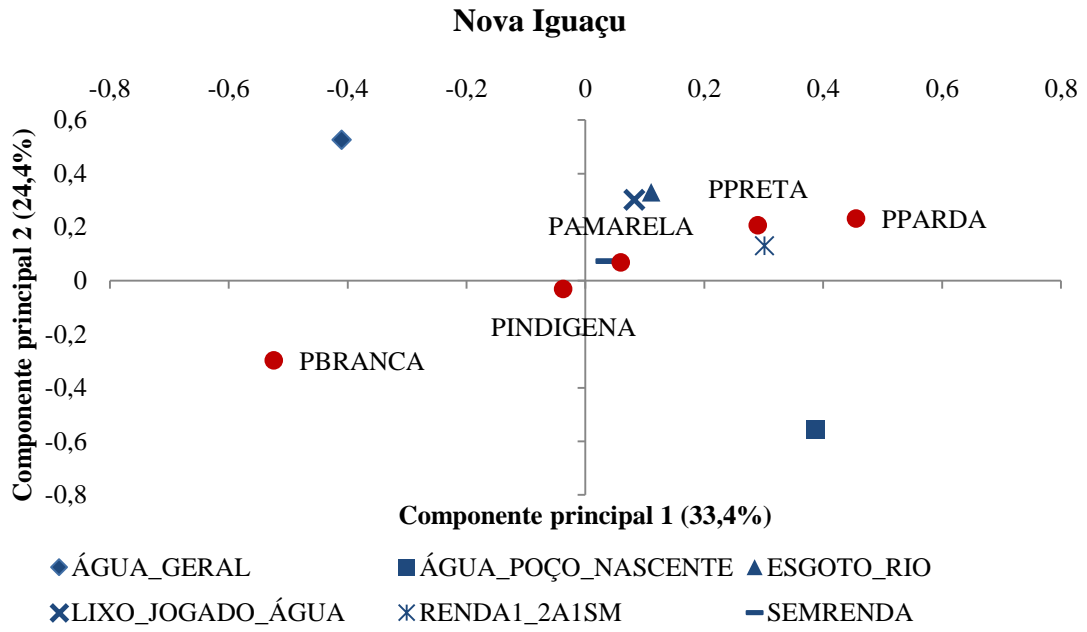


São Gonçalo

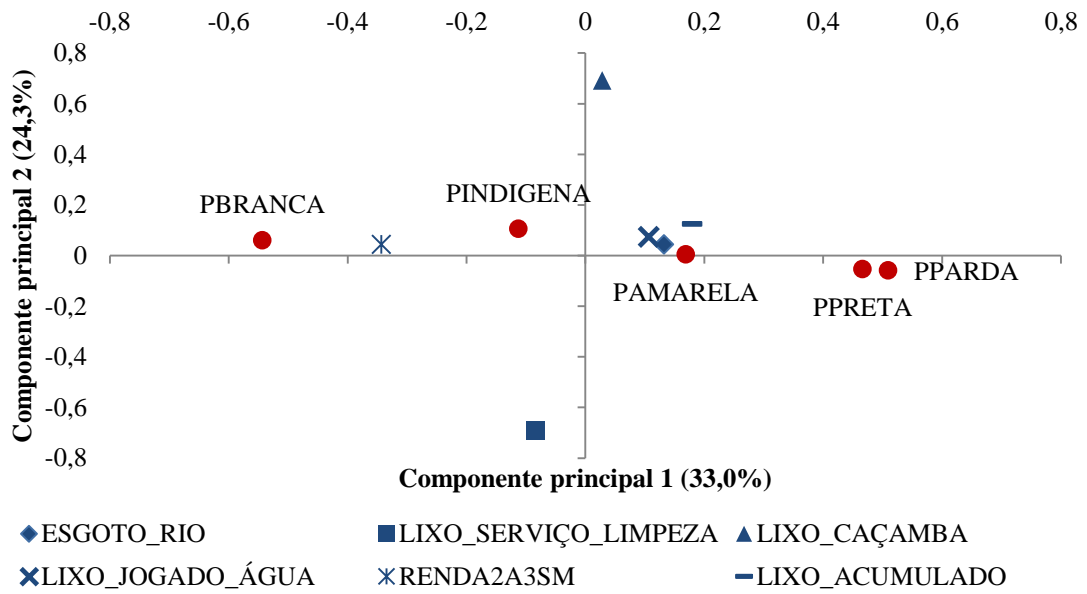


Duque de Caxias

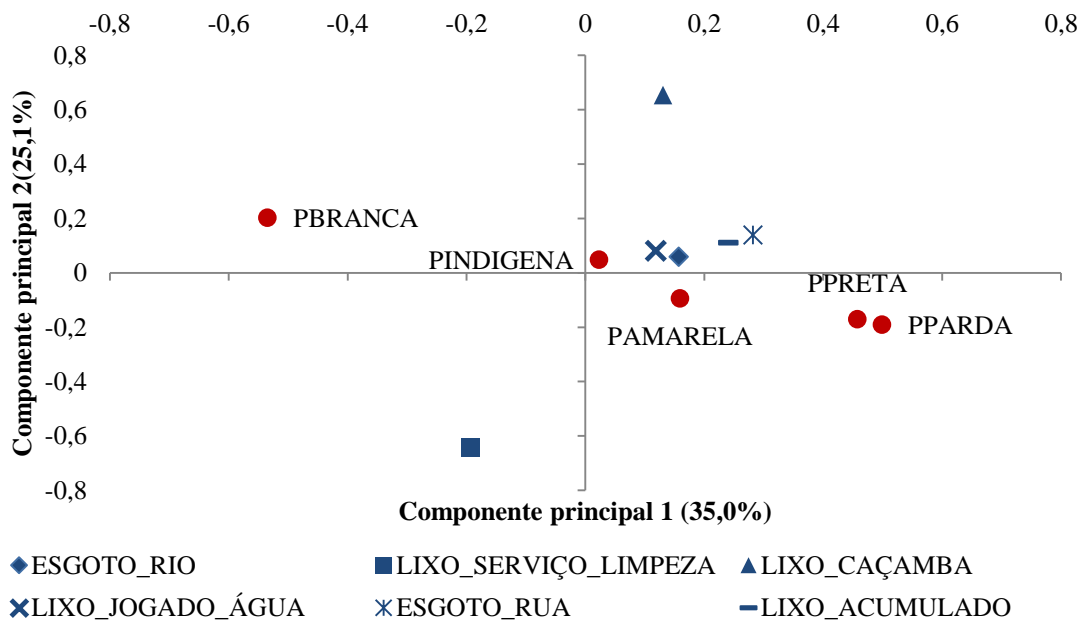




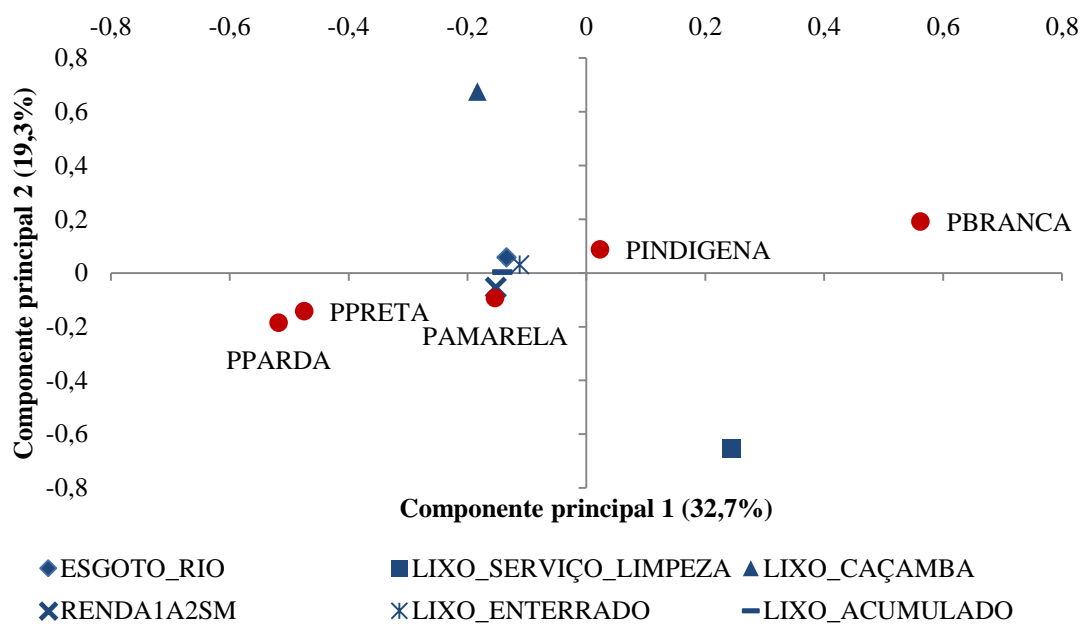
Setores Censitários com 1 indígena



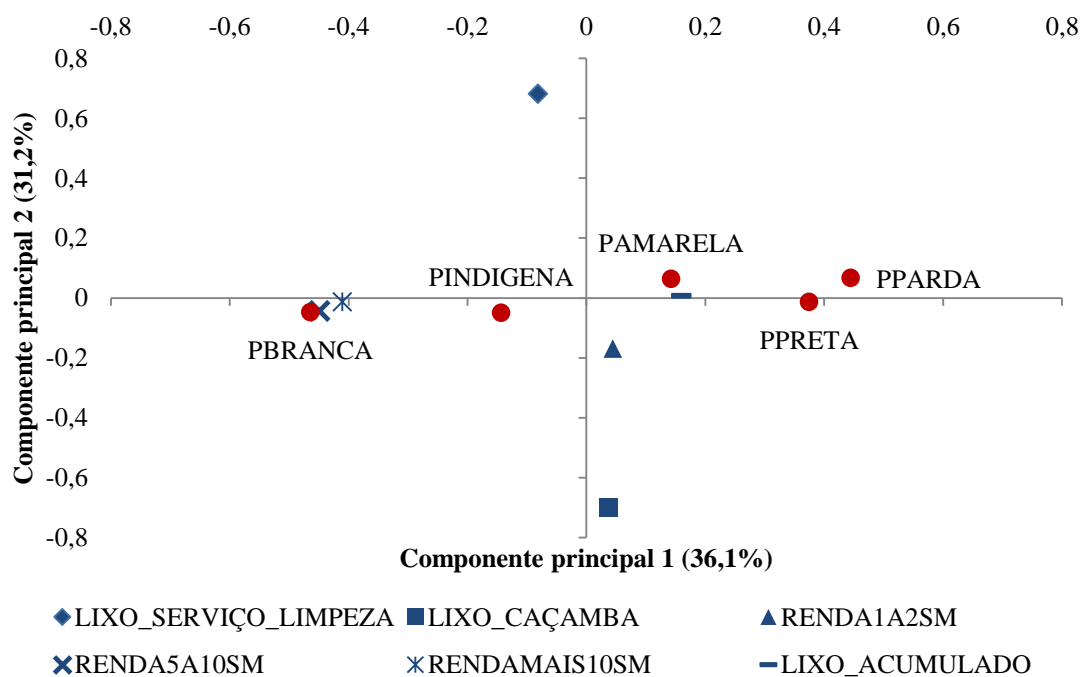
Setores Censitários com 1 ou mais indígenas



Setores Censitários com 3 ou mais indígenas



Setores Censitários com 8 ou mais indígenas



Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010.

Tabela 3.2: Correlação de Spearman entre os percentuais da população segundo a cor ou raça nos recortes aplicados. Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010

Percentual da população	Recortes aplicados									
	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Municípios					Setores censitários com			
		Rio de Janeiro	São Gonçalo	Duque de Caxias	Nova Iguaçu	Niterói	1 indígena	1 ou mais indígena	3 ou mais indígena	8 ou mais indígenas
	Percentual de indígenas									
Branca	0,07**	0,05**	-0,00	-0,02	0,04	-0,06	0,24**	0,49**	0,05**	0,12
Preta	0,03**	-0,02*	0,06*	0,03	0,03	0,08*	-0,23**	-0,32*	-0,03*	-0,05
Amarela	0,15**	-0,15**	0,20**	0,02**	0,18**	0,19**	-0,06**	0,08**	0,08**	0,1
Parda	-0,09**	-0,06**	-0,05	-0,04	-0,09**	0,04	-0,24**	-0,08**	-0,08**	-0,23**
	Percentual de brancos									
Preta	-0,77**	-0,84**	-0,58**	-0,55**	-0,5**	-0,87**	-0,82**	-0,82**	-0,82**	-0,81**
Amarela	-0,13**	-0,09**	-0,12**	-0,16**	-0,08**	0,01	-0,19**	-0,22**	-0,22**	-0,3**
Parda	-0,93**	-0,96**	-0,89**	-0,78**	-0,84**	-0,98**	-0,95**	-0,94**	-0,94**	-0,9**
	Percentual de pretos									
Amarela	0,13**	0,08**	0,17**	0,15	0,15	-0,02	0,19**	0,26**	0,21**	0,3**
Parda	0,54**	0,70**	0,19**	0,00	0,05	0,77**	0,64**	0,63**	0,63**	0,54**
	Percentual de pardos									
Amarela	0,03**	0,02	0,02	-0,06*	-0,09**	-0,04	0,01**	0,12**	0,12**	0,15*

Fonte: IBGE, Universo, Censo Demográfico 2010.

Obs.: Significância a 0,01** e 0,05*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese investigou, utilizando novas ferramentas metodológicas de análise, a distribuição espacial, as características socioeconômicas e demográficas, a presença de serviços públicos e dos indígenas residentes no Estado e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro com base nos dados dos Censos 2000 e 2010. A utilização de dados censitários apresenta diversas vantagens, como, por exemplo, a disponibilidade de diversas bases de dados, de informações segundo múltiplos recortes, permitindo dessa forma o desenvolvimento de novas metodologias para a análise dos mesmos. No caso do Brasil, soma-se ainda o fato de que os dados censitários são de acesso público. Nos últimos anos, as recomendações para ampliar a captação de dados demográficos para os mais diversos segmentos populacionais e o esforço, através do Mercosul, de conduzir investigações censitárias que envolvam dados potencialmente comparáveis entre os países levaram a uma maior disponibilidade e aprimoramento de dados sobre os indígenas (AZEVEDO, 2011; IBGE, 2012b). Um crescente número de investigações realizadas com base nas informações captadas pelos três últimos Censos com foco na população indígena tem apontado para disparidades entre esse segmento populacional e os demais da sociedade brasileira (MARINHO; CALDAS; SANTOS, 2017; MARINHO; SANTOS; PEREIRA, 2011; PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005; SANTOS et al., 2015; WONG, 2016). Além das diferenças nas características sociodemográficas e econômicas têm sido evidenciadas também piores condições de saneamento básico e maior mortalidade infantil (CALDAS et al., 2017; RAUPP et al., 2017).

Em diversos países do mundo, um volume considerável de indígenas reside nas áreas urbanas de grandes cidades e, por esse motivo, os estudos que exploram essa questão são de grande importância tanto para fins acadêmicos quanto no que tange à concepção e implementação de políticas públicas. Investigações conduzidas na Austrália, Canadá, Brasil e Nova Zelândia revelam que as disparidades entre indígenas e não indígenas no tocante a características sociodemográficas, econômicas e de saúde se mostram particularmente marcantes em áreas urbanas (BIDDLE, 2009; CARDINAL, 2006; MARINHO; CALDAS; SANTOS, 2017; RAUPP et al., 2017; RYKS; PEARSON; WAA, 2016).

No caso brasileiro, devido ao longo processo de colonização e proeminência histórica e política, o Estado do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana apresentam características particulares no tocante à presença ancestral e ocupação contemporânea pela população indígena. A ocorrência de epidemias de doenças infecciosas, os ataques às aldeias e a escravidão em larga medida contribuíram para a dizimação de muitas etnias e redução drástica da população indígena remanescente ao longo dos séculos (FREIRE; MALHEROS 2009; ALMEIDA 2013; SILVA, 2016). A “invisibilidade” estatística, ou seja, a ausência de dados no âmbito das estatísticas oficiais, também contribuiu para os poucos conhecimentos sobre a presença indígena no Rio de Janeiro, o que se reverteu somente em décadas recentes (IBGE, 2005, 2012b; OSORIO, 2003; BRASIL, 2017). A diversidade de informações providas pelos censos nacionais mais recentes no Brasil (1991, 2000 e 2010), em conjunto com os demais sistemas de informação, trazem a possibilidade de melhor conhecer importantes aspectos históricos e socioeconômicos relativos à população indígena no Rio de Janeiro.

No que concerne aos achados desta tese, os indígenas residentes no Estado do Rio de Janeiro, não diferente do restante da população, possuem como característica importante um padrão de residência concentrado em área urbana. No primeiro artigo foram descritas diferenças importantes no perfil desta população entre 2000 e 2010, como a diminuição de jovens e aumento de adultos, idosos e de analfabetos. Ainda se verificou que a maior disparidade entre os que residem em área urbana e rural foi em relação às questões sobre etnia e língua falada no domicílio, específicas aos indígenas. Nesses casos, os percentuais de respostas positivas foram mais pronunciados na situação rural (onde estão localizadas as TI do Estado). No segundo artigo, que considerou especificamente a área urbana da Região Metropolitana do estado, resultados particularmente chamativos se referiram a uma maior sobreposição de residência dos indígenas com a população branca e a quantidade de setores com um (1) indígena, cujas características diferem dos demais segmentos populacionais e demais recortes de quantidade de indígenas segundo setores censitários. O terceiro artigo, por sua vez, revelou uma proximidade em relação aos indicadores socioeconômicos, de saneamento e de entorno e à correlação estatística entre os indígenas residentes em setores com um indígena e aqueles onde majoritariamente residem brancos. Além desses setores, aqueles com oito ou mais indígenas também estiveram mais próximos aos brancos na análise de componentes principais e nos resultados de correlação. Nos demais recortes, o padrão observado para os indígenas em relação aos indicadores

socioeconômicos, de saneamento e do entorno não foi consistente como o das categorias branca, preta e parda, mostrando-se singular.

Ao longo dos artigos que compõem a tese foi enfatizado que a interpretação dos resultados precisa levar em consideração questões de ordem teórica e metodológica de grande complexidade referente aos dados oriundos dos censos, dentre as quais: a subjetividade da pergunta sobre cor ou raça (CARVALHO; WOOD; ANDRADE, 2003; OSORIO, 2003; PERZ; WARREN; KENNEDY, 2008; WOOD; CARVALHO, 1994); a influência do informante do domicílio nas respostas (quem responde ao questionário do censo) (CAVENAGHI; ALVES, 2011; SANTOS et al., 2015); a falta de informações sobre o acesso ao serviço efetivo do saneamento básico (intermitência no abastecimento, qualidade e cobrança dos serviços, eficiência da coleta e destino do lixo e esgoto) (ACSELRAD; AZEVEDO; FORMIGA-JOHNSSON, 2015; BRITTO; FORMIGA-JOHNSSON; CARNEIRO, 2016; FREITAS; BRILHANTE; ALMEIDA, 2001; MARQUES, 1996; RAUPP et al., 2017); e as barreiras de compreensão de categorias e conceitos presentes nas perguntas do censo (BORGES et al., 2010; CAMPOS; ESTANISLAU, 2016; PEREIRA; FLORIDO; FERNANDES, 2002). Adicionalmente, o reduzido número de indígenas no Estado do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana, refletido numa baixa concentração desse segmento específico nos setores censitários em comparação às demais cor ou raça, somado às demais questões ligadas a tal identidade frente ao censo constituem em fatores que possivelmente dificultam a identificação da existência e do grau de vulnerabilidade dos mesmos em relação aos demais segmentos. Para compreender melhor essa relação (indígena x vulnerabilidade) é necessário que trabalhos futuros explorem os indígenas urbanos no país.

A relação entre a presença e condições dos serviços públicos e a saúde descritas na literatura apontam que sua adequação contribui para a prevenção de doenças transmitidas por vetores (BÖHM et al., 2016; CORREIA et al., 2012; XAVIER et al., 2017), doenças crônicas não transmissíveis (DIEZ-ROUX, 2016; RODRIGUES et al., 2015; SALLIS et al., 2009; SILVEIRA; JUNGER, 2018) e doenças de veiculação hídrica (PAZ; ALMEIDA; GÜNTHER, 2012; SAUCHA; SILVA; AMORIM, 2015). Sendo assim, com o potencial de reduzir gastos na atenção à saúde, a disponibilização de saneamento básico (SIQUEIRA et al., 2017) e condições adequadas do entorno do domicílio são indispensáveis à população. Adicionalmente, a promoção de lazer no entorno do domicílio junto à oferta de bens e serviço também contribuem para a

manutenção da saúde (CASTRO; JUNIOR, 2009; DIEZ-ROUX et al., 2010; KING; CLARKE, 2015; RIBEIRO; BARATA, 2016).

Com respeito às desigualdades sociais em relação aos serviços públicos, esta tese se mostrou em consonância com os trabalhos relativos a análises com recortes segundo a cor ou raça e os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tais estudos mostram diferenciais históricos e atuais existentes na concepção, no investimento, qualidade e alcance dos serviços públicos nos municípios que a compõem (ACSELRAD; AZEVEDO; FORMIGA-JOHNSSON, 2015; BRITTO; FORMIGA-JOHNSSON; CARNEIRO, 2016; FREITAS; BRILHANTE; ALMEIDA, 2001; MARQUES, 1996; MENDES; BARCELLOS, 2018). Por outro lado, investigações com foco na segregação residencial entre negros (pardos e pretos) e brancos mostram que os últimos estão associados a melhores indicadores, enquanto que os negros possuem características opostas (LIMA, 2012; TELLES, 1992, 2004). No caso em particular da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, existe uma sobreposição entre a cor ou raça da população preta, parda e branca e as condições socioeconômicas, de saneamento e do entorno do domicílio, que são piores para pretos e pardos e melhores para brancos. No caso da população indígena, conforme evidenciado na presente tese, os padrões segundo cor ou raça não se alinham com os acima descritos, indicando particularidades na distribuição sócio-espacial desse segmento da população.

Cabe destacar que a realização das análises detalhadas nesta presente tese somente foi possível devido aos avanços dos últimos censos em relação à coleta, sistematização e divulgação dos dados, além de aprimoramento nos quesitos (CAMPOS; ESTANISLAU, 2016; PEREIRA, 2016; SANTOS; TEIXEIRA, 2011). Apesar desses aspectos positivos, é necessário que sejam realizados mais trabalhos sobre indígenas urbanos no Brasil, ainda em pequeno número considerando o crescimento da literatura em demografia dos povos indígenas. Trata-se de um passo fundamental para que possam ser efetivadas ações que melhorem suas condições de vida, diminuindo assim sua disparidade com a população nacional. Outro ponto relevante é que somente através do desenvolvimento de tais trabalhos se avançará na ampliação de indicadores e metodologias que deem conta da complexidade e das especificidades do indígena urbano, conforme pontuado por CARDINAL (2006). Igualmente relevante, além das análises de recorte quantitativo, é ampliar abordagens que privilegiam a dimensão qualitativa, visando expandir a compreensão das complexas

questões relativas à presença indígena em áreas urbanas, como apontado por DEL POPOLO et al. (2007).

REFERÊNCIAS

- ABS. **Australia Northern territory: 2016 Census story**. Australian Bureau of Statistics, , 2018.
- ACSELRAD, M. V.; AZEVEDO, J. P. S. DE; FORMIGA-JOHNSON, R. M. Cobrança pelo uso da água no Estado do Rio de Janeiro, Brasil (2004-2013): histórico e desafios atuais. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 20, n. 2, p. 199–208, 2015.
- ADORNO, R. D. C. F.; ALVARENGA, A. T. DE; VASCONCELLOS, M. D. P. Quesito cor no sistema de informação em saúde. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 119–123, 2004.
- AFONSO, C. B. **A aldeia vertical e a horta no morro: Trajetórias indígenas no Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social): Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- ALBUQUERQUE, M. A. DOS S. Indígenas na Cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 7, p. 149–168, 2015.
- ALMEIDA, L. R. DE. **Indígenas no estado de Pernambuco: uma análise a partir do Censo Demográfico 2000**. 2012. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia em Saúde Pública): Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.
- ALMEIDA, M. R. C. DE. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALVES FILHO, P. et al. Desigualdades socioespaciais relacionadas à tuberculose no município de Itaboraí, Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 4, p. 559–572, 2017.
- ANDERSON, I. et al. Indigenous and tribal peoples' health (The Lancet-Lowitja Institute Global Collaboration): A population study. **The Lancet**, v. 6.736, n. 16, p. 1–27, 2016.
- ARAÚJO, E. M. DE et al. A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 31, p. 383–394, 2009.
- ATHIAS, R. M.; LIMA, C. L. S. Indígenas na metrópole: os Pankararu em São Paulo. O público e o privado, n. 16, p. 49–64, 2010.
- ATKINSON, R.; TAYLOR, E.; WALTER, M. **The urban and regional segregation of**

indigenous Australians: Out of sight, out of mind? Hobart: Housing and Community Research Unit, 2008.

AZEVEDO, M. M. D. A. Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 2, p. 235–244, 1994.

AZEVEDO, M. M. D. A. Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira, AmazonasXV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais [...]**. Caxambu/MG - Brasil: 2006

AZEVEDO, M. M. D. A. O Censo Demográfico 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, C. A.; RICARDO, F. (Eds.). **Povos indígenas do Brasil 2006/2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 45–48.

AZEVEDO, S.; FERNANDES, J. DE S. Polos regionais do Norte Fluminense e a Região Metropolitana: cultura política em perspectiva comparada. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 31, p. 197–219, 2014.

BAILEY, T. C. Spatial statistical methods in health. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 5, p. 1083–1098, 2001.

BARCELLOS, C. D. C. et al. Organização espacial, saúde e qualidade de vida: análise espacial e uso de indicadores na avaliação de situações de saúde. **Informe Epidemiológico do SUS**, v. 11, n. 3, p. 129–138, 2002.

BARRETO, C. T. G.; CARDOSO, A. M.; COIMBRA, C. E. A. Estado nutricional de crianças indígenas Guarani nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 3, p. 657–662, 2014.

BASTOS, J. L. et al. Diferenças socioeconômicas entre autoclassificação e heteroclassificação de cor/raça. **Revista Saúde Pública**, v. 42, n. 2, p. 324–334, 2008.

BELANGER, Y. Housing and Aboriginal People in Urban Centres: A Quantitative Evaluation. **Aboriginal Policy Studies**, v. 2, n. 1, p. 4–25, 2012.

BIDDLE, N. Location and Segregation : The Distribution of the Indigenous Population Across Australia's Urban Centres. **CAEPR**, v. 53, p. 1–46, 2009.

BIDDLE, N. Residential Segregation: Income and Housing Dimensions. **CAEPR**, v. 16, p. 1–14, 2013.

BIDDLE, N.; PROUT, S. The geography and demography of Indigenous temporary mobility: An analysis of the 2006 census snapshot. **Journal of Population Research**, v. 26, n. 4, p. 305–326, 2009.

BÖHM, A. W. et al. Tendência da incidência de dengue no Brasil, 2002-2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, n. 4, p. 725–733, 2016.

BORGES, A. DA S. et al. Captando Informações da População Indígena nos Censos Demográficos : o Caso da Aldeia de Santa Rosa do Ocoy. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais [...]**. Caxambu/MG - Brasil: 2010

BRASIL. **Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892. Estabelece a organização municipal do Distrito Federal.** Capital Federal, ano 4 da República. PL 85/1892. Diário Oficial da União: Poder Executivo, 20 set. 1892.

BRASIL. **Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do índio.** Brasília, DF, ano 85 da República. PL 6.001/1973Diário Oficial da União: Poder Executivo, 19 dez. 1973.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 20, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios.** Brasília, DF, ano 86 da República. PL 20/1974Diário Oficial da União: Poder Executivo, 1 jul. 1974.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Brasília, DF, ano 93 da República. PL6.938/1981. Diário Oficial da União: Poder Executivo, 31 ago. 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto promulgado em 05 de out. de 1988.** República Federativa do Brasil, p. 1–226, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.** Brasília, DF, ano 101 da República. PL 7.716/1989. Diário Oficial da União, 5 jan. 1989.

BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde.** Brasília, DF, ano 102 da República. PL 8.080/1990Diário Oficial da União: Poder Executivo, 19 set. 1990.

BRASIL. **Lei Nº 9.836, de 23 de setembro de 1999. Lei do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.** Brasília, DF. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 23 set. 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.** 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.** Brasília, DF, ano 119 da República. PL 11.445/2007. Diário Oficial da União: Poder Executivo, 5 jan. 2007.

BRASIL. **A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde: Falando sobre os sistemas de informação em saúde no Brasil.** Brasília: Ministério da Saúde,

2009a. v. 2

BRASIL. **A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde: Produção e disseminação de informações sobre saúde no Brasil**. Brasília: Ministério da saúde, 2009b. v. 1

BRASIL. **Plano Nacional de Saneamento Básico**, 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Saúde 2016-2019**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. **Portaria nº 344 de 1 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde**. Brasília, DF, Brasil. Diário Oficial da União: Ministério da Saúde, , 2 fev. 2017.

BRASIL, M.; TEIXEIRA, P. Migração dos povos indígenas e os censos demográficos de 1991 e 2000 : o caso das capitais estaduais. XV Encontro nacional de Estudos Populacionais. **Anais [...]**. Caxambu/MG - Brasil: 2006

BRITTO, A. L.; FORMIGA-JOHNSSON, R. M.; CARNEIRO, P. R. F. Water supply and hydrosocial scarcity in the Rio de Janeiro Metropolitan Area. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 183–206, 2016.

BÜHLER, H. F. et al. Análise espacial de indicadores integrados determinantes da mortalidade por diarreia aguda em crianças menores de 1 ano em regiões geográficas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4.131-4.140, 2014.

CALDAS, A. D. R. **Mortalidade por cor ou raça, com foco nos indígenas: perspectivas comparativas entre o Censo Demográfico de 2010 e Sistemas Nacionais de Informação em Saúde**. 2014. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública): Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

CALDAS, A. D. R. et al. Mortalidade infantil segundo cor ou raça com base no Censo Demográfico de 2010 e nos sistemas nacionais de informação em saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 7, p. 1–13, 2017.

CÂMARA, G. et al. Análise espacial e geoprocessamento. In: DRUCK, S.; CARVALHO, M.S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. (Eds.). **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília: EMPRABA, 2004.

CAMPOS, M. B. DE et al. Diferenciais de mortalidade entre indígenas e não indígenas no Brasil com base no Censo Demográfico de 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 5, p. 1–6, 2017.

CAMPOS, M. B. DE; ESTANISLAU, B. R. Demografia dos povos indígenas: os

- Censos Demográficos como ponto de vista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, p. 441–449, 2016.
- CARDINAL, N. The exclusive city: Identifying, measuring, and drawing attention to Aboriginal and Indigenous experiences in an urban context. **Cities**, v. 23, n. 3, p. 217–228, 2006.
- CARDOSO, A. M. et al. Mortality among Guarani Indians in Southeastern and Southern Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 2, p. 222–236, 2011.
- CARDOSO, A. M. et al. Políticas públicas de saúde para os povos indígenas. In: GIOVANELLA, L. (Ed.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 1100.
- CARDOSO, A. M.; COIMBRA, C. E. A.; TAVARES, F. G. Morbidade hospitalar indígena Guarani no Sul e Sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, n. 1, p. 21–34, 2010.
- CARDOSO, L. S. DE M. et al. Aranãs do médio Jequitinhonha: aspectos socioeconômicos, demográficos e sanitários de uma população indígena desaldeada. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 12, p. 3859–3870, 2016.
- CARVALHO, D. DE. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.
- CARVALHO, J. A. M. DE; WOOD, C. H.; ANDRADE, F. C. D. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/90. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 20, n. 1, p. 29–42, 2003.
- CARVALHO, M. S.; CRUZ, O. G.; NOBRE, F. F. Perfil de risco: método multivariado de classificação sócio-econômica de microáreas urbanas - os setores censitários da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, n. 4, p. 635–645, 1997.
- CARVALHO, M. S.; SOUZA-SANTOS, R. Análise de dados espaciais em saúde pública: métodos, problemas, perspectivas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 2, p. 361–378, 2005.
- CARVALHO, S.; MAGALHÃES, M. D. A. F. M.; MEDRONHO, R. D. A. Distribuição espacial e temporal de aedes aegypti e da infecção por vírus dengue no município do Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, p. 51:79, 2017.
- CASTRO, A.; JUNIOR, G. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 25, n. 6, p. 548–556,

2009.

CATELA, E. Y. DA S. Mudança estrutural e crescimento dos municípios fluminenses: uma análise da mobilidade relativa no período 1998-2008. **Economia Aplicada**, v. 17, n. 2, p. 331–363, 2013.

CAVENAGHI, S. M.; ALVES, J. Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. **Notas de Población (CEPAL)**, v. 92, p. 15–46, 2011.

CEPAL. **La matriz de la desigualdad social en América Latina**. Santiago: ONU, 2016.

CEPAL. **Los pueblos indígenas en América (Abya Yala) desafíos para la igualdad en la diversidad**. Santiago: CEPAL, 2017.

CHOR, D. Desigualdades em saúde no Brasil : é preciso ter raça. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 7, p. 1272–1275, 2013.

CHOR, D. et al. Association between perceived neighbourhood characteristics, physical activity and diet quality: results of the Brazilian Longitudinal Study of Adult Health (ELSA-Brasil). **BMC Public Health**, v. 16, p. 751, 2016.

CHOR, D.; LIMA, C. R. DE A. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1.586-1.594, 2005.

COIMBRA, C. E. A. et al. The First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition in Brazil: rationale, methodology, and overview of results. **BMC Public Health**, v. 13, n. 52, p. 19, 2013.

COLMAN, R. S.; AZEVEDO, M. M. D. A.; VEIGA, J. Paraguai: os Indígenas nos censos e os censos indígenas específicos IV Congreso de Población de la Asociación Paraguaya de Estudios de Población. **Anais [...]**. Asunción: 2011

CORREIA, J. C. et al. Residential characteristics aggravating infestation by *Culex quinquefasciatus* in a region of Northeastern Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. 6, p. 935–941, 2012.

CSDH. **Final Report: Closing the gap in a generation**. Geneva: OMS, 2008.

CUNHA, B. C. B. Indígenas urbanos do Mato Grosso do Sul: Aspectos de saneamento e condições sociodemográficas a partir do Censo 2010. III Encontro Nacional de Pós-Graduação em Demografia e Áreas Afins. **Anais [...]**. Poços de Caldas, 2018

DAVIDOVICH, F. Estado do Rio de Janeiro: o urbano metropolitano. Hipóteses e questões. **Geo UERJ**, v. 21, n. 2, p. 23, 2010.

DE FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: Contribuições de

Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. **RA'E GA - O Espaço Geografico em Análise**, n. 17, p. 31–41, 2009.

DEL POPOLO, F. et al. **Indigenous peoples an urban settlements: spatial distribution, internal migration and living conditions**. Santiago de Chile: ONU, 2007.

DEL POPOLO, F. **Los pueblos indígenas y afrodescendientes en las fuentes de datos: experiencias en América Latina**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2008.

DIAS JR, C. S. et al. Crescimento da população indígena em Minas Gerais: análise da influência da dinâmica demográfica e reclassificação. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 3, p. 157–163, 2009.

DIAS JR, C. S. et al. Desigualdades demográficas e socioeconômicas entre brancos e indígenas no Brasil. **REDES**, v. 15, n. 2, p. 50–65, 2010.

DIEHL, E. E.; LANGDON, E. J.; DIAS-SCOPEL, R. P. Contribuição dos agentes indígenas de saúde na atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 5, p. 819–831, 2012.

DIEHL, E. E.; PELLEGRINI, M. A. Saúde e povos indígenas no Brasil: O desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 867–874, 2014.

DIEZ-ROUX, A. V. et al. **Neighborhoods and health**. Annals of the New York Academy of Sciences, v. 1.186, n. 1, p. 125–145, 2010.

DIEZ-ROUX, A. V. et al. The Impact of Neighborhoods on CV Risk. **Global Heart**, v. 11, n. 3, p. 353–363, 2016.

DIEZ-ROUX, A. V. Neighborhoods and health: What do we know? what should we do? **American Journal of Public Health**, v. 106, n. 3, p. 430–431, 2016.

DOUGLAS, J. et al. Mortalidade por Suicídio: um enfoque em municípios com alta proporção de população autodeclarada indígena no Estado do Amazonas, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, n. 3, p. 658–669, 2013.

EADES, S. J. et al. The health of urban Aboriginal people: Insufficient data to close the gap. **Medical Journal of Australia**, v. 193, n. 9, p. 521–524, 2010.

EARLY, J. D.; PETERS, J. F. **The Population Dynamics of the Mucajáí Yanomama**. San Diego: Academic Press, 1990.

ESCOBAR, A. L. et al. Prevalence of pneumonia and associated factors among indigenous children in Brazil: Results from the First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition. **International Health**, v. 7, n. 6, p. 412–419, 2015.

- ESTANISLAU, B. R. **A eterna volta: migração indígena e Pankararu no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Demografia): Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- FÁVARO, T. R. et al. Obesidade e excesso de peso em adultos indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude, fatores socioeconômicos e demográficos associados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 8, p. 1.685-1.697, 2015.
- FIGOLI, L. H. G.; FAZITO, D. Redes sociales en una investigación de migración indígena: el caso de Manaus. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 26, n. 1, p. 77–95, 2009.
- FRANCHETTO, B. A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito. **Mana**, v. 14, n. 1, p. 31–59, 2008.
- FREIRE, J. R. B.; MALHEIROS, M. F. **Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- FREITAS, M. B. DE; BRILHANTE, O. M.; ALMEIDA, L. M. DE. Importância da análise de água para a saúde pública em duas regiões do Estado do Rio de Janeiro: enfoque para coliformes fecais, nitrato e alumínio. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 651–660, 2001.
- FUNAI. **Conferência Nacional dos Povos Indígenas**. Entre 12 e 19 de abril de 2006. Brasília, DF - Documento Final: Funai/CGDTI, 2006.
- GRACEY, M.; KING, M. Indigenous health part 1: determinants and disease patterns. **The Lancet**, v. 374, n. 9683, p. 65–75, 2009.
- GRUBITS, S.; FREIRE, H. B. G.; NORIEGA, J. A. V. Suicídios de jovens Guarani/Kaiowá de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 3, p. 504–517, 2011.
- GUIMOND, É. et al. **Aboriginal Populations in Canadian Cities**. Canadá: Aboriginal Affairs and Northern Development Canada, 2008.
- HAIR, J. F. J. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HANSELMANN, C. **Urban aboriginal people in western Canada**. Calgary: CanadaWest Foundation, 2001.
- HÖFELMANN, D. A. et al. Perceived neighborhood problems: multilevel analysis to evaluate psychometric properties in a Southern adult Brazilian population. **BMC Public Health**, v. 13, n. 1.085, 2013.
- HORTA, B. L. et al. Nutritional status of indigenous children: findings from the First

National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition in Brazil. **International journal for equity in health**, v. 12, n. 1, p. 23, 2013.

IBASE. **Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempos de novo descobrimento**. Rio de Janeiro: Ibase/Observatório da Cidadania, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2000: Características gerais da população (resultados da amostra)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a.

IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b.

IBGE. **Tendências demográficas: Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. **Censo 2010: Síntese das das Etapas da da Pesquisa**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

IBGE. **Manual do Recenseador: Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.

IBGE. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b.

IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011c.

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas (resultados do universo)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012c.

IBGE. **Características urbanísticas do entorno dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012d.

IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010: Censo del Bicentenario. Pueblos originarios: región Noroeste Argentino**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2015.

KAUFMAN, J.; COOPER, R. Consideration for use of racial/ethnic classification in etiologic reseach. **American Journal of Epidemiology**, v. 154, n. 4, p. 291–298, 2001.

- KING, K. E.; CLARKE, P. J. Original Contribution A Disadvantaged Advantage in Walkability: Findings From Socioeconomic and Geographical Analysis of National Built Environment Data in the United States. **American Journal of Epidemiology**, v. 181, n. 1, p. 17–25, 2015.
- KODAMA, K. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro; São Paulo: Fiocruz, EDUSP, 2009.
- KUKUTAI, T.; THOMPSON, V.; MCMILLAN, R. Whither the census? Continuity and change in census methodologies worldwide, 1985–2014. **Journal of Population Research**, v. 32, n. 1, p. 3–22, 2015.
- LAGUARDIA, J. O uso da variável “raça” na pesquisa em saúde. **Physis**, v. 14, n. 2, p. 197–234, 2004.
- LEITE, M. S. et al. Prevalence of anemia and associated factors among indigenous children in Brazil: results from the First National Survey of Indigenous People’s Health and Nutrition. **Nutrition Journal**, v. 12, p. 69, jan. 2013.
- LIMA, M. “Raça” e pobreza em contextos metropolitanos. **Tempo Social**, v. 24, n. 2, p. 233–254, 2012.
- LONGO, L. A. F. DE B.; FERREIRA, L. O.; AZEVEDO, M. M. D. A. Nupcialidade indígena: possibilidades e limitações de análise utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, p. 375–398, 19 nov. 2016.
- LOVEMAN, M. National colors. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2014.
- MARINHO, G. L. **Domicílios indígenas nos Censos Demográficos: classificação, composição e interfaces com a saúde**. 2015. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública): Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.
- MARINHO, G. L.; CALDAS, A. D. R.; SANTOS, R. V. Indígenas residentes em domicílios “ improvisados ” segundo o Censo Demográfico 2010. **Physis**, v. 27, n. 1, p. 79–102, 2017.
- MARINHO, G. L.; SANTOS, R. V.; PEREIRA, N. DE O. M. Classificação dos domicílios “ indígenas ” no Censo Demográfico 2000: subsídios para a análise de condições de saúde. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 2, p. 449–466, 2011.
- MARQUES, E. C. Equipamentos de saneamento e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 12, n. 2, p. 181–193,

1996.

MARQUES, T. et al. Nascer é envelhecer: uma perspectiva demográfica evolutiva e territorial na construção do futuro de Portugal. **Revista de Geografia e Ornamento do Território**, n. 10, p. 207–231, 2016.

MELLO, J. A. V. B.; MELLO, A. J. R.; ORRICO F, R. D. Centralidade baseada em deslocamentos e seus reflexos sobre a estrutura monopolicentrica da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Investigaciones Geograficas, Boletín**, v. 89, p. 74–89, 2016.

MENDES, T. M.; BARCELLOS, C. A dimensão territorial do esgotamento sanitário: o caso do Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 647–658, 2018.

MENEZES, P. M. L. DE et al. Evolução política-administrativa do Estado do Rio de Janeiro: uma visão histórica-cartográfica. Congresso Brasileiro de Cartografia. **Anais [...]**. Gramado/RS -Brasil: Congresso Brasileiro de Cartografia, 2014

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução Nº 466, de 12 de dez. de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**, 2012.

MIRANDA, S. M. R. C. DE. Os Índios Pankararu da Favela Real Parque: entendendo as mudanças culturais. **Saúde Coletiva**, v. 1, n. 2, p. 12–17, 2004.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 898–906, 2005.

MONTE-MÓR, R. L. What is the urban in the contemporary world? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 942–948, 2005.

MONTEIRO, J. E. D.; MARQUES, O. R. B. A Jornada Mundial da Juventude 2013: os impactos econômicos dos gastos dos peregrinos na Cidade do Rio de Janeiro. **Tourism & Management Studies**, v. 11, n. 2, p. 71–77, 2015.

MONTENEGRO, R.; STEPHENS, C. Indigenous health in Latin America and the Caribbean. **The Lancet**, v. 367, p. 1859–1869, 2006.

MORGAN, G.; GULSON, K. Indigenous people and urbanization. **Environment and Planning A**, v. 42, n. 2, p. 265–267, 2010.

MORNING, A. Ethnic Classification in Global Perspective: A Cross-National Survey of the 2000 Census Round. **Population Research and Policy Review**, v. 27, n. 2, p. 239–272, 2008.

NAKASHIMA, E. Y.; ALBUQUERQUE, M. A. DOS S. A cultura política da

visibilidade: os Pankararu na cidade de São Paulo. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 24, n. 47, p. 182–201, 2011.

NETO, E. R.; RIANI, J. DE L. R. **Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, , 2007.

NORRIS, T.; VINES, P. L.; HOEFFEL, E. M. **The American Indian and Alaska Native Population: 2010 Census Briefs**. United States, 2012.

NUNES, E. S. Aldeias Urbanas ou Cidades Indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, v. 4, n. 1, p. 9–30, 2010.

OIT. **Convenção nº 169 dos povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. 5a. ed. Brasília: OIT, 2011.

OMS. **Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde Rio**, 2011.

OMS; UNICEF. **Meeting the MDG drinking water and sanitation target: the urban and rural challenge of the decade**. Geneva: OMS - UNICEF, 2006.

ONU. **Indigenous peoples, indigenous voices: Who are indigenous peoples?** New York: ONU - Permanent Forum on Indigenous Issues, 1986.

ONU. **State of the World's Indigenous Peoples**. New York: ONU, 2009.

ONU. **Affordable land and housing in Europe and North America**. Kenya: ONU-HABITAT, 2011.

ONU. **Leaving no one behind: the imperative of inclusive development**. New York: ONU, 2016.

OPAS. **Health in the Americas 2007 - Volume I - Regional**. Washington: OPAS, 2007.

OSORIO, R. O sistema classificatório de " cor ou raça" do IBGE. **IPEA**, 2003.

PAES, N. A.; ALBUQUERQUE, M. E. E. Avaliação da qualidade dos dados populacionais e cobertura dos registros de óbitos para as regiões brasileiras. **Revista de Saúde Pública**, v. 33, n. 1, p. 33–43, 1999.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M. D. A.; SANTOS, R. V. **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

PASTERNAK, S. et al. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. **Cadernos Metrópole**, v. 18, n. 35, p. 75–100, 2016.

PAZ, M. G. A. DA; ALMEIDA, M. F. DE; GÜNTHER, W. M. R. Prevalência de diarreia em crianças e condições de saneamento e moradia em áreas periurbanas de Guarulhos , SP. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 15, n. 1, p. 188–197, 2012.

- PEREIRA, F. N. A.; QUEIROZ, B. L. Diferenciais de mortalidade jovem no Brasil: a importância dos fatores socioeconômicos dos domicílios e das condições de vida nos municípios e estados brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 9, p. e00109315, 2016.
- PEREIRA, N. D. O. M. Avanços na captação de dados sobre a população indígena no Censo Demográfico 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, p. 423–430, 2016.
- PEREIRA, N. DE O. M. et al. Como tratar os dados da amostra do Censo Demográfico 2000 na obtenção de estimativas para os “indígenas”? Um estudo a partir das Terras Indígenas Xavante, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 2, p. 183–195, 2009.
- PEREIRA, N. DE O. M.; FLORIDO, A. C.; FERNANDES, M. Z. População residente em terras Indígenas: características básicas censitárias 1991 e 2000. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Anais [...]**. Ouro Preto/MG - Brasil: 2002
- PEREIRA, V. C. Mbya reko e elementos urbanos: encontros dos Guarani Mbya com a cidade em contextos distintos de ocupação no Estado do Rio de Janeiro. **INTRATEXTOS**, n. 1, p. 85–102, 2010.
- PERZ, S. G.; WARREN, J.; KENNEDY, D. P. Contributions of Racial-Ethnic Reclassification and Demographic Processes to Indigenous Population Resurgence: The Case of Brazil. **Latin American Research Review**, v. 43, n. 2, p. 7–33, 2008.
- PONTES, A. L. DE M.; GARNELO, L.; REGO, S. Reflexões sobre questões morais na relação de indígenas com os serviços de saúde. **Revista Bioética**, v. 22, n. 2, p. 337–346, 2014.
- PORTO, M. F.; PACHECO, T. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 4, n. 4, p. 26–37, 2009.
- PRADO, T.; MIAGOSTOVICH, M. P. Virologia ambiental e saneamento no Brasil : uma revisão narrativa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 7, p. 1367–1378, 2014.
- PROUT, S.; BIDDLE, N. The Social Geographies of Indigenous Population and Housing in Australia’s Regional Urban Centres. **Australian Geographer**, v. 46, n. 1, p. 51–71, 2015.
- RALLU, J.; PICHÉ, V.; SIMON, P. Demography and Ethnicity. In: CASELLI, G.; VALLIN, J.; WUNSCH, G. (Eds.). **Demography: Analysis and Synthesis. A Treatise in Population Studies**. Boston: Elsevier, 2006. p. 531–550.

- RAUPP, L. et al. Condições de saneamento e desigualdades de cor/raça no Brasil urbano: uma análise com foco na população indígena com base no Censo Demográfico de 2010. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 1, p. 1–15, 2017.
- RIBEIRO, L. C. et al. **Os Estados e as Regiões Metropolitanas constitutivas do Observatório das Metrôpoles no Censo 2010**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2012.
- RIBEIRO, L. C. DE Q.; CORRÊA, F. S. As cores das fronteiras urbanas. Segregação residencial e desigualdades “raciais” na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. 22, n. 2, 2008.
- RIBEIRO, L. C. DE Q.; SILVA, É. T. DA; RODRIGUES, J. M. Metrôpolis Brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 120, p. 177–207, 2011.
- RIBEIRO, M. C. S. DE A.; BARATA, R. B. Saúde: vulnerabilidade social, vizinhança e atividade física. **Cadernos Metrôpole**, v. 18, n. 36, p. 401–420, 2016.
- RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar Nº 133, de 15 de dezembro de 2009. Altera a Lei Complementar Nº13, de 16 de dez. de 1997, com a nova redação dada pela Lei Complementar de Nº 97, de 2 de out. de 2001, a Lei Complementar Nº 89, de 17 de julh. de 1998, a Lei Complementar Nº 105, de 4 de julh. de 2002, e a Lei Complementar**, 15 dez. 2009.
- RODRIGUES, D. E. et al. The place where you live and self-rated health in a large urban area. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. supl.1, p. 246–256, 2015.
- RODRIGUES, R. P. et al. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- RYKS, J.; PEARSON, A. L.; WAA, A. Mapping urban Māori: A population-based study of Māori heterogeneity. **New Zealand Geographer**, v. 72, p. 28–40, 2016.
- SÁ-SILVA, S. P.; SANDRE-PEREIRA, G.; SALLES-COSTA, R. Fatores sociodemográficos e atividade física de lazer entre homens e mulheres de Duque de Caxias/RJ. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 11, p. 4493–4501, nov. 2011.
- SALAZAR, E. S. La población indígena en Costa Rica según el censo 2000. **Notas de Población**, v. 75, p. 217–158, 2002.
- SALLIS, J. F. et al. Neighborhood Environments and Physical Activity Among Adults in 11 Countries. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 36, n. 6, p. 484–490, 2009.
- SANTOS, S. B. DOS. Famílias Negras, Desigualdades, Saúde e Saneamento Básico no

- Brasil. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, p. 41–53, 2013.
- SANTOS, R. V. et al. Parity of Indigenous and Non-Indigenous Women in Brazil: Does the Reported Number of Children Born Depend upon Who Answers National Census Questions? **PLoS ONE**, v. 10, n. 4, p. 1–15, 2015.
- SANTOS, R. V.; PEREIRA, N. D. O. M. Indigenous peoples in the Brazilian national census. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 6, p. 1.626-1.627, 2005.
- SANTOS, R. V.; TEIXEIRA, P. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 6, p. 1048–1049, 2011.
- SAUCHA, C. V. V.; SILVA, J. A. M. DA; AMORIM, L. B. Condições de saneamento básico em áreas hiperendêmicas para esquistossomose no estado de Pernambuco em 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 3, p. 497–506, 2015.
- SCHKOLNIK, S.; DEL POPOLO, F. Los censos y los pueblos indígenas en América Latina: una metodología regional. Seminário Internacional: Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe: relevancia y pertinencia de la información sociodemográfica para políticas y programas. **Anais [...]**. Santiago de Chile: CEPAL, 2005
- SERATTO, C. D.; MICHELLON, E. A dicotomia rural versus urbano e suas consequências. XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais [...]**. Cuiabá: 2004
- SERVÍN, J. **III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2012: Oportunidades y Desafíos**. Paraguay, 2012.
- SETEL, P. W. et al. A scandal of invisibility: making everyone count by counting everyone. **Lancet**, v. 370, n. 9598, p. 1569–1577, 2007.
- SILVA, A. P. DA. **O Rio de Janeiro continua índio: território do protagonismo e da diplomacia indígena no século XIX**. 2016. Tese (Doutorado em Memória Social): Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- SILVA, P. R. DA. Migração, conflito e memória na (re)ocupação do território de Barra do Garças. **Univar**, v. 6, p. 222–226, 2011.
- SILVEIRA, I. H. DA; JUNGER, W. L. Espaços verdes e mortalidade por doenças cardiovasculares no município do Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 49, 2018.
- SIMONI, A. T.; DAGNINO, R. D. S. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. **Revista Brasileira de Estudos de**

População, v. 33, n. 2, p. 303–326, 2016.

SIQUEIRA, M. S. et al. Internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado na rede pública de saúde da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, n. 4, p. 795–806, 2017.

SMYLIE, J. et al. Indigenous birth outcomes in Australia, Canada, New Zealand and the United States – an overview. **Open Womens Health Journal**, n. 4, p. 7–17, 2010.

SOARES, M. DE S. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. VIII, n. 2, p. 407–438, 2001.

SOUSA, M. DA C. DE; SCATENA, J. H. G.; SANTOS, R. V. O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI): criação, estrutura e funcionamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 4, p. 853–861, 2007.

SOUZA, L. G. et al. Os indígenas Xavante no Censo Demográfico de 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, p. 327–347, 13 nov. 2016.

SOUZA, L. G.; SANTOS, R. V. Componente demográfico do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena, DSEI Xavante, Mato Grosso, Brasil. **Caderno CRH**, v. 22, n. 57, p. 523–529, 2009.

STEWART, F. Horizontal Inequality: Two Types of Trap. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 10, n. 3, p. 315–340, 2009.

STREATFIELD, P. K. et al. Cause-specific mortality in Africa and Asia: evidence from INDEPTH health and demographic surveillance system sites. **Global Health Action**, v. 7, n. 1, 2014a.

STREATFIELD, P. K. et al. Pregnancy-related mortality in Africa and Asia: evidence from INDEPTH Health and Demographic Surveillance System sites. **Global health action**, v. 7, p. 25368, 2014b.

TEIXEIRA, J. C.; GUILHERMINO, R. L. Análise da associação entre saneamento de saúde nos estados brasileiros, empregando dados secundários do Banco de dados indicadores e dados básicos para a saúde 2003 – IDB 2003. **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, n. 3, p. 277–282, 2003.

TEIXEIRA, P. Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena. Manaus, 2005.

TEIXEIRA, P. Migração, urbanização e características da população indígena do Brasil através da análise dos dados censitários de 1991 e 2000. III Congresso de la Asociacion Latioamericana de Población. **Anais [...]**. Córdoba –Argentina: 2008

TEIXEIRA, P.; BRASIL, M.; SILVA, E. Demografia de um povo indígena da

Amazônia brasileira: Os Sateré-Mawé. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 2, p. 429–448, 2011.

TEIXEIRA, P.; MAINBOURG, E.; BRASIL, M. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. **Caderno CRH**, v. 22, n. 57, p. 531–546, 2009.

TELLES, E. E. Residential Segregation by Skin Color in Brazil. **American Sociological Review**, v. 57, n. 2, p. 186–197, 1992.

TELLES, E. E. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

THE WORLD BANK. **Indigenous Latin America in the Twenty-First Century: The first decade**. Washington: World Bank Group, 2015.

TRAVASSOS, C.; WILLIAMS, D. R. The concept and measurement of race and their relationship to public health: a review focused on Brazil and the United States. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 3, p. 660–678, 2004.

VALE, C. N. DO; RANGEL, L. H. Jovens indígenas na metrópole. **Revista de Ciências Sociais**, n. 4, p. 254–260, 2008.

VEIGA, J. E. DA. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA, 2001.

VIANA, P. V. DE S.; GONÇALVES, M. J. F.; BASTA, P. C. Ethnic and Racial Inequalities in Notified Cases of Tuberculosis in Brazil. **PLoS ONE**, v. 11, n. 5, p. 1–16, 2016.

WALKER, R. Aboriginal Self-determination and Social Housing in Urban Canada: A Story of Convergence and Divergence. **Urban Studies**, v. 45, n. 1, p. 185–205, 2008.

WALKER, R.; BARCHAM, M. Indigenous-inclusive citizenship: The city and social housing in Canada, New Zealand, and Australia. **Environment and Planning A**, v. 42, n. 2, p. 314–331, 2010.

WALKS, R. A.; BOURNE, L. S. Ghettos in Canada's cities? Racial segregation, ethnic enclaves and poverty concentration in Canadian urban areas. **Canadian Geographer**, v. 50, n. 3, p. 273–297, 2006.

WONG, L. L. R. Tendências da fecundidade dos povos indígenas nos Censos Demográficos brasileiros de 1991 a 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, p. 399–421, 13 nov. 2016.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. DE. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 1, 1994.

XAVIER, D. R. et al. Difusão espaço-tempo do dengue no Município do Rio de Janeiro, Brasil, no período de 2000-2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 2, p. 1–13, 2017.

Apêndice 1: Distribuição absoluta e percentual dos indígenas por município de residência, segundo mesorregião do Estado do Rio de Janeiro, Censos Demográficos 2000 e 2010

Número de municípios	Censo Demográfico 2000			Censo Demográfico 2010		
	Mesorregião: Baixada Litorânea					
	Municípios	Total de indígenas	% de indígenas	Municípios	Total de indígenas	% de indígenas
Mesorregião: Baixada Litorânea						
1	Araruama	172	0,21	Araruama	173	0,15
2	Armação dos Búzios	100	0,55	Armação dos Búzios	0	0,00
3	Arraial do Cabo	X	-	Arraial do Cabo	138	0,25
4	Cabo Frio	410	0,32	Cabo Frio	301	0,16
5	Casimiro de Abreu	X	-	Casimiro de Abreu	X	-
6	Iguaba Grande	X	-	Iguaba Grande	X	-
7	Rio das Ostras	102	0,28	Rio das Ostras	104	0,10
8	São Pedro da Aldeia	116	0,18	São Pedro da Aldeia	101	0,11
9	Saquarema	148	0,28	Saquarema	X	-
10	Silva Jardim	0	0,00	Silva Jardim	X	-
Mesorregião: Centro Fluminense						
1	Areal	X	-	Areal	0	0,00
2	Bom Jardim	X	-	Bom Jardim	X	0,00
3	Cantagalo	X	-	Cantagalo	X	0,00
4	Carmo	X	-	Carmo	X	0,00
5	Comendador Levy Gasparian	0	0,00	Comendador Levy Gasparian	X	-
6	Cordeiro	X	-	Cordeiro	X	-
7	Duas Barras	X	-	Duas Barras	X	-
8	Macuco	0	0,00	Macuco	0	0,00
9	Nova Friburgo	152	0,09	Nova Friburgo	186	0,10
10	Paraíba do Sul	X	-	Paraíba do Sul	0	0,00
11	Santa Maria Madalena	0	0,00	Santa Maria Madalena	0	0,00
12	São Sebastião do Alto	0	0,00	São Sebastião do Alto	0	0,00
13	Sapucaia	X	-	Sapucaia	0	0,00
14	Sumidouro	X	-	Sumidouro	X	-
15	Trajano de Moraes	0	0,00	Trajano de Moraes	0	0,00
16	Três Rios	293	0,41	Três Rios	0	0,00
Mesorregião: Metropolitana do Rio de Janeiro						
1	Belford Roxo	1.118	0,26	Belford Roxo	421	0,09
2	Cachoeiras de Macacu	61	0,13	Cachoeiras de Macacu	65	0,12

3	Duque de Caxias	1.681	0,22	Duque de Caxias	836	0,10
4	Engenheiro Paulo de Frontin	0	0,00	Engenheiro Paulo de Frontin	33	0,25
5	Guapimirim	71	0,19	Guapimirim	X	-
6	Itaboraí	410	0,22	Itaboraí	190	0,09
7	Itaguaí	682	0,83	Itaguaí	70	0,06
8	Japeri	295	0,35	Japeri	114	0,12
9	Magé	562	0,27	Magé	190	0,08
10	Mangaratiba	54	0,22	Mangaratiba	X	-
11	Maricá	188	0,25	Maricá	84	0,07
12	Mendes	0	0,00	Mendes	X	-
13	--	0	0,00	Mesquita	221	0,13
14	Miguel Pereira	X	-	Miguel Pereira	X	
15	Nilópolis	636	0,41	Nilópolis	138	0,09
16	Niterói	1.146	0,25	Niterói	763	0,16
17	Nova Iguaçu	2.920	0,32	Nova Iguaçu	771	0,10
18	Paracambi	X	-	Paracambi	X	-
19	Paty do Alferes	X	-	Paty do Alferes	X	-
20	Petrópolis	832	0,29	Petrópolis	282	0,10
21	Queimados	223	0,18	Queimados	84	0,06
22	Rio Bonito	140	0,28	Rio Bonito	X	
23	Rio de Janeiro	15.622	0,27	Rio de Janeiro	5.981	0,09
24	São Gonçalo	2.415	0,27	São Gonçalo	675	0,07
25	São João de Meriti	1.086	0,24	São João de Meriti	453	0,10
26	São José do Vale do Rio Preto	0	0,00	São José do Vale do Rio Preto	X	-
27	Seropédica	172	0,26	Seropédica	223	0,29
28	Tanguá	X	-	Tanguá	0	0,00
29	Teresópolis	162	0,12	Teresópolis	78	0,05
30	Vassouras	80	0,25	Vassouras	X	-

Mesorregião: Noroeste Fluminense

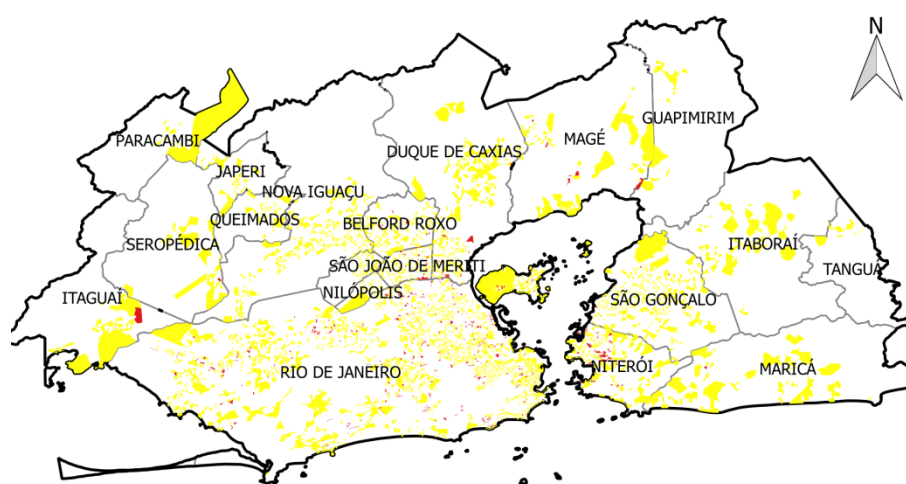
1	Aperibé	X	-	Aperibé	0	0,00
2	Bom Jesus do Itabapoana	X	-	Bom Jesus do Itabapoana	X	-
3	Cambuci	0	0,00	Cambuci	0	0,00
4	Italva	0	0,00	Italva	X	-
5	Itaocara	X	-	Itaocara	0	0,00
6	Itaperuna	92	0,11	Itaperuna	76	0,08
7	Laje do Muriaé	0	0,00	Laje do Muriaé	0	0,00
8	Miracema	69	0,25	Miracema	X	-
9	Natividade	0	0,00	Natividade	X	-
10	Porciúncula	26	0,16	Porciúncula	0	0,00
11	Santo Antônio de Pádua	X	-	Santo Antônio de Pádua	X	-
12	São José de Ubá	0	0,00	São José de Ubá	0	0,00
13	Varre-Sai	0	0,00	Varre-Sai	0	0,00

Mesorregião: Norte Fluminense

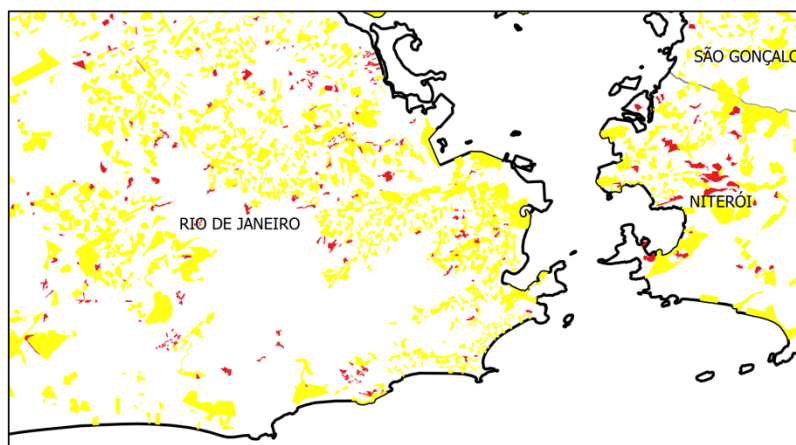
1	Campos dos Goytacazes	559	0,14	Campos dos Goytacazes	250	0,05
2	Carapebus	X	-	Carapebus	X	-
3	Cardoso Moreira	0	0,00	Cardoso Moreira	X	-
4	Conceição de Macabu	X	-	Conceição de Macabu	X	-
5	Macaé	200	0,15	Macaé	260	0,13
6	Quissamã	34	0,25	Quissamã	X	-
7	São Fidélis	46	0,13	São Fidélis	0	0,00
8	São Francisco de Itabapoana	X	-	São Francisco de Itabapoana	X	-
9	São João da Barra	70	0,25	São João da Barra	X	-
Mesorregião: Sul Fluminense						
1	Angra dos Reis	492	0,41	Angra dos Reis	473	0,28
2	Barra do Piraí	231	0,26	Barra do Piraí	X	0,00
3	Barra Mansa	232	0,14	Barra Mansa	72	0,04
4	Itatiaia	108	0,44	Itatiaia	X	-
5	Parati	256	0,87	Parati	249	0,66
6	Pinheiral	X	-	Pinheiral	55	0,24
7	Piraí	X	-	Piraí	0	0,00
8	Porto Real	X	-	Porto Real	X	-
9	Quatis	31	0,29	Quatis	X	-
10	Resende	203	0,19	Resende	123	0,10
11	Rio Claro	X	-	Rio Claro	0	0,00
12	Rio das Flores	X	-	Rio das Flores	0	0,00
13	Valença	238	0,36	Valença	X	-
14	Volta Redonda	341	0,14	Volta Redonda	217	0,08

Fonte: IBGE, Amostra, Censo Demográfico 2000 e 2010.

Apêndice 2: Mapa dos 4.747 Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro com destaque para os setores classificados como comuns (2.655 setores) e como aglomerado subnormal (550 setores), Censo Demográfico 2010



10 0 10 20 30 40 km



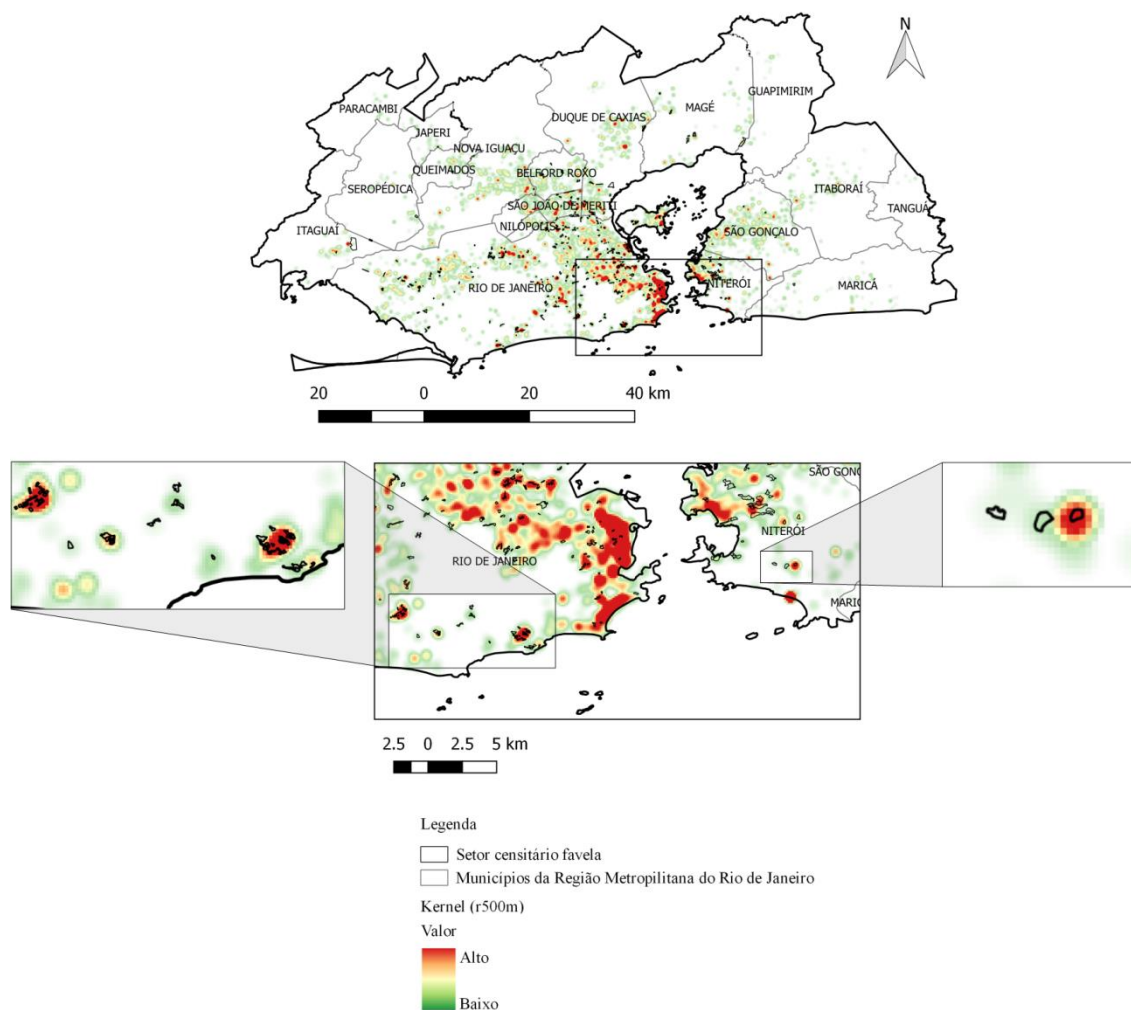
2.5 0 2.5 5 7.5 10 km



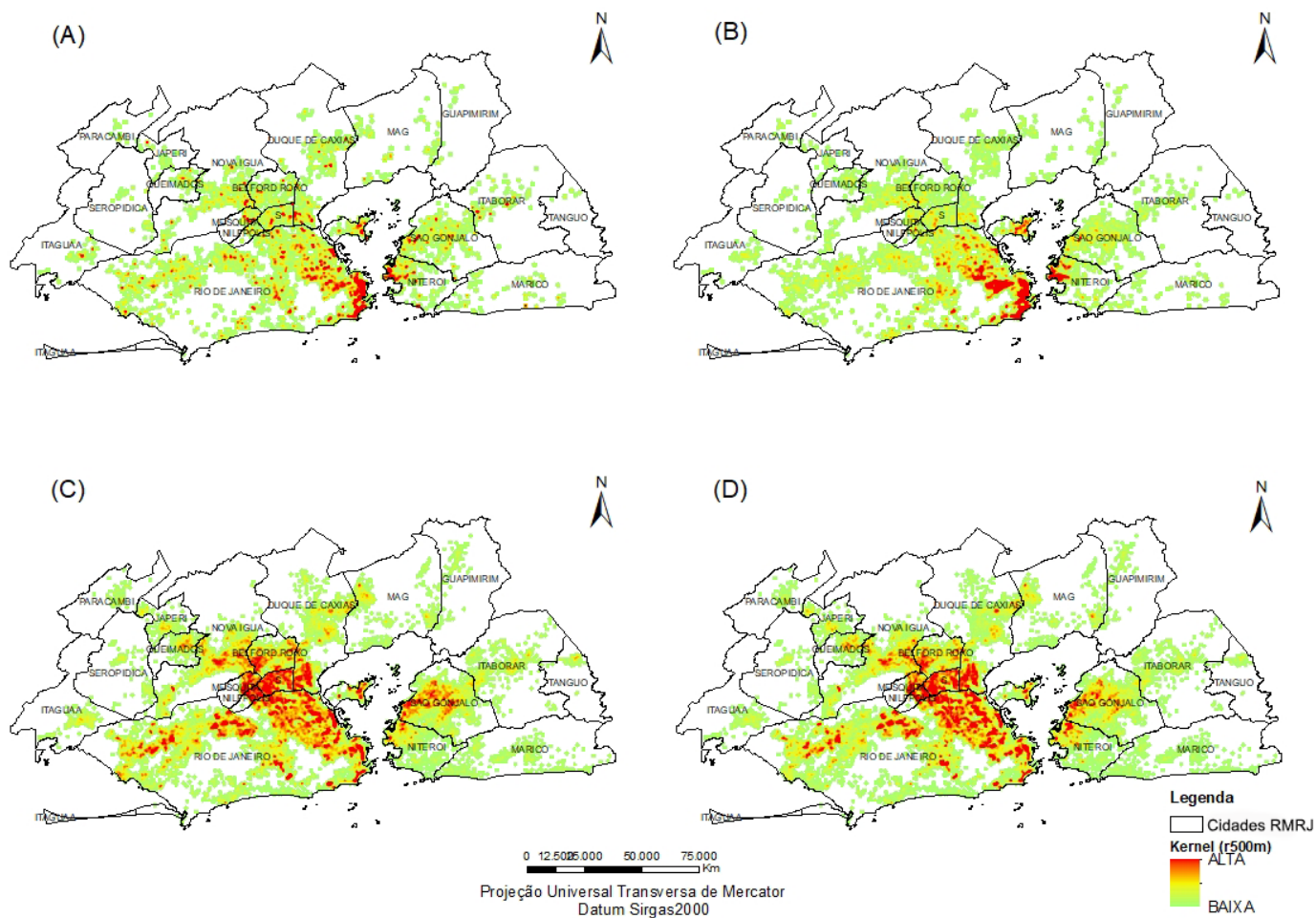
Legenda

- Setor censitário comum
- Setor censitário aglomerado subnormal
- Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

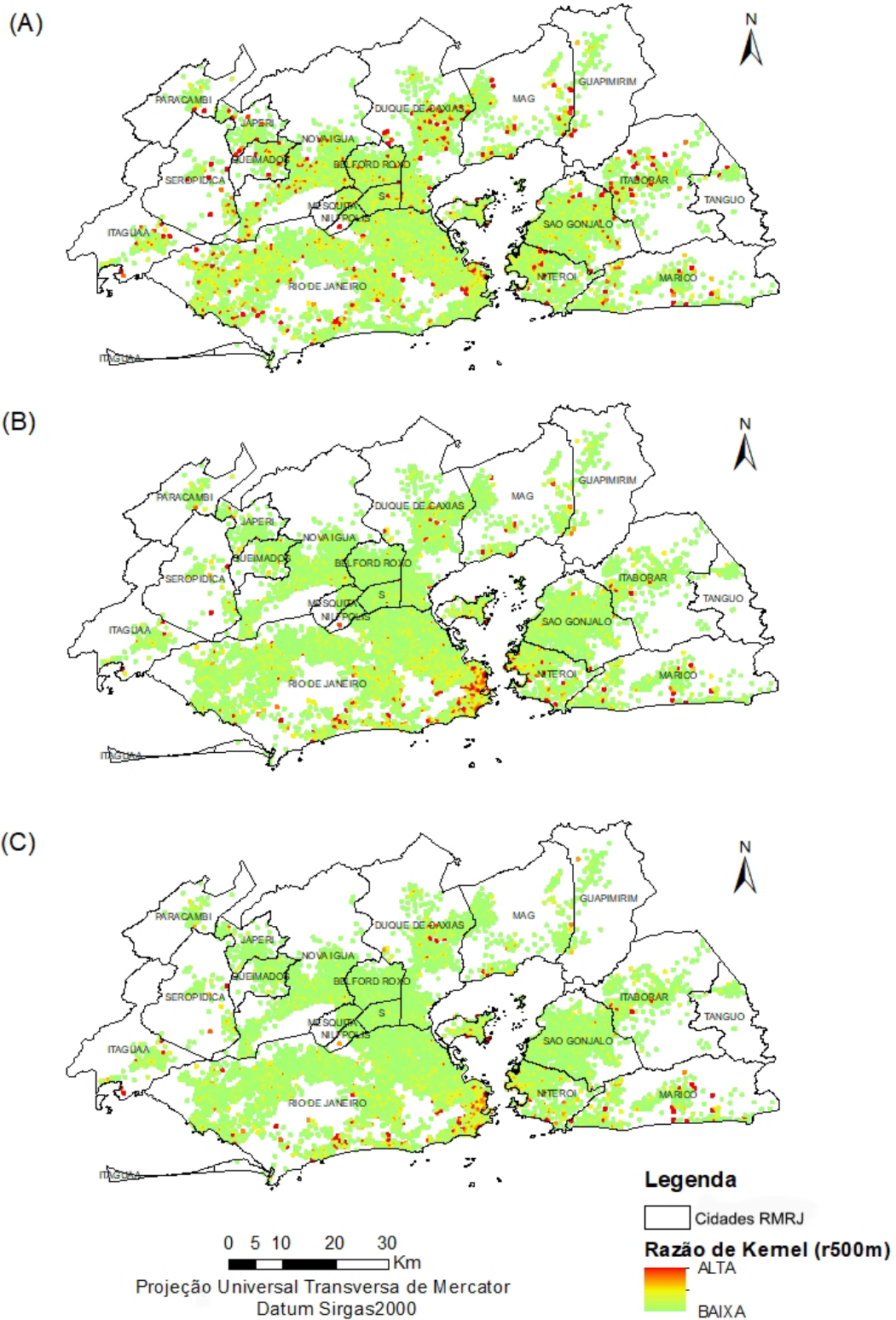
Apêndice 3: Sobreposição dos 550 setores classificados como aglomerado subnormal na estimativa de Kernel do percentual de indígenas dos 4.747, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010



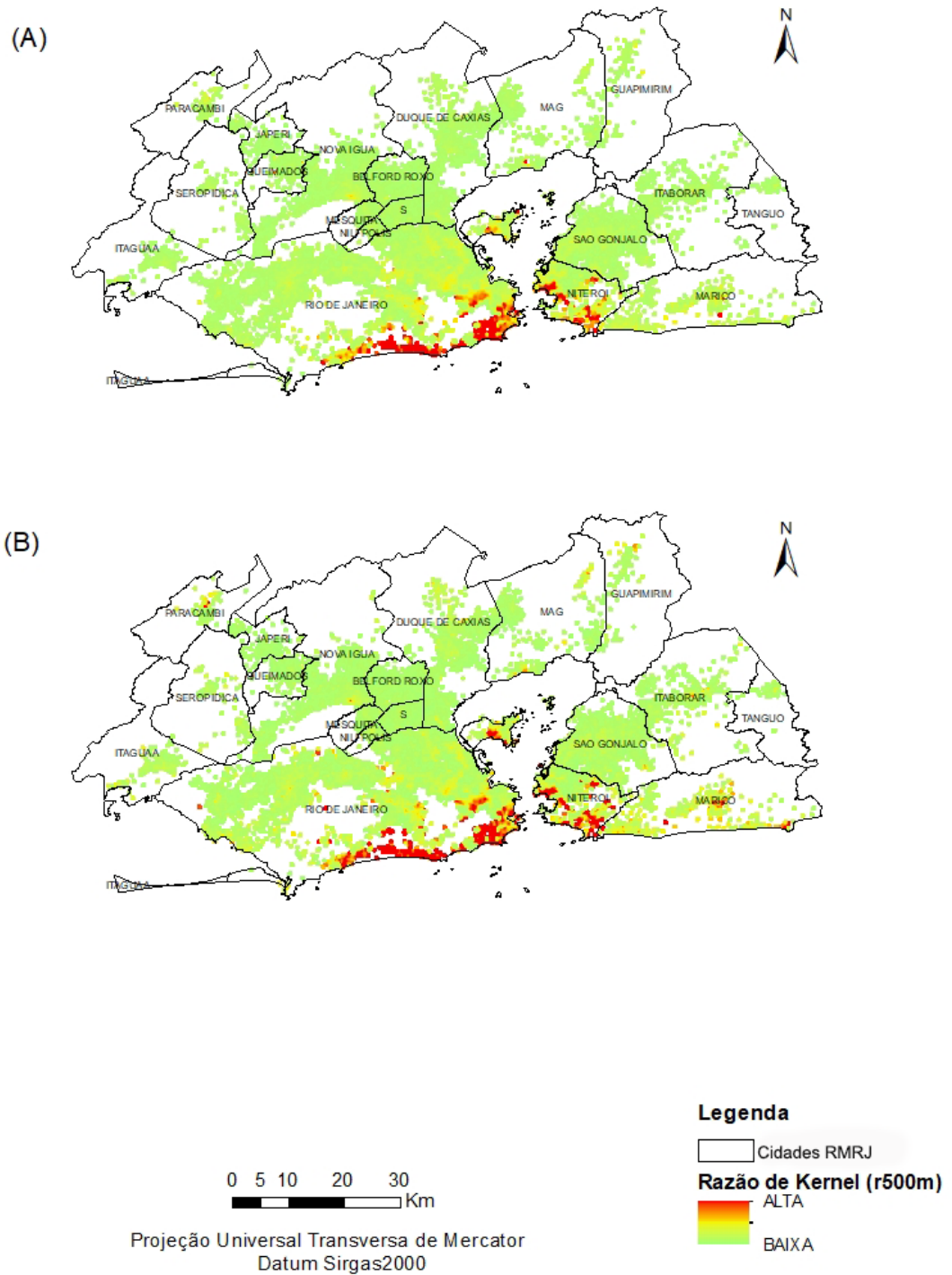
Apêndice 4: Estimativa de Kernel do percentual da população por cor ou raça (A: Indígena; B: Branca; C: Parda; D: Preta) dos 18.620 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010



Apêndice 5: Razão entre os Kernel do percentual da população por cor ou raça (A: Indígena/Branca; B: Indígena/Parda; C: Indígena/Preta; D: Branca/Parda; E: Branca/Preta) dos 18.620 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010



Apêndice 6: Razão entre os Kernel do percentual da população por cor ou raça (A: Branca/Parda; B: Branca/Preta) dos 18.620 setores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Censo Demográfico 2010



Apêndice 7: Trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Pós-Graduação em Demografia e Áreas Afins

Indígenas urbanos do Mato Grosso do Sul: Aspectos de saneamento e condições sociodemográficas a partir do Censo 2010

Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ)

Linha de pesquisa: Demografia e saúde dos povos indígenas

Ano do curso: 4º ano

Grupo de discussão: Metodologia

Objetivos do projeto: Caracterizar as condições de saneamento básico e a presença de serviços públicos dos domicílios urbanos do estado de Mato Grosso do Sul e do município de Campo Grande e correlacionar tais condições com as distribuições da população segundo a ‘cor ou raça’.

Justificativa: Há poucos estudos sobre as condições de vida e de saneamento de indígenas residentes em áreas urbanas no Brasil, tanto se tratando de suas características sociodemográficas quanto às condições de vida. Soma-se ainda o fato de Mato Grosso do Sul apresentar a segunda maior população indígena no país, depois do Amazonas.

Contextualização: A ampla gama de variáveis disponíveis e a possibilidade de trabalhar os dados do universo do Censo 2010, com foco na população indígena urbana, tornam tais dados uma importante fonte de análise.

Abordagem teórica: CARDINAL (2006) aponta que o aumento de indígenas residindo em áreas urbanas é um fenômeno mundial e elenca como desafios o desenvolvimento de indicadores e de métodos de avaliação das condições de vida que considerem as especificidades dos indígenas. Na América Latina, em 2010, dos 42 milhões de indígenas, 49,0% residia em área urbana (THE WORLD BANK, 2015). Os resultados dos três últimos Censos Demográficos Brasileiro (1991, 2000 e 2010) mostraram que uma importante parcela da população indígena reside em áreas urbanas (IBGE, 2012).

Desde a inserção da categoria indígena no Censo de 1991, observa-se um aumento no volume de pesquisas sobre a temática indígena no âmbito da demografia e da saúde coletiva. Entre outros temas, têm sido evidenciadas diferenças na presença de saneamento básico, nos perfis de mortalidade e nas características sociodemográficas desta população (RAUPP et al., 2017; CALDAS et al., 2017; MARINHO et al., 2017). Os indígenas do Mato Grosso do Sul, por conta das frentes econômicas e demográficas da sociedade nacional nas primeiras décadas do século XX na região, tem experimentado acentuados níveis de violência e mortalidade. Nos dias atuais, o número e a extensão das terras indígenas demarcadas se mostram diminutos e persistem sérios problemas de invasão dos territórios indígenas, acoplados à subemprego e precariedade socioeconômica (BRAND, 2004). Estudos sobre indígenas conduzidos em diferentes contextos e recortes em Mato Grosso do Sul revelam situações de saúde desfavoráveis e piores do que os demais segmentos populacionais do estado (ver: FÁVARO et al, 2007; BASTA, 2013; PÍCOLI, CARANDINA, RIBAS, 2006; FERREIRA, MATSUO, SOUZA, 2011).

Metodologia: Foram utilizados os dados do Censo Demográfico 2010 referentes às variáveis do questionário do universo, agregados por setor censitário. O foco foi em setores censitários urbanos de Mato Grosso do Sul (2.948 dos 4.207 existentes na UF em 2010). Foram excluídos setores censitários classificados como rural, com informações omitidas pelo IBGE (menos de cinco domicílios), classificados como “especiais” e sem informações sobre o entorno dos domicílios.

Os indicadores, analisados em percentuais, foram explorados em três blocos:

- 1 – Condições de saneamento dos domicílios particulares permanentes: tipo de abastecimento de água; tipo de esgotamento sanitário; inexistência de banheiro; e tipo de coleta de lixo;
- 2- Socioeconômico: domicílios particulares com ou sem rendimento mensal domiciliar per capita categorizado; domicílios particulares permanentes com energia elétrica; e pessoas alfabetizadas entre 5 e 8 anos de idade;
- 3- Variáveis relativas ao entorno dos domicílios particulares permanentes: existência de identificação do logradouro; de iluminação pública; de pavimentação; de meio-fio/guia; de bueiro/boca-de-lobo; de rampa para cadeirante; esgoto a céu aberto; e lixo acumulado no logradouro.

Cada bloco foi submetido separadamente à análise de componentes principais (ACP) e as seis variáveis com maior contribuição nos componentes de cada bloco foram selecionadas. A quantidade de componentes utilizados na seleção foi definida a partir do “Scree plot with parallel analysis”. Posteriormente, foi conduzida uma ACP para as 18 variáveis selecionadas (seis de cada bloco), gerando-se o conjunto de seis indicadores representativos do conjunto de variáveis analisadas.

A seguir, foram conduzidas análises de correlação (Spearman) entre os escores dos seis componentes do resultado final de cada análise de ACP, o percentual da população por ‘cor ou raça’ no setor. Optou-se por este método porque o percentual da população segundo a ‘cor ou raça’ não segue uma distribuição normal.

Foram conduzidas análises segundo diferentes estratos: todos os setores censitários do Mato Grosso do Sul (2.948 setores); os setores com indígenas (1.643 setores); e setores com 5 ou mais indígenas residentes (670 setores). Adicionalmente, aplicou-se o Coeficiente de Correlação de Spearman com os valores dos escores dos três recortes de setores censitários de Mato Grosso do Sul para o município de Campo Grande (998, 730 e 327 setores censitários em cada recorte, respectivamente).

Próximos passos: O total de indígenas no Mato Grosso do Sul em 2010 era de 73.191, sendo 14.396 (20%) residente em área urbana. Na tabela 1 verifica-se que a distribuição da população por ‘cor ou raça’ residente nos setores nos estratos utilizados difere marcadamente nos estratos utilizados. Dentre os resultados, cabe destacar os menores valores do 1º quartil, média, mediana e 3º quartil para as categorias preta, amarela e indígena em todos os recortes analisados.

Em relação as análises de componentes principais, os percentuais acumulados de explicação da variância dos modelos finais nos diferentes recortes foram acima de 60%; portanto, satisfatórios (Tabela 2). Os resultados das análises evidenciaram para indígenas correlações entre proporções de residentes e valores dos componentes no mesmo sentido daquelas registradas para pretos e pardos (ou seja, negativa- ou positivamente). Para brancos e amarelos, o padrão de mostrou distinto.

Os resultados para Campo Grande se mostraram similares aos de Mato Grosso do Sul, ou seja, os setores censitários de residência dos indígenas, com exceção das análises para os setores com indígena, foram correlacionados negativamente, de maneira significativa, com aqueles onde residiam a população preta e a parda (Tabela 2).

Passos futuros do estudo envolverão refinar a metodologia acima detalhada e aplicá-la para a área urbana de outros municípios de Mato Grosso do Sul e de outras regiões do país. Pretende-se agregar também procedimentos de análise espacial na investigação dos dados de agregados de setores censitários.

Referências bibliográficas:

BASTA, P.C. et al. Desigualdades sociais e tuberculose: análise segundo raça/cor, Mato Grosso do Sul. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 5, p. 854-864, 2013.

BRAND, A. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Tellus*, Campo Grande, n. 6, p. 137-150, 2004.

CALDAS, A.D.R. et al. Mortalidade infantil segundo cor ou raça com base no Censo Demográfico de 2010 e nos sistemas nacionais de informação em saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, 2017.

CARDINAL, N. The exclusive city: Identifying, measuring, and drawing attention to Aboriginal and Indigenous experiences in an urban context. **Cities**, v. 23, n. 3, p. 217–228, 2006.

FAVARO, T. et al. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 785-793, 2007.

FERREIRA, M.E.V., MATSUO, T.; SOUZA, R.K.T. Aspectos demográficos e mortalidade de populações indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 27, n. 12, p. 2327-2339, 2011.

IBGE. Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas (resultados do universo). Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MARINHO, G.L.; CALDAS, A.D.R.; SANTOS, R.V. Indígenas residentes em domicílios "improvisados" segundo o Censo Demográfico 2010. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 79-102, 2017.

PICOLI, R.P.; CARANDINA, L; RIBAS, D.L.B. Saúde materno-infantil e nutrição de crianças Kaiowá e Guaraní, Área Indígena de Caarapó, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 223-227, 2006.

RAUPP, L. et al. Condições de saneamento e desigualdades de cor/raça no Brasil urbano: uma análise com foco na população indígena com base no Censo Demográfico de 2010. **Rev. bras. epidemiol**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-15, 2017.

THE WORLD BANK. Indigenous Latin America in the Twenty-First Century: The first decade. Washington: World Bank Group, 2015.

Tabela 1: Medidas de tendência central da população por cor ou raça nos setores censitários de Mato Grosso do Sul e Campo Grande, Censo Demográfico 2010

Área urbana	Nº de SC*	População por 'cor ou raça'	Medidas de tendência central						População total	
			Valor mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Valor máximo		Moda
Mato Grosso do Sul	Todos os SC	Branca	5	249,8	332	342,5	429	1.277	284	1.009.749
		Preta	0	15	29	35,2	49	330	10	103.360
		Amarela	0	2	6	9,3	13	136	0	27.437
		Parda	3	183	286	303,1	399	1.258	256	893.682
		Indígena	0	0	1	4,2	4	429	0	12.308
	SC com indígena	Branca	9	269	349	359,8	439	1.227	349/416	591.141
		Preta	0	21	35	40,9	56	330	40	67.269
		Amarela	0	2	7	10,36	15	102	0	17.015
		Parda	8	222	323	336,5	425	1.206	216	552.916
		Indígena	1	1	3	7,4	7	429	1	12.301
	SC com 5 ou mais indígenas	Branca	12	269	349	356,6	435,8	1.039	416	238.924
		Preta	1	26	42	48,6	65	330	33/40	32.584
		Amarela	0	3	7	10,43	15	87	0	6.988
		Parda	49	261	356	370,4	456,5	1.155	296/415	248.158
		Indígena	5	6	9	15,51	15	429	5	10.392
Campo Grande	Todos os SC	Branca	19	288,2	383	390,3	470	1277	270/354/ 416/417	389.482
		Preta	0	21	37	41,37	57	242	23/31/40	41.285
		Amarela	0	4	10	13,8	19	136	0	13.749
		Parda	10	210	316,5	316	405	1.123	347	316.190
		Indígena	0	0	2	5,4	6	429	0	5.414

Obs.: * Setores censitários.

Tabela 2: Correlação de Spearman entre o percentual da população por cor ou raça e os escores dos Componentes Principais do modelo final de Mato Grosso do Sul (total de SC₁, SC com um indígena e SC com 5 ou mais indígenas) para Mato Grosso do Sul e Campo Grande, Censo Demográfico 2010

Área urbana	Componentes Principais ²			Percentual de população por 'cor ou raça'				
	Modelo (Número de SC ¹)	Componente	(%) explicação da variância	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Mato Grosso do Sul	Todos os SC	1	61,01	0,316**	-0,144**	0,192**	-0,317**	-0,067**
		2		0,020	-0,011	0,050**	-0,016	-0,025
		3		0,042*	-0,092**	-0,009	-0,009	-0,106**
	SC com indígena	1	75,62	0,011	-0,044	0,080**	0,002	-0,093**
		2		-0,635**	0,292**	-0,317**	0,615**	0,172**
		3		0,475**	-0,248**	0,264**	-0,429**	-0,182**
	SC com 5 ou mais indígenas	1	86,75	0,585**	-0,236**	0,258**	-0,540**	-0,171**
		2		0,325**	-0,138**	0,191**	-0,313**	-0,147**
		3		0,247**	-0,119**	0,143**	-0,255**	-0,076**
Campo Grande	Todos os SC	1	Não se aplica	0,238**	-0,109**	0,101**	-0,240**	-0,045
		2		-0,008	-0,045	0,007	0,022	-0,110**
		3		0,286**	-0,119*	0,042	-0,257**	-0,126*
	SC com 5 ou mais indígenas	1	86,75	-0,062	-0,052	0,048	0,056	-0,067
		2		-0,035	-0,114*	0,131**	0,073	0,018
		3		0,286**	-0,119*	0,042	-0,257**	-0,126*

OBS.: SC₁ = setor censitário; * p-valor < 0,01 e ** p-valor < 0,05; Indicadores do modelo final da Análise de Componentes principais do Mato Grosso do Sul: variáveis para todos os SC: percentual de domicílios com: abastecimento de água de chuva armazenada em cisterna, banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa séptica, existe iluminação pública, existe arborização, existe esgoto acumulado na rua, existe lixo acumulado no logradouro; SC com indígena: percentual de domicílios com: abastecimento de água da rede geral, abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade, rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1 a 2 salários mínimos, rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 3 a 5 salários mínimos existe esgoto acumulado na rua, existe lixo acumulado no logradouro; SC com 5 ou mais indígenas: percentual de domicílios com: abastecimento de água da rede geral, abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade, rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 a 3 salários mínimos, rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 3 a 5 salários mínimos existe esgoto acumulado na rua, existe lixo acumulado no logradouro.